



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SORAYA DE PAULA GARCIA DE CAMPOS

**ELEMENTOS NORTEADORES DO TRABALHO
DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR**

Londrina
2019

SORAYA DE PAULA GARCIA DE CAMPOS

**ELEMENTOS NORTEADORES DO TRABALHO
DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres

Londrina
2019

SORAYA DE PAULA GARCIA DE CAMPOS

**ELEMENTOS NORTEADORES DO TRABALHO DESENVOLVIDO
PELO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA-
PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Fatima Grave Ortiz
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Dra. Melissa Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 08 de outubro de 2019

Dedico este trabalho a minha mãe Silvia e minhas irmãs Talita, Samara e Carolina. Família de mulheres fortes e guerreiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças e coragem para seguir em frente e concluir esta pesquisa.

Agradeço a minha orientadora Dra. Mabel Mascarenhas Torres pela paciência, generosidade e aprendizado, suas contribuições foram essenciais em todo o processo da pesquisa.

Agradeço principalmente o meu marido Marcelo Ferreira de Freitas, meu companheiro de todos os dias e horas. Fico imensamente grata pela cumplicidade durante estes anos.

Agradeço às (aos) professoras (es) do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina pelo aprendizado durante toda minha formação acadêmica.

Gostaria de agradecer também à Dra. Fatima Grave Ortiz e Dra. Melissa Ferreira Portes, membros da banca de qualificação e de defesa de mestrado pelas contribuições a minha formação.

Aninha e Suas Pedras

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras
e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha
um poema.
E viverás no coração dos jovens
e na memória das gerações que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas
e não entres seu uso
aos que têm sede.
(Cora Coralina)

CAMPOS, Soraya de Paula Garcia de. **Elementos Norteadores do Trabalho Desenvolvido pelo Assistente Social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no Município de Londrina-PR**. 2019. 212 f. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

A dissertação ora apresentada, refere-se aos resultados da pesquisa desenvolvida na área de Serviço Social, cujo objeto é o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social na política de assistência social, no município de Londrina. O problema de pesquisa foi analisar os elementos que norteiam o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar os elementos que norteiam o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Londrina/PR. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos metodológicos foram assim propostos: a revisão de literatura, enfatizando as publicações em periódicos na área de Serviço Social, buscando conhecer como os autores vem discutindo esta temática. Outro procedimento foi a entrevista com assistentes sociais. Por se tratar de pesquisa envolvendo sujeitos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, parecer: 3.145.754. Os sujeitos da pesquisa são os assistentes sociais que atuam na política de assistência social, no âmbito da proteção básica, na cidade de Londrina, uma vez que é nesta política que está contratado o maior número de profissionais neste município. Para tanto, foi construído o roteiro de entrevista, que foi utilizado para coleta dos dados. Os resultados identificados na revisão de literatura indicam que o projeto ético político é um dos elementos norteadores, uma referencia para o trabalho do assistente social. Outro elemento destacado relaciona-se a importância das normativas que regulam a profissão para o direcionamento do exercício profissional. Outro resultado identificado é a identificação das políticas públicas no âmbito do Estado e a execução dos serviços sociais como elementos cruciais para o norteamento do trabalho do assistente social no campo relativo à política de assistência social. Com a realização da entrevista com os sujeitos destacam-se diferenças na identificação de elementos norteadores. Foi verificado que as requisições e demandas da política de assistência social são centrais no trabalho desenvolvido pelo assistente social, assim como, a importância de considerar as condições de trabalho e os conhecimentos mobilizados pelo profissional na realização do trabalho como elementos norteadores no cotidiano profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Política de Assistência Social. Trabalho Profissional. Direção Social. Elementos Norteadores.

CAMPOS, Soraya de Paula Garcia de. **Guiding Elements of the work developed by the social worker in the basic social protection of the Social Assistance policy in the city of Londrina-PR.** 2019. 212 p. Ending Master thesis presented to the postgraduate program in Social Work and Social Policy – Estadual de Londrina University, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This master thesis presented, refers to the results of the research developed in the area of Social work, whose the study object is the labor developed by the social worker in the social assistance policy, in the city of Londrina. The research issue was to analyze the elements that guide the labor of the social worker in the Basic Social Protection of the Social Assistance Policy. The main aim of this research was to identify the elements that guide the practice of the social worker in the Basic Social Protection of the Social Assistance Policy in the city of Londrina/PR. Therefore, a qualitative research was carried out, whose the methodological procedures were proposed as follows: the literature review, emphasizing the publication in journals in the area of Social work, seeking to figure out how the authors of this knowledge field have been discussing this theme. Another procedure used was the interview with social workers. Due it was a study involving people, the research project was submitted and approved by the Ethics Committee, decision: 3.145.754. The study subjects are the social workers who work in the social assistance policy, in the scope of basic protection, in the city of Londrina. Since it is in this policy that the largest amount of professionals are hired in this city. Hence, the interview script was built and it was used for data collection. The outcomes identified in the literature review indicate that the political ethical project is one of the guiding elements, a reference for the work of the social worker. A further prominent element relates to the importance of the rules that regulate the profession for the direction of professional practice. Another identified result is the identification of public policies at the State level and the execution of social services as crucial elements for social worker practice in the field of social assistance policy. After the interview with the subjects, differences in the identification of guiding elements stand out. It was verified that the requirements and demands of the social assistance policy are central to the work performed by the social worker, as well as the importance of considering the working conditions and the knowledge mobilized by the professional in the performance of the practice as guiding elements in the professional daily life.

Keywords: Social Work. Social Assistance Policy. Professional work. Social Direction. Guiding Elements.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Distribuição dos periódicos por nome, período de abrangência da pesquisa e número de artigos referentes ao objeto da pesquisa	18
Tabela 2	– Distribuição dos assistentes sociais que atuam na Prefeitura de Londrina	20
Tabela 3	– Distribuição das unidades de CRAS em Londrina por região e número de assistentes sociais	21
Tabela 4	– Distribuição dos CRAS por população do território e cadastro no IRSAS	98
Tabela 5	– Distribuição dos artigos por nome do periódico, título, autor e link de acesso	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PAS	Política de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PEP	Projeto Ético-Político
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
MDS	Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (Ministério da Cidadania)
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
NOB-RH SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PMTR	Programa Municipal de Transferência de Renda
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BH	Belo Horizonte
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
LA	Liberdade Assistida

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
COHAB	Companhia de Habitação de Londrina
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
PR	Paraná
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social
Cadastro Único	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
TSF	Trabalho Social com Famílias
DC	Diretrizes Curriculares
PBF	Programa Bolsa Família
PMTR	Programa Municipal de Transferência de Renda
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
RF	Referência familiar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	26
2.1	O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: CONCEPÇÕES E DIREÇÃO SOCIAL.....	26
2.1.1	A Concepção de Profissão: uma Análise a partir da Revisão de Literatura	48
2.1.2	As Normativas Legais que Regulam o Serviço Social como Profissão.....	53
2.2	O TRABALHO E SUA CENTRALIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	60
2.3	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS.....	67
3	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	74
3.1	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO BRASIL	74
3.2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	80
3.2.1	A Proteção Social Básica.....	92
3.2.2	A Configuração da Política de Assistência Social em Londrina-PR.....	94
3.3	AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA: O TRABALHO NA PROTEÇÃO BÁSICA.....	102
3.3.1	As Requisições Direcionadas ao Assistente Social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.....	134
3.3.2	As Demandas postas ao Trabalho do Assistente Social na Proteção Social Básica	139
4	ELEMENTOS NORTEADORES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA - PR	151
4.1	OS ELEMENTOS NORTEADORES RELACIONADOS AO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	152
4.1.1	As Requisições e o Ordenamento da Política de Assistência Social	153
4.1.2	A Insuficiência na Oferta de Serviços para o Atendimento às Demandas	156

4.1.3	As Condições de Vida dos Usuários Atendidos nos Serviços da Proteção Social Básica.....	157
4.1.4	As Condições de Trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social em Londrina-PR.....	159
4.1.5	O Trabalho do Assistente Social em Equipes nos Serviços da Política de Assistência Social.....	164
4.2	OS ELEMENTOS NORTEADORES RELACIONADOS À PROFISSÃO E AO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	167
4.2.1	As Normativas Profissionais como Elementos Norteadores: o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social	167
4.2.2	A Direção Social e o Projeto Ético Político do Serviço Social como elemento norteador do trabalho profissional.....	171
4.2.3	O Trabalho na Perspectiva de Direitos e o Compromisso dos Assistentes Sociais com as Demandas dos Usuários da Política de Assistência Social.....	179
4.2.4	Os Conhecimentos Mobilizados pelos Assistentes Sociais como Norteadores do Trabalho	181
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS	192
	APÊNDICES.....	201
	APÊNDICE A – Artigos Analisados nesta Pesquisa	202
	APÊNDICE B – Entrevista com os sujeitos da pesquisa - Roteiro de Questões	207
	ANEXOS	208
	ANEXO A – Autorização Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina.	209
	ANEXO B – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos	210
	ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	211

1 INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada versa sobre os elementos norteadores do trabalho desenvolvido pelo assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social–PAS.

As motivações que envolvem a realização desta dissertação se justificam pela experiência profissional como trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, atuando como assistente social durante os últimos quatro anos. Desde o período de estágio até a inclusão no mercado de trabalho várias perguntas surgiram, que levaram a pesquisadora a recorrer aos estudos e pesquisas acadêmicas para resolução destas inquietações.

Estas perguntas envolvem a realização do trabalho do assistente social na PAS destacando as suas competências e atribuições; o direcionamento teórico que orienta a realização do trabalho; o modo como o profissional que se apropria do referencial teórico-metodológico para executar seu trabalho no campo sócio-ocupacional. Este conjunto de questionamentos expressam as inquietações desta pesquisadora ao mesmo tempo em que é considerável a complexidade das demandas, que são identificadas para o atendimento do assistente social, o modo como a sociedade capitalista se estrutura em relações desiguais e hierárquicas contribuem para esta complexidade.

No decorrer da atuação profissional ou mesmo no exercício e na observação do trabalho realizado por outros(as) assistentes sociais, é possível perceber um distanciamento entre o conhecimento teórico e a interlocução com o cotidiano de trabalho profissional. O cotidiano no qual o assistente social atua é dinâmico e complexo, envolvendo os fenômenos sociais constitutivos das relações estabelecidas na sociedade capitalista.

Como trabalhadora do SUAS, observa-se que ocorreram avanços na Política de Assistência Social-PAS nos últimos anos no que diz respeito a sua organização, implementação e estruturação em todo o país. Além disso, no cotidiano de trabalho no SUAS fica explícita a necessidade da realização do trabalho em equipe como uma requisição do próprio trabalho e com outros profissionais de nível superior e médio, o que vai requerer do profissional clareza quanto as suas atribuições e competências no âmbito do trabalho profissional.

Deste modo, coloca-se que diante da complexidade na qual se

executa o trabalho do assistente social, entendendo-se ser necessário o aprofundamento acerca dos determinantes do trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais e o que compõe este trabalho. Identifica-se, também, a utilidade social deste trabalho na sociedade capitalista, que decorre das necessidades construídas pelo próprio capitalismo.

O objeto estudado é o trabalho do assistente social na Política de Assistência Social desenvolvida em Londrina-PR. Neste sentido, ressalta-se que as questões que envolvem a pesquisa dizem respeito aos elementos que norteiam o trabalho do assistente social na referida política.

Acredita-se ser pertinente o estudo deste objeto para conhecer e entender como se constrói o trabalho do assistente social e os elementos que subsidiam o trabalho profissional. O objeto da pesquisa é relevante para a profissão, uma vez que, envolve diretamente o planejamento do trabalho do assistente social, as estratégias e conhecimentos referenciados; as respostas construídas mediante as requisições direcionadas ao profissional pelos sujeitos envolvidos no seu trabalho cotidiano.

O problema pesquisado foi “O que norteia o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social?”. Para esclarecer este problema, entende-se necessário a compreensão do verbo nortear, que diz respeito a realização desta pesquisa. Nortear, aponta para a orientação, para condução em determinada direção. Assim, esta pesquisa diz respeito ao que tem orientado o trabalho profissional do assistente social, o que direciona as ações dos profissionais, os elementos que compõem o trabalho profissional e são guia para a execução de seu exercício cotidiano.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar o que norteia o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Londrina/PR, e, elencou-se como objetivos específicos: conhecer as requisições, as competências e as demandas apresentadas aos assistentes sociais na política de assistência social - PAS; identificar os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais para execução do seu trabalho na PAS; e identificar os limites e as possibilidades para efetivação do trabalho profissional e em quais condições este trabalho se realiza.

Observando a atuação de assistentes sociais tem-se como pressuposto que o direcionamento dado pelo profissional à sua intervenção parte de

orientações contidas nas normativas das políticas públicas na qual atua e neste entre meio, tem as requisições das instituições empregadoras que definem objetivos e metas para os profissionais empregados nestes espaços ocupacionais que são estabelecidos antes da chegada do profissional.

A ação de pesquisar deve ser uma ação instigante, que se remete a indagação e a descoberta da realidade e, quando se fala em pesquisa social, considera-se primordialmente que este tipo de pesquisa deve considerar o objeto estudado, que é fruto de um processo histórico e que reflete posições frente à realidade. A pesquisa social não pode ser definida de maneira estanque ou estática, mas deve ser conceituada historicamente entendendo as contradições e conflitos que permeiam seu caminho e ainda cabe considerar com as contribuições de Minayo (2004, p. 27) “a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência.”

Neste sentido, pesquisar implica considerar o sujeito enquanto “gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 2004, p. 22). Cabe, além disso, entender o objeto da pesquisa social como complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação. As pesquisas de cunho social são desafiadoras, muitas vezes pela aproximação e semelhança do pesquisador com os sujeitos pesquisados. Porém, mesmo com esta semelhança, acredita-se que seguindo o rigor teórico a pesquisa corresponde a realidade e atenderá aos objetivos propostos.

A natureza desta pesquisa é qualitativa, uma vez que tem como objeto de estudo um fenômeno social, que não se baseia em critério numérico e, desta maneira, expressa as múltiplas determinações constitutivas do objeto. A pesquisa qualitativa busca a compreensão de determinado fenômeno, com ênfase no modo como o pesquisador constrói a pesquisa a partir do objeto proposto. Implica aproximação com os sujeitos da pesquisa para a partir deste contato absorver as experiências e significados das respostas diante das perguntas realizadas. Este tipo de pesquisa favorece o conhecimento acerca da experiência vivenciada pelo sujeito em sua realidade social.

Além disso, esta pesquisa foi classificada como descritiva uma vez que, de acordo com Gil (2008), seu objetivo permitirá a descrição de fenômenos de uma certa realidade, apontando características de determinada população, situação ou fenômeno. Ou seja, serão descritos os elementos que tem norteados o trabalho do

assistente social.

Os procedimentos metodológicos são essenciais para compreender como se deu a realização da pesquisa, bem como o caminho percorrido para alcançar os objetivos propostos. Estes procedimentos foram descritos através de aproximações e como passos metodológicos.

A primeira aproximação foi a revisão de literatura, que se deu durante todo o processo de pesquisa para aproximação com o objeto e problema propostos. A base empírica para revisão de literatura foi a leitura de artigos publicados em periódicos on-line. A escolha dos periódicos se deu mediante à avaliação Qualis pela CAPES–Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/2018. Foram selecionados e lidos artigos publicados nos periódicos classificados como Qualis A1 e A2, totalizando 06 periódicos, além da revista *Temporalis* classificada como B1, produzida pela ABEPSS–Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Após este procedimento, do total de 160 volumes publicados e 1730 artigos, identificou-se que 37 (trinta e sete) apresentam conteúdos que versam sobre o tema e objeto desta pesquisa. Os artigos estão publicados nos seguintes periódicos on-line: *Serviço Social e Sociedade*, *Katalysis*, *Argumentum*, *Em Pauta*, *Textos e Contextos*, *Ser Social* e *Temporalis* (Apêndice A). A identificação e seleção destes artigos ocorreu a partir das palavras-chaves e da leitura dos resumos. As palavras-chaves utilizadas foram: Serviço Social, assistente social, trabalho profissional, exercício profissional, intervenção profissional, prática profissional, projeto ético-político, projeto profissional, direção social.

Desta maneira estes 37 artigos representam 2,13% do material publicado nos periódicos on-line no período de abrangência da pesquisa. A diferença do recorte temporal entre os periódicos pesquisados decorreu do período que cada periódico passou a disponibilizar os números on-line. As publicações sobre Estado, políticas sociais e políticas públicas e temas correlatos, abrangem mais de 90% das publicações e aquelas referentes ao trabalho profissional tem nesta comparação, um número reduzido. Destes 10% restante, 2,13% abordam o tema desta pesquisa.

Tabela 1 – Distribuição dos periódicos por nome, período de abrangência da pesquisa e número de artigos referentes ao objeto da pesquisa

Nome do periódico	Período de abrangência da pesquisa por periódico	Link para acesso ao periódico	Número de volumes por periódico	Número de artigos por periódico	Número de artigos referente ao objeto da pesquisa
Serviço Social e Sociedade	2010/2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=en&nrm=iso	30	246	11
Katalysis	2005/2017	http://www.katalysis.ufsc.br/contudo.php	30	368	8
Argumentum	2009/2017	http://periodicos.ufes.br/argumentum/	19	196	1
Em Pauta	2007/2017	http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta	22	261	4
SER Social	2007/2017	http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social	22	181	1
Textos & Contextos	2007/2017	http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass	22	304	7
Temporalis	2010/2017	http://periodicos.ufes.br/temporalis	15	174	5
TOTAL				1730	37

Fonte: Sistematização realizada pela própria autora, 2018-2019.

Sobre a temática dos artigos indica-se que foi variada; destas seis tratam especificamente sobre o projeto ético-político, seis partem da discussão do Serviço Social e o trabalho em políticas sociais. Ainda nesta análise identificou-se que quatro artigos tratam sobre a formação profissional e três sobre a pesquisa em Serviço Social. Os demais apresentam temáticas diversificadas, como crise do capital, organização política, dentre outros.

Quanto à origem das informações apresentadas nos artigos, indica-se que 32 (trinta e dois) artigos consultados baseiam-se em pesquisa bibliográfica e/ou revisão de literatura¹; 05 (cinco) artigos fundamentam-se de dados oriundo da pesquisa documental, 04 (quatro) apresentam resultados de pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas envolvendo como sujeitos os assistentes sociais; 02 (dois) artigos apresentam resultados de dissertação de mestrado e outros 02 (dois) resultam de teses de doutorado, sendo que um deles apresenta resultados de grupo de pesquisa. Os artigos que indicam como metodologia a revisão de literatura, trata sobre questões gerais do trabalho e não aproxima das particularidades do cotidiano profissional. Os autores citados como referência na

¹ Alguns artigos apresentavam mais de uma fonte de informação, relacionando principalmente pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

maioria dos artigos são: Netto (1992; 1999), lamamoto e Carvalho (1982) e lamamoto (1998; 2007),² entre outros autores.

Além da identificação e leitura dos artigos que compõem a base empírica desta dissertação, identificou-se também a produção de conhecimentos sobre o tema a partir do estudo de outros autores, que tratam sobre o trabalho do assistente social e o trabalho do assistente social na PAS. Este material oriundo de livros, teses e periódicos impressos, compõem as fontes bibliográficas que foram utilizadas para subsidiar a análise dos dados e resultados da pesquisa ora realizada.

A análise dos artigos deu-se através da leitura e levantamento de eixos temáticos que contribuiriam para análise da revisão de literatura e possibilitou elencar alguns elementos norteadores que se acredita, orienta o trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais. Assim, a partir da revisão de literatura identifica-se que os principais elementos que norteiam o trabalho profissional são: a direção social e o projeto ético-político; as normativas da profissão; e o trabalho nas políticas públicas e sociais.

A segunda aproximação foi a definição da pesquisa envolvendo sujeitos. Destacou-se a escolha do universo da pesquisa e dos parâmetros para a definição dos sujeitos da pesquisa. A pesquisa de campo ocorreu na cidade de Londrina³. A opção por estudar a política de assistência social diz respeito ao fato de que em Londrina a PAS se configura como o campo que absorve o maior número de assistentes sociais, como se verifica na tabela a seguir.

² As obras de Netto citadas são: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992 e *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1999. A obra de lamamoto e Carvalho é: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982. As obras de lamamoto são: *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998 e *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

³ Sobre a estrutura da PAS no município de Londrina consultar o capítulo 3.

Tabela 2 – Distribuição dos assistentes sociais que atuam na Prefeitura de Londrina

Assistentes Sociais Ativos - Prefeitura de Londrina	Número
Secretaria Municipal de Assistência Social	96
Secretaria Municipal de Política para as Mulheres	7
Secretaria Municipal do Idoso	5
Secretaria Municipal de Recursos Humanos	3
Autorarquia Municipal de Saúde	17
CAAPSM	1
TOTAL	129

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina – Secretaria de Recursos Humanos, informação obtida em 29/06/2018

Para a definição dos sujeitos da pesquisa foram escolhidos especificamente os assistentes sociais que atuam nos serviços que compõem a proteção social básica, uma vez que são estes serviços que agregam a maior parte dos profissionais que atuam na PAS. Além disso, optou-se por delimitar neste âmbito de proteção da política para favorecer o distanciamento do pesquisador com o objeto da pesquisa, já que esta pesquisadora atua em um serviço da proteção social especial no município de Londrina/PR.

A proteção social básica é composta por três serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Em Londrina estão instaladas 10 (dez) unidades de CRAS–Centro de Referência da Assistência Social, para atender a população de aproximadamente 564.000 habitantes. Identifica-se em Londrina, conforme Plano Municipal de Assistência Social (2018), 45.828 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), totalizando 120.234 indivíduos. Destas famílias, 34.010 tem rendimento mensal de até meio salário mínimo⁴, assim, cabe ressaltar que grande parte destas famílias encontra-se em situação de extrema pobreza (LONDRINA, 2018). É no CRAS que são executadas as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, ressalta-se a importância deste programa para a execução da PAS. Em cada um destes CRAS a equipe é composta pelos seguintes profissionais: assistente social, psicólogo,

⁴ O que corresponde à R\$499,00.

coordenador, técnico de gestão e motorista, conforme as indicações da NOB/RH SUAS (2007).

Quanto aos assistentes sociais identificou-se unidades do CRAS com equipes multiprofissionais compostas com dois e outras como até sete assistentes sociais. Essa diferença do número de profissionais nas equipes técnicas decorre da divisão territorial em Norte A e B, Centro A e B, Oeste A e B, Sul A e B, Leste e Rural e as diferenças dos territórios onde se situa a população atendida, pois existem regiões com maior índice de famílias vivendo em condição de pobreza e que demandam mais atenção dos serviços da assistência social. De acordo com levantamento, realizado em fevereiro de 2019, identificou-se 42 (quarenta e dois) assistentes sociais atuando nos CRAS em Londrina-PR.

Tabela 3 – Distribuição das unidades de CRAS em Londrina por região e número de assistentes sociais

Nº	UNIDADE DE CRAS	ENDEREÇO	CONTATO	Nº Assistentes Sociais
1	CRAS NORTE A	Rua: Julieta Leite de Carvalho, 65 - Conj. José Giordano	Tel:(43)3378-0388 cras.nortea@londrina.pr.gov.br	3
2	CRAS NORTE B	Rua: Lino Sachentin, s.n. – Conj. Luiz de Sá	Tel:(43)3378-0389 cras.norteb@londrina.pr.gov.br	7
3	CRAS CENTRO A	Rua: Ermelindo Leão, 270 - Jd. Pq. Das Águias	Tel:(43)3378-0393 cras.centroa@londrina.pr.gov.br	2
4	CRAS CENTRO B	Rua: Maria José Carneiro, 55 - Monte Carlo	Tel:(43)3378-0438 cras.centrob@londrina.pr.gov.br	2
5	CRAS SUL A	Av. Guilherme de Almeida, 2260 - Jardim Franciscato I	Tel:(43)3378-0391 cras.sula@londrina.pr.gov.br	4
6	CRAS SUL B	Rua: Lírios dos Vales, 59 Pq. das Indústrias	Tel:(43)3378-0561 cras.sulb@londrina.pr.gov.br	4
7	CRAS OESTE A	Rua: Severino Peba Rolim, 373 - Jd. Maracanã	Tel:(43)3378-0430 cras.oestea@londrina.pr.gov.br	4
8	CRAS OESTE B	Rua: Angelo Gaiotto, s.n. Jardim Santa Rita I	Tel:(43) 3378-0598 cras.oesteb@londrina.pr.gov.br	4
9	CRAS LESTE	Rua Tamarino, 136 Jd. Marabá	Tel:(43)3378-0412 cras.leste@londrina.pr.gov.br	7
10	CRAS RURAL	Rua: Francisco Merighe, 89 Vila Esperança	Tel:(43)3378-0588 cras.rural@londrina.pr.gov.br	5

Fonte: Levantamento realizado pela autora, fevereiro 2019

Além disso a rede socio assistencial é a responsável por operacionalizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos–SCFV e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Esta rede é composta por entidades não governamentais ou sem fins lucrativos. A rede socioassistencial que atende serviços da proteção social básica em Londrina

corresponde a 16 entidades⁵. Quanto aos dados relativos ao número de assistentes sociais, que atuam na rede socioassistencial conveniada há uma imprecisão de informação, pois existem instituições que não tem assistentes sociais em seu quadro funcional, já outras instituições contam com mais de um assistente social em suas equipes. Ressalta-se que nos serviços da rede não governamental há rotatividade de profissionais, não sendo precisa a informação quanto ao número de assistentes sociais contratados nestes espaços. Deste modo, somando os assistentes sociais que atuam nos CRAS e aqueles que atuam na rede socioassistencial, tem-se em média 60 assistentes sociais atuando na proteção social básica em Londrina-PR.

Foram convidados os assistentes sociais que atenderam ao seguinte perfil:

- ter no mínimo dois anos de formação em Serviço Social.
- experiência profissional de no mínimo um ano de efetivo exercício atuando na política de assistência social.
- atuam em serviços públicos subsidiados pelo Estado e profissionais que trabalham na rede de serviços socioassistenciais através de contratos e convênios com a SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina PR.
- aceitem o convite para participar da pesquisa.

Assim, foi solicitada autorização da Prefeitura do Município de Londrina, através da Secretaria Municipal de Assistência Social para realização desta pesquisa com os assistentes sociais que atuam na proteção social básica em Londrina-PR, sendo autorizada mediante documento assinado pelo Diretor de Proteção Social Básica, alocado na secretaria acima mencionada, na data de 12 de novembro de 2018 (ANEXO A).

Outro procedimento a ser destacado é a solicitação de autorização para realização da pesquisa, submetendo o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, instalado na Universidade Estadual de Londrina-UEL. Foi emitido parecer favorável à realização da pesquisa sob número de CAAE: 03153318.7.0000.5231 e número do parecer: 3.145.754 (ANEXO B).

O convite aos sujeitos da pesquisa ocorreu mediante contato direto com os profissionais via redes sociais ou em seus espaços de trabalho para divulgar

⁵ As informações sobre a rede sócio assistencial serão apresentadas no capítulo 3 desta dissertação.

a realização desta pesquisa e convidá-los a partilhar suas experiências de trabalho. Foram convidados 12 (doze) profissionais a participar da pesquisa sendo que 04 (quatro) não aceitaram o convite. A respeito da amostragem dos sujeitos para realização das entrevistas da pesquisa, inicialmente foi planejado entrevistar no mínimo 6 (seis) sujeitos, o que corresponderia à 10% do universo. O aceite de 8 (oito) assistentes sociais possibilitou a obtenção de uma maior consistência das informações emitidas pelos sujeitos da pesquisa.

Dos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa foram entrevistados 6 assistentes sociais que trabalham nos CRAS em Londrina e 2 assistentes sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; neste último quesito considerando-se a rotatividade dos profissionais nos serviços não governamentais⁶. Deste modo, se considerar a média de assistentes sociais que atuam na básica, foram entrevistados aproximadamente 13% dos sujeitos que compõem o universo da pesquisa.

Dentre os oito sujeitos, que participaram da pesquisa, todos são formados pela Universidade Estadual de Londrina–UEL, que oferta ensino público, tanto na graduação como na pós-graduação na modalidade presencial. Embora as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social estejam em vigência desde 1996, o curso de Serviço Social da UEL adequou o seu currículo a partir do ano de 2002, assim, a metade dos sujeitos que formou neste currículo foi com direcionamento baseado nas referidas Diretrizes.

Sobre a última formação registradas pelos sujeitos indica-se que uma das assistentes sociais não realizou formação em pós-graduação e todas as demais fizeram especializações ou mestrado, demonstrando preocupação com suas formações acadêmicas. Verificou-se que os assistentes sociais indicam conclusão de pós-graduação nas áreas de trabalho com famílias, enfrentamento à violência contra criança e adolescente e gestão de políticas sociais. Um dos sujeitos é mestre em Serviço Social e Política Social. O conjunto CFESS-CRESS cria a Política Nacional de Educação Permanente (2012) que visa incentivar o aprimoramento intelectual, técnico e político dos assistentes sociais como forma de qualificar o exercício profissional. Observa-se que para os sujeitos entrevistados a busca pela formação após a graduação está para responder as demandas da política social, visando

⁶ A rotatividade dos profissionais dificultou a aproximação e contato para convite e participação nesta pesquisa.

qualificação do trabalho na política, ou seja, para responder às requisições da política social como campo de trabalho para o assistente social.

Quanto à experiência profissional, excetuando um sujeito que começou a trabalhar antes da promulgação da Política Nacional de Assistência Social–PNAS (2004), os demais iniciaram sua atuação na política de assistência social após implantação do SUAS (2005) demonstrando o impacto da implementação deste sistema no mercado de trabalho do assistente social.

A respeito do vínculo empregatício em Londrina os Centros de Referência de Assistência Social–CRAS são municipalizados e as equipes são efetivadas através de concurso público. Os dois sujeitos entrevistados que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são contratados como celetistas, através de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

A terceira aproximação diz respeito aos procedimentos de coleta das informações junto aos assistentes sociais. Pontua-se que o instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, através da elaboração de um roteiro de questões (APÊNDICE B), que proporcionou aos sujeitos entrevistados a partilha de informações e a troca de experiências acerca do tema abordado. Todos os sujeitos receberam antecipadamente o roteiro de questões, o que proporcionou condições a que refletissem sobre as questões realizadas. Foi solicitado autorização para análise dos dados coletados aos sujeitos através de TCLE-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C).

Após a coleta dos depoimentos os dados foram sistematizados e foi realizada a análise das respostas dos sujeitos da pesquisa à luz do referencial teórico e com a identificação dos seguintes eixos analíticos: as características do trabalho do assistente social na Proteção Social Básica, as requisições e as demandas para o trabalho do assistente social na PAS, as ações e as atividades realizadas pelo assistente social e o trabalho multidisciplinar. As categorias analíticas centrais para esta pesquisa são trabalho e cotidiano.

Os dados da pesquisa foram tratados através de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2004) a análise de conteúdo se constitui em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com a utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever conteúdos das mensagens que foram coletados na pesquisa. Esta técnica consiste em classificar os diferentes elementos identificados na pesquisa de campo a partir de critérios, que proporcionem certa

ordem diante da soma dos dados coletados construindo indicadores que favorecem a inferência de conhecimentos.

Para Bardin (2004) as fases da análise de conteúdo são distribuídas em três momentos: a pré-análise que é a sistematização de ideias iniciais que orienta a interpretação do material; esta fase é constituída pela organização e tomada de decisão que antecede a interpretação dos dados coletados; a seguir a exploração do material que é a realização das proposições feitas na pré-análise, que consiste em codificação, desconto e enumeção; e a fase de tratamento dos resultados que é a inferência e interpretação após a leitura dos dados brutos para a construção de resultados a partir da condensação das informações coletadas.

Os capítulos foram construídos a partir da coleta de informações para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos indicados. O primeiro capítulo diz respeito a introdução, que apresenta o percurso metodológico para realização desta pesquisa. O segundo capítulo trata sobre o Serviço Social e o trabalho do assistente social, abordando a concepção de profissão e a direção social do Serviço Social; o trabalho em Marx, o trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais e as normativas legais que regulam o Serviço Social. O terceiro capítulo aborda o trabalho do assistente social na PAS, indicando elementos sobre as políticas sociais brasileiras, a construção do SUAS e da proteção social básica, a configuração da PAS em Londrina-PR e apresenta as particularidades do trabalho do assistente social na PAS em Londrina-PR. O quarto capítulo diz respeito aos elementos norteadores do trabalho desenvolvido pelo assistente social na PAS em Londrina-PR, apresentando os dados identificados na revisão de literatura e na pesquisa de campo sobre o trabalho do assistente social na proteção social básica. Nas considerações finais aponta-se como os elementos norteadores identificados nesta pesquisa interferem no cotidiano profissional do assistente social.

2 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

“Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições, lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo. Aprendi a viver.” (Cora Coralina)

Neste capítulo é apresentado o Serviço Social na contemporaneidade, a partir de elementos que particularizam a profissão, como a direção social do Serviço Social. Apresentam-se, também, as concepções identificadas sobre o Serviço Social e a constituição do projeto ético-político-PEP. Abordam-se, também, as normativas legais que regulam a profissão. Neste capítulo realiza-se aproximação com o trabalho na sociedade capitalista e apresentam-se elementos gerais sobre o trabalho do assistente social realizado em políticas públicas e sociais.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: CONCEPÇÕES E DIREÇÃO SOCIAL

Para apresentar as aproximações feitas nesta pesquisa, primeiramente entende-se pertinente situar o Serviço Social como profissão na sociedade capitalista, em sua fase monopólica, considerando o que particulariza o Serviço Social na contemporaneidade e as determinações da realidade sócio histórica.

Conforme Iamamoto (2013) considera-se que o Serviço Social é produto histórico e seu significado é desvendado em sua inserção na sociedade capitalista mas, especificamente, na divisão social e técnica do trabalho. A profissão se afirma como especialização do trabalho coletivo, atuando diante de necessidades sociais e com a produção e reprodução de meios de vida, considerando diante disto as determinações sociais e históricas. A autora afirma que o Serviço Social se reproduz como trabalho especializado por ser socialmente necessário, atuando na produção de serviços que atendam às necessidades sociais, que tem valor de uso e utilidade social.

No livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”⁷ elaborado por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho originalmente em 1982, os autores Iamamoto e Carvalho apresentam uma análise acerca da gênese do Serviço Social, amplamente reconhecido e reproduzido em meio a categoria profissional.

Iamamoto e Carvalho (2011) indicam que o surgimento da profissão está relacionado à sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho⁸. Entende-se que a divisão social e técnica do trabalho é a construção de um lugar para a profissão, entendendo que todas as profissões atendem as necessidades da sociedade capitalista. A divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho e de realização de atividades em determinado contexto de alienação. A divisão do trabalho tem estrutura histórica determinada, estando o indivíduo determinado pela sociedade. Iamamoto e Carvalho (2011) pontuam que a Igreja e o Estado têm papel crucial para entender a origem do Serviço Social. Diante do aumento do pauperismo da classe trabalhadora no processo de urbanização, o Serviço Social se constitui como uma alternativa às ações caritativas tradicionais, que eram dispersas e sem continuidade, como tentativa para enfrentamento das expressões da questão social⁹. Assim, o Estado cria as políticas sociais e contrata os assistentes sociais para intervir na sociedade civil diante da miséria dos trabalhadores. Ou seja, as mobilizações da classe operária obrigam o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante da questão social.

Ainda acrescenta Iamamoto e Carvalho (2011), a questão social é manifestação da contradição entre o proletariado e a burguesia, passando a requisitar novas intervenções que vão além da caridade e da coerção por conta do pauperismo, que é resultante das relações desiguais e hierárquicas entre as classes sociais. Diante

⁷ Ressalta-se que o livro consultado refere-se à 33ª edição impressa em 2011.

⁸ Esta dissertação não tem como objetivo a apresentar a historiografia da profissão, mas apresentam-se elementos importantes para compreender o Serviço Social na contemporaneidade. Sobre o Serviço Social no movimento histórico consultar: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. São Paulo: Cortez, 33ª ed, 2011. NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. Cortez: São Paulo, 2011b. MARTINELLI, Maria Lucia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 7. Ed. Cortez: São Paulo, 2001. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. Cortez: São Paulo, 1995.

⁹ Para aprofundar a discussão sobre a questão social consultar a revista *Temporalis*, São Paulo, nº 3, jan-jun, 2001; que versa sobre o debate construído pelo Serviço Social brasileiro acerca da questão social.

disso, salienta-se que a profissão intervém em contexto de desigualdade social e distribuição desigual da riqueza socialmente produzida.

A questão social se coloca como a matéria-prima para o Serviço Social. A respeito da questão social, explica Iamamoto e Carvalho (2011, p. 84) são “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

Atribui-se o desenvolvimento do Serviço Social ao surgimento do proletariado como expressão política e de sua organização como classe trabalhadora, na medida em que os trabalhadores reconheciam a exploração a qual eram submetidos durante a venda de sua força de trabalho para sua sobrevivência e diante do crescimento da miséria e da desigualdade social, no processo de reivindicação de suas necessidades sociais básicas. Neste sentido, Iamamoto e Carvalho (2011) destacam, que diante do poder de organização do proletariado, as diversas frações da classe dominante para manutenção da ordem vigente demandam o surgimento da profissão, que vai operacionalizar as políticas sociais como mecanismo para amenizar as tensões e garantir o exercício de poder na sociedade, sendo esta estratégia de controle e enfrentamento da questão social emergente.

Como apresenta Iamamoto e Carvalho (2011) as primeiras escolas de Serviço Social tinham base confessional e o Estado participava com a indicação das prerrogativas do mercado de trabalho para os profissionais, que atuavam com políticas sociais diretamente com a população mais empobrecida na busca de consensos e amenizar as mobilizações sociais daquele momento histórico diante da precarização de vida.

A institucionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se depara com a questão social, promovendo o surgimento das políticas sociais. Desta forma, o Estado requer um intermediador para agir com os trabalhadores e amenizar os conflitos diante do seu reconhecimento enquanto classe explorada. Ainda neste sentido, a intervenção do profissional visava à coerção, o controle e o consenso, contribuindo para manutenção da força de trabalho e para a lógica capitalista e sua ordem.

O Serviço Social recebe um mandato da classe dominante e do Estado para atuar com a classe trabalhadora e as requisições são postas pelos contratantes, que o remuneram como trabalhadores assalariados para atuar diante de

metas, jornada de trabalho e critérios estabelecidos. Assim, o profissional é contratado para intervir na relação capital e trabalho e atuar perante situações conflituosas, atendendo às necessidades funcionais ao desenvolvimento do capitalismo.

Mesmo sendo o Estado e a classe dominante a reivindicar o trabalho do profissional, o assistente social atua junto à classe trabalhadora que não requisitou o seu trabalho. Esta relação indica a ambiguidade que permeia o trabalho do assistente social, desde seu surgimento até as intervenções contemporâneas do trabalho profissional, uma vez que é requisitado a responder às demandas que reforçam a dominação de classe, sendo que são estas demandas que garantem os espaços de trabalho para o assistente social na sociedade capitalista.

Deste modo, o assistente social é trabalhador assalariado, pois esta é condição de ser do trabalhador na sociedade capitalista e a intervenção profissional tem significado na reprodução das relações sociais. Para Yamamoto e Carvalho (2011) a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação de classe. A reprodução das relações sociais e da totalidade do processo social e de determinado modo de vida na sociedade burguesa, ou seja, é a reprodução dos modos de vida dos indivíduos na sociedade de maneira socialmente determinada.

No Brasil, segundo aponta Yamamoto e Carvalho (2011) o Serviço Social se afirma integrado ao Estado representado pela busca do controle e pela ação integrada a sociedade civil e, além disso, vincula-se a instituições privadas empresariais, sejam dedicadas a atividades produtivas ou à prestação de serviços para a população. Assim, o profissional é assalariado para trabalhar nestes dois âmbitos, no público e no privado. Consequentemente não se pode pensar a profissão sem entender a sua relação com as instituições as quais se vincula.

Em síntese, entende-se que para Yamamoto e Carvalho (2011) é o reconhecimento do trabalhador diante de sua condição de pauperismo que provoca uma resposta do Estado e setores dominantes, que requisitam o surgimento da profissão. E que a profissão tem um significado social relacionado à sua inserção na divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo, como trabalhador assalariado e portador de relativa autonomia para intervir na realidade social. Esta tese rebate na formação e no trabalho profissional desde então, sendo base para compreensão e explicação da profissão na sociedade capitalista, tanto que reproduzida pelos profissionais e pesquisadores da área.

Assim, observa-se que a produção teórica de Yamamoto e Carvalho (2011), juntamente com as demais produções de Yamamoto, vem subsidiar o entendimento sobre a profissão na contemporaneidade, não sendo a tese defendida pela autora superada, mas sim reforçada e ampliada pela interpretação de outros autores que escrevem e pesquisam sobre o Serviço Social.

Apresenta-se a contribuição de Netto (2011b) tomando como referência seu livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” de 1992¹⁰. O autor defende que o Serviço Social se constitui como profissão em decorrência da emergência do mercado de trabalho para este profissional e faz estas considerações a partir de uma leitura crítica, baseada na aproximação e estudo da teoria marxista.

Para Netto (2011b) trata-se de uma profissão socialmente legitimada por formação acadêmica de nível universitário, sancionada por aparatos legais e intervém nas expressões da questão social. Para compreender seu significado social deve-se entender que a profissão envolve relações de poder e é uma das profissões que trabalha com a implementação de políticas sociais.

Netto (2011b) indica que o Serviço Social surge com a ordem monopólica a partir de um contexto sócio-histórico, que possibilita a emergência da profissão no conjunto de processos econômicos, sociais, políticos e culturais. A partir destes determinantes se instaura o espaço sócio histórico que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão.

Salienta-se que a tese defendida por Netto (2011b) aponta que o surgimento da profissão se dá com a passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, na qual se altera a relação capital e trabalho. Na fase do capitalismo monopolista é ampliada a produção, contudo a apropriação da riqueza produzida se dá de maneira privada. Isto provoca alterações na estrutura social e política, a partir de um movimento global conhecido como período imperialista, que complexifica a dinâmica da sociedade. A ordem monopólica atendeu a necessidade de ampliar o lucro dos capitalistas através do controle dos mercados.

Deste modo, para Netto (2011b), no capitalismo tem-se o processo de enriquecimento desigual, que acirra as desigualdades entre as classes sociais, assim, reitera-se que o Serviço Social surge com a exploração do trabalhador no processo

¹⁰ Foi utilizada a obra em sua 8ª edição produzida em 2011.

que diz respeito à industrialização e a urbanização no século XIX. Considera-se que a profissão surge para atender as necessidades do capital.

Além disso, verifica-se que os profissionais se apropriam dos conhecimentos de maneira heterogênea e desigual, partindo de perspectivas e interpretações de diferentes autores que orientam o posicionamento profissional mantendo traços conservadores e críticos.

Para Netto (2011b) foi reconhecida primordialmente que a profissão se constitui resultante de processo cumulativo, enquanto organização da filantropia, com traços mecanicistas, mostrando-se inepta para dar conta da realidade a qual era chamada a intervir.

Desta maneira, sendo estabelecido o mercado de trabalho é o que impulsiona a constituição do Serviço Social como profissão e o assistente social tornando-se trabalhador, vendedor de sua força de trabalho. Ressalta-se que não é a profissão que surge e cria o mercado de trabalho, mas é a constituição deste mercado que leva ao surgimento da profissão, ou seja, a profissão não surge de demandas internas, mas de um contexto mais amplo, do contexto sócio-histórico.

Como explica Netto (2011b, p. 72-73) “[...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas”. Complementando esta afirmação, esclarece-se que são nas determinações do capitalismo, na era dos monopólios, que se gestam as condições para constituição do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho, que requer um profissional como o assistente social nesta ordem societária.

Assim, segundo Netto (2011b), se constitui o mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social, sendo reconhecido como agente executor das políticas sociais e, neste marco de ações executivas, lhe é atribuído um rol de procedimentos sejam estes de administração a implementação destas políticas. A partir do exposto, afirma-se que a profissão se institucionaliza e se consolida respondendo aos interesses da classe dominante, que é representado pelo Estado burguês e este aponta os problemas sociais que serão focos do atendimento profissional através das polícias públicas.

Partindo da discussão de Netto (2011b), nota-se que o profissional nesta trajetória busca o rompimento da profissão relacionada às protoformas do Serviço Social. Desta maneira se dá o esforço profissional em romper e superar o que foi posto tradicionalmente à profissão desde seu surgimento, somando suas ações as

forças dos trabalhadores para acesso às necessidades que realmente alteram sua condição de vida.

No plano ideal a profissão respalda-se em arcabouço teórico crítico, que possibilita ao assistente social construir uma análise acerca da vida social e da estrutura que molda e define esta mesma realidade. E, a partir desta análise, captura os determinantes constitutivos dos fenômenos sociais com os quais lida cotidianamente nos campos ocupacionais onde atua como trabalhador assalariado. Em contraponto, tem o real com o Estado, exercendo suas funções de coerção e controle, propondo as políticas sociais e a partir delas criando campos ocupacionais para atuação dos profissionais. O enquadramento institucional também está relacionado às funções do Estado e das políticas públicas.

[...] a especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais (e não só para eles): a profissionalização permanece um circuito ideal, que não se traduz operacionalmente [...] a profissionalização, para além de estabelecer a referência ideal a um sistema de saber, teria representado apenas a sanção social e institucional de formas de intervenção preexistentes, sem derivar numa diferenciação operatória, mesmo que implicando em efeitos sociais delas diversos (NETTO, 2011b, p. 104).

Os campos de trabalho para o Serviço Social em sua maioria estão no âmbito do Estado, que é instância de conserva social e que reforça a lógica do capital. O Estado é chamado a interferir na relação entre empresariado e trabalhadores através da regulamentação do mercado de trabalho com leis trabalhistas e sociais, com a gestão e prestação de serviços sociais como estratégia de enfrentamento das sequelas da questão social sobre a vida da classe trabalhadora.

O Serviço Social é requisitado pelo Estado para atender e intervir por meio das políticas públicas e sociais diante das necessidades da classe trabalhadora, intervenção necessária para o desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) o Serviço Social se origina e se consolida como profissão, que intervém na realidade e se apropria de conhecimentos acumulados e produzidos por outras ciências e, desta maneira, constrói o arsenal teórico que irá subsidiar a realização de sua análise sobre a realidade social.

No Serviço Social brasileiro as primeiras influências partem da doutrina social da Igreja Católica, com base no conservadorismo. A respeito da

influência do pensamento conservador, aponta-se que historicamente o Serviço Social surge e tem sua constituição aproximada a tradição conservadora, que é uma determinação presente na realidade socio-histórica. As determinações do conservadorismo apontam para o ajustamento dos indivíduos, o alinhando ao projeto burguês capitalista favorecendo a manutenção da ordem burguesa.

Como dito, no surgimento do Serviço Social a profissão estava imersa no universo teórico do conservadorismo. Em sua origem passa pela influência do pensamento conservador europeu franco-belga e a partir dos anos 1940 aglutina a sociologia conservadora norte-americana, aprimorando procedimentos de intervenção no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades (IAMAMOTO, 2013).

Neste interim, a intervenção é racionalizada e a ação profissional está fundada no reformismo conservador e na base filosófica neotomista. Este arranjo teórico-doutrinário operativo garante que a profissão mantenha seu caráter missionário, atendendo a tecnificação e a modernização da sociedade e do Estado (IAMAMOTO, 2013).

Neste modelo, a ação profissional é realizada a partir de medidas paliativas e rotineiras com iniciativas de controle da população e dos recursos dos serviços, atendendo às prerrogativas propostas pelo Estado de controle sobre a classe trabalhadora, principalmente dos trabalhadores que vivem em condição de pobreza.

Iamamoto (2013) considera que a herança conservadora representa o embasamento de parte das respostas profissionais às demandas postas nesta sociedade capitalista, acredita-se que no ano de 2019 do século XXI, parcela da categoria profissional ainda se orienta pela tradição conservadora, já que a trajetória histórica do Serviço Social aponta para comportamento do assistente social essencialmente conservador.

Deste modo, considera-se que o pensamento conservador é orientado para manutenção da ordem vigente, mantém sólida estrutura de ideias que se reproduz na sociedade atual e propõe a manutenção de instituições e reforça pontos de vista, além de apontar a noção de ajustamento e delimitação de funções sociais.

O pensamento conservador está relacionado à noção de conservar na tentativa de preservar ideias sobre o que se entende serem os valores

conservadores, sobre a família, sobre a tradição, que se acredita e valoriza. Para Machado (2011) o pensamento conservador é uma expressão cultural complexa e diferenciada, particular no tempo e espaço sócio-histórico da sociedade burguesa.

Como sintetiza Iamamoto (2013) o pensamento conservador retoma o passado e o transpõe para o presente. Desta forma, a sociedade é entendida como constitutiva de entidades orgânicas, que são articuladas ao modelo de família e as corporações. Os pequenos grupos são fonte para relações interpessoais, de sociabilidade e de moralidade. Os elementos sagrados e irracionais são valorizados em contraposição a razão e a tradição, sendo que os costumes legitimam a autoridade.

No conservadorismo exalta-se a hierarquia e o status, pois sem hierarquia não tem estabilidade, sendo importante a aceitação da interdependência como, por exemplo, indica a natureza hierárquica e necessária da relação entre pai e filho. Deste modo, a possibilidade de igualdade enfraqueceria os valores humanos.

Para Nisbet (1981) o pensamento conservador enfatiza a importância da autoridade, afirmando costumes e tradições, expressando-se na família, na comunidade, nas classes sociais e na sociedade. Neste pensamento a autoridade seria a substância de toda forma de relação.

No pensamento conservador, Nisbet (1981), indica que a igualdade, a soberania popular e o direito do indivíduo promovem a instabilidade e a desorganização social, desta forma, aprova-se a veneração do passado para manutenção de status e garantia de segurança, além disso, caberia priorizar a sociedade sobre o indivíduo, reforçando valores e a importância das instituições na sociedade.

Deste modo, os conservadores apresentam receio pelo novo e pelo diferente e reforçam em seu pensamento a importância das coisas permanecerem como estão, sem alterar ou questionar os modos de vida, buscando enquadrar os diferentes em seus critérios de verdade. No pensamento conservador a diferença de classes é natural e qualquer rebeldia de determinada classe social não é bem vista e provocaria a desordem.

Sendo feitas estas considerações, observa-se que o pensamento conservador compõe o capitalismo, sendo uma maneira de compreender e explicar a sociedade. Para Iamamoto (2013) o conservadorismo é construído a partir de

determinações históricas e sociais no momento em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista.

Indica-se também, conforme lamamoto (2013), que os conservadores estão “presos ao passado”, pois recorrem ao racionalismo capitalista para exaltação de modelos de vida que já foram dominantes e transpõe para a sociedade atual, este movimento encobre desigualdades fundamentais produzidas neste modo de produção.

Para lamamoto (2013) a ordem social, o ajustamento e o desajustamento, a integração e a desintegração grupal estão enraizadas na tradição conservadora do pensamento europeu do século XIX e são retomados na contemporaneidade, vindo a orientar a intervenção profissional dos assistentes sociais desde a emergência do Serviço Social como profissão se moldando e reformulando no trabalho do assistente social no tempo atual. Neste sentido, para Eiras *et al.* (2015) o Serviço Social tem contribuído com a difusão da ideologia dominante fazendo o controle da população, interferindo na vida privada das pessoas e promovendo a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Na contemporaneidade, o Serviço Social se caracteriza a partir de duas matrizes, pela influência do pensamento conservador e pela consolidação da aproximação a teoria social crítica. Há uma prevalência da segunda em detrimento da primeira, uma vez que a configuração da matriz crítica se apresenta nas normativas da profissão e na construção da direção social configurada no PEP. Menciona-se que o conservadorismo está presente na profissão desde sua gênese e a teoria social crítica se coloca a partir do processo de renovação brasileiro¹¹.

Na contemporaneidade o Serviço Social se constitui como profissão que intervém nas políticas públicas e sociais, mas que, além disso, a profissão é particularizada pela definição das três dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que balizam a formação e o trabalho profissional envolvendo a capacidade teórica, ética e política do assistente social que devem ser consideradas em movimento e articulação.

A dimensão teórico-metodológica diz respeito aos conhecimentos teóricos e metodológicos, que fundamentam a análise da realidade social e subsidiam a construção das formas e possibilidades de intervenção, favorecendo a identificação

¹¹ Sobre o processo de Renovação ver NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

das concepções de mundo, de homem, de sociedade, tendo em vista compreender a dinâmica da sociedade capitalista, suas contradições e seu movimento.

A dimensão ético-política diz respeito ao compromisso e o posicionamento político que o assistente social deve ter em seu trabalho profissional, frente às questões identificadas na realidade social. Proporciona clareza sobre a direção social do seu exercício profissional, respaldando-se em valores e princípios traduzidos em normas e diretrizes constantes no Código de Ética do assistente social.

A dimensão técnico-operativa refere-se aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção. Caracteriza-se por meio do conjunto de habilidades técnicas que permitem desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes, expressando a dimensão interventiva constitutiva da profissão. Nesta direção são construídos e reproduzidos os instrumentos técnico-operativos. Estes instrumentos e técnicas fazem parte das ações construídas pelos assistentes sociais para atender ao objetivo do trabalho profissional realizado nas políticas públicas e sociais.

Considera-se que a profissão se constitui a partir de sua natureza analítica e interventiva. A natureza analítica está relacionada à capacidade que o profissional tem em realizar análise da realidade social e das condições objetivas de vida dos usuários. A natureza interventiva é referente à capacidade do profissional em construir ações, identificar demandas para seu exercício profissional, desenvolver capacidades de articulação com outros profissionais, serviços e políticas sociais. Mas além destes, entende-se que o assistente social tem competência investigativa, para realização de pesquisas para produção de conhecimentos.

Outra particularidade do Serviço Social na contemporaneidade é a definição da direção social estratégica da profissão, indicando que os profissionais devem realizar seu trabalho considerando princípios éticos, valores profissionais e baseados em sólida orientação teórica e política.

Segundo Netto (1999) a direção social do Serviço Social na contemporaneidade e o projeto ético político-PEP começou a ser discutido na década de 1970, pois este período se constituiu como momento importante para o Serviço Social que construía a recusa e a crítica ao conservadorismo que orientava a profissão desde sua origem.

Como marco das discussões que permeiam a direção social do Serviço Social na contemporaneidade, cabe indicar o III Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais, que ficou conhecido como Congresso da Virada. Este congresso ocorreu em 1979 em São Paulo e refletiu na categoria profissional, se constituindo como momento importante para entendimento do Serviço Social crítico e apontando um novo direcionamento para a profissão. Os participantes deste congresso compõem hoje parte da vanguarda do Serviço Social, os quais apontam o direcionamento da profissão. Assim, desde então foram sendo construídas as bases para o novo projeto profissional do Serviço Social.

Parafraseando Mota (2009) a década de 1980 do século passado foi marcada pela efervescência política da sociedade brasileira na luta pela democratização da sociedade e do Estado, cujos sujeitos políticos foram os trabalhadores organizados, havendo considerável vinculação por parte da categoria com movimentos sociais de trabalhadores. O processo de redemocratização, em busca da abertura democrática, foi marco para mudança em meio à profissão que se deu com a aproximação com a teoria social crítica.

Ainda neste período foram identificados avanços para configuração do projeto do Serviço Social. Segundo Braz (2001, p. 3) “o avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, dentre eles, o Código de Ética de 1986”. Este foi um marco para afirmar as novas escolhas que nortearam o Serviço Social na sequencia histórica, porém este Código foi revisto e complementado em 1993, quando foi promulgado o Código de Ética que permanece em vigência na profissão até os dias atuais.

Sobre os aspectos teóricos que redimensionam a profissão considera-se que este acúmulo teórico se deu pela interlocução com outras áreas do conhecimento, principalmente ao incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo, ou seja, pela adoção de vertentes críticas, em sua maioria, marcadas e influenciadas pela tradição marxista (NETTO, 1999).

A direção conservadora da profissão é questionada no transcorrer dos anos 1980 para 1990 do século passado, com os profissionais reivindicando a definição de outra direção para a profissão. Como indica Netto (1999) neste momento histórico deu-se a consolidação do projeto profissional em decorrência principalmente da maturação intelectual dos assistentes sociais, que tem os seguintes traços: a profissão conquista espaços na academia; fortalecem-se cursos de pós-graduação; consolida-se a produção de conhecimentos e tem-se o reconhecimento do Serviço

Social como área do conhecimento; além disso, cabe apontar que a categoria construiu acúmulo teórico.

Para Netto (2011a) no processo de Renovação da profissão no Brasil¹² é alterada a natureza e funcionalidade do Serviço Social, que coaduna com alteração das demandas, a mudança na inserção dos profissionais nos campos ocupacionais, alterando-se também as condições de seu exercício profissional. Outro aspecto importante é a identificação do redimensionamento dos quadros técnicos e dos referenciais teóricos e ideológicos apropriados pelos assistentes sociais. Contudo, cabe ressaltar que este processo não foi homogêneo. O processo de renovação envolve a profissão como um todo e apresenta perspectivas diferenciadas demonstrando o pluralismo¹³ profissional. Este processo de rompimento apresentou medidas desiguais e metamorfoseadas, contendo aspectos de continuidade e de mudança e todos estes se entrecruzam e se superpõem, comparecendo em parcelas do novo. Ou seja, o novo na realidade contém fragmentos de distintos momentos que marcaram a história desta profissão no Brasil e no mundo.

Assim, para Mattos (2015) a renovação vai se apresentar de forma heterogênea, sendo uma destas perspectivas a intenção de ruptura, que coloca o necessário rompimento com a tradição positivista e a direção reformista-conservadora, recorrendo aos referenciais da teoria crítica para ampliar conhecimentos teóricos, políticos e ideológicos que subsidiem o entendimento sobre a profissão, possibilitando que, posteriormente, a teoria social de Marx fosse assumida como direção teórica para o Serviço Social.

Neste processo ocorreram mudanças, principalmente com a aproximação do Serviço Social a tradição marxista. O Serviço Social na contemporaneidade faz aproximação com a teoria social crítica, partindo da obra marxiana.

¹² Sobre a relação entre o Movimento de Reconceituação e o processo de Renovação ver GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os Caminhos e os Frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Revista Praia Vermelha, vol.19, n. 2, PPGSS/Escola de Serviço Social/UFRJ, 2009.

¹³ Sobre o pluralismo Netto (1999, p. 96-97) afirma: “a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção e a consolidação) [...] é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado. Mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas”.

Mas ainda se considera que, para Netto (1996, p. 113), “a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão”, ainda que subsistam perspectivas alternativas e concorrentes. Assim, a teoria social de Marx vem subsidiar a análise da realidade elaborada pelos assistentes sociais, embora cabe reconhecer que, mesmo com esta aproximação, há uma herança histórica conservadora que marca profundamente a profissão.

A aproximação realizada pela categoria profissional à teoria social crítica favoreceu a construção de uma direção social expressa no PEP do Serviço Social.

Essa aproximação com a teoria social de Marx trará para o horizonte analítico a possibilidade de ultrapassar a análise parcial e fragmentada da realidade, para a análise da realidade social sob a lógica da totalidade. Para adentrar nesse assunto, retoma-se que no Serviço Social a vertente conservadora como orientação teórico-metodológica foi questionada, favorecendo e indicando a necessária aproximação com o pensamento crítico. Segundo Leite (2012) foi através da aproximação dos assistentes sociais com a teoria social crítica fundamentada na tradição marxista, que impulsionou a ruptura com o Serviço Social tradicional, delineando uma cultura crítica em contraposição a herança conservadora que está enraizada no surgimento do Serviço Social como profissão.

O pensamento de Marx funda uma teoria social. Marx se propõe a analisar o movimento do capital da sociedade burguesa e apresenta as implicações do capital nas relações sociais. O objetivo de Marx foi estudar a lógica e a funcionalidade do capital. A teoria social crítica possibilita a construção de um conhecimento teórico sobre a sociedade burguesa que se articula sobre a perspectiva de totalidade concreta, dinâmica e contraditória (NETTO, 1989).

Para Netto (1989) a estrutura da teoria social crítica é constituída a partir de três elementos: o método crítico-dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução. A teoria de Marx esta fundada neste tripé, ou seja, sem a consideração destes três componentes não é possível compreender a lógica marxista. Esta estrutura possibilita analisar a realidade capitalista através dos três elementos em relação.

Marx, ao longo de sua trajetória intelectual, foi progressivamente determinando o método para o conhecimento da realidade social. Para Netto (2011c),

Marx parte da premissa que os elementos econômicos impulsionam a sociedade do capital.

O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto de pesquisa em sua estrutura e dinâmica. A teoria é para Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto, realizado pelo sujeito pesquisador, pois é através da teoria que o pesquisador reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado. Assim, Netto (2011c) afirma que a teoria é o real reproduzido e interpretado idealmente.

Conforme Netto (2011c) o método de pesquisa proporciona construir o conhecimento teórico, a partir da aparência para alcançar a essência do objeto, ou seja, entendendo a dinâmica e a estrutura do objeto reproduzido no plano do pensamento. Com o método o sujeito reproduz idealmente a essência do objeto.

Sobre a teoria do valor trabalho que é parte estruturante da teoria crítica, Marx traz a discussão da mais-valia, da circulação, da produção e reprodução, dos valores de uso e de troca. Compreende-se que o trabalho¹⁴ produz a riqueza e que esta produção é social, contudo, a distribuição é privada.

Segundo Netto (2011c) a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, que propõe a construção de uma nova sociabilidade. Quanto à perspectiva de revolução faz a discussão a partir do sujeito político. Entende-se que o sujeito político será a classe trabalhadora, que tem projeto societário, que está em disputa com o projeto da burguesia. Para Marx é necessária a ditadura do proletariado para almejar a alteração do modo de produção e isso se daria com a classe trabalhadora se reconhecendo como sujeito político.

Assim, em vista das contribuições da teoria social crítica para o Serviço Social, vem corresponder à necessidade de criar novas estratégias diante da complexidade das demandas atendidas pelo profissional, indicando alteração na fundamentação teórico e metodológica que proporcione o reposicionamento da profissão e sua intervenção profissional, além de indicar nova orientação ideopolítica.

Identifica-se, portanto, que este modo de criar e recriar o trabalho se constitui em mais um desafio diante da realidade que exalta o imediatismo, o improvisado e o individualismo. Deste modo, recorre-se ao método da teoria social crítica, que possibilita analisar as contradições sociais expressas no trabalho do assistente social

¹⁴ A discussão sobre o trabalho será retomada neste capítulo no item que trata sobre o Trabalho e sua centralidade na sociedade capitalista.

e para que os profissionais direcionem a sua atuação para os interesses da classe trabalhadora; além de contribuir com a identificação das determinações históricas que envolvem o objeto de pesquisa ou de intervenção.

Para França (2013) a teoria social crítica é o conjunto de conhecimentos, que contribui para o assistente social compreender a dinâmica da sociedade do capital. Deste modo, superar a imediatividade para atingir a essência das coisas e apreender neste meio as contradições geradas na estrutura da sociedade burguesa devida relação antagônica entre capital e trabalho e neste movimento das classes sociais.

Então, a teoria social crítica diz respeito aos estudos realizados por Marx sobre a sociedade capitalista. Pondera-se que suas observações são atuais tendo em vista a permanência deste modo de produção, assim, a produção de Marx fornece subsídios para entender e analisar a sociedade do capital na contemporaneidade.

Portanto, relacionando com o Serviço Social, indica-se que a teoria social crítica vai contribuir para a construção da análise da vida social, a produção do conhecimento sobre a sociedade capitalista e a construção de respostas interventivas de caráter técnico e político para responder aos interesses da classe trabalhadora.

Para Yamamoto (2015a) a apropriação dos profissionais acerca do referencial teórico-metodológico fundamentado na teoria social crítica poderia conduzir a construção de novos caminhos para o exercício da profissão. Cabendo uma aproximação rigorosa com estes referenciais para não correr o risco de confundilos, causando o ecletismo teórico.

A teoria social crítica, como fundamentação teórico-metodológica se coloca de modo a favorecer o entendimento sobre as condições históricas e sociais, a partir da pesquisa sobre a sociedade e sobre as relações sociais, para apreensão da realidade, podendo favorecer uma análise completa da sociedade que acompanhe a dinâmica dos processos sociais. Deste modo, o domínio da perspectiva teórico-metodológica baseada nas produções de Marx proporciona a aproximação com a realidade e a compreensão de suas determinações.

Deste modo, exige-se do assistente social suporte teórico-metodológico que contribua para a realização de seu trabalho, na leitura da realidade social e na análise da conjuntura atual, interpretando criticamente as demandas que

envolvem seu trabalho, traçando estratégias viáveis diante das situações que se apresentam para sua intervenção.

Segundo aponta Fonseca (2016), a teoria social crítica alcançou centralidade na agenda intelectual da profissão. Essa centralidade não indica ausência de pensamentos divergentes, muito pelo contrário, pois sempre permaneceu a heterogeneidade da fundamentação teórico-metodológica dos assistentes sociais. A teoria social vem fundamentar a construção do projeto ético-político do Serviço Social–PEP.

A construção do projeto ético-político do Serviço Social foi estimulada por avanços da categoria, no que diz respeito ao questionamento dos rumos da profissão relacionada ao conservadorismo, que permanecia desde sua gênese. O texto, que é referência na discussão sobre o projeto ético político, foi construído por José Paulo Netto em 1999¹⁵, momento que o autor inaugurou a sistematização deste projeto para o Serviço Social. Pontua-se que os demais textos produzidos sobre esta temática partem das contribuições de NETTO (1999).

Tratando agora, a partir das contribuições de Netto (1999) acerca dos projetos societários e profissionais, mas antes de adentrar a explicação do fundamento destes projetos, pontua-se que as ações humanas são projetadas e planejadas para alcançar determinada finalidade e, também, são estruturas dinâmicas e em constante mudança, pois podem se renovar e se modificar conforme ocorrem as transformações sociais.

Sobre os projetos societários considera-se que são projetos coletivos, que propõe uma alteração ou permanência de sociedade, ou seja, que transformam ou conservam determinada ordem social, correspondem a um conjunto de proposições que partem de determinada classe social.

[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justifica-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la [...] Estes projetos são coletivos, constituem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade [...] Nessa sociedade, projetos societários são simultaneamente, projetos de classe. (NETTO, 1999, p. 93-94)

¹⁵ Este texto foi redigido e publicado no módulo 1º da “Capacitação em Serviço Social e Política Social” (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999). Foi reeditado e publicado em outros países e no Brasil compôs o livro “Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional” de 2009.

Diante da contradição das classes sociais antagônicas desta sociedade, filiamos a intervenção profissional a uma direção social que pode vir a favorecer um projeto de sociedade, no caso, a proposta defendida por parte da categoria profissional é a defesa do projeto da classe trabalhadora.

Sobre os projetos profissionais,

apresentam a auto imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).

Ainda com as contribuições de Netto (1999) os projetos são construídos por sujeitos coletivos representados pela categoria e pelas organizações políticas da profissão, que quando articulados organizadamente atribuem movimento e rompem com estagnações. Estes sujeitos coletivos são plurais e apresentam diversidade de opiniões, nos quais se fazem presentes vários projetos individuais e societários. Deste modo, a opção por determinado projeto profissional não restringe variações, mesmo que o projeto conquiste hegemonia.

Netto (1999) indica que, no Projeto Ético Político do Serviço Social, fez-se a opção por um projeto profissional e um projeto societário. Ambas estruturas guardam relação entre si. Nesta relação pode acontecer, que projeto profissional hegemônico aproxima-se de um projeto societário contra hegemônico, ou vice-versa.

Cabe debate em meio à categoria quanto à projeção da profissão alcançar determinada alteração social. O Serviço Social é profissão e não tem como conquistar transformações nas estruturas sociais, por isto é importante articulação com outros atores, órgãos, categorias profissionais e segmentos sociais para articular o projeto societário almejado pela classe trabalhadora (NETTO, 1999).

No núcleo do PEP estão os valores, que foram construídos historicamente e que constam no atual Código de Ética profissional (1993). No PEP articulam-se elementos éticos combinados com uma direção político profissional. Para Netto “os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações

morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais” (1999, p. 98-99).

Diante do pluralismo, reconhecido em meio à categoria profissional, cabe citar que pactos foram formados para a construção do PEP. Ressalta-se nesta conjuntura os elementos que Netto (1999) indica como imperativos e indicativos.

Assim, segundo Netto (1999, p. 98), os elementos imperativos são os “componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão”, ou seja, quando se fala em imperativo diz respeito àqueles obrigatórios para todos que compõem a categoria, sendo estes: o Código de Ética que apresenta os princípios e valores que orientam o exercício profissional e os direitos e deveres, que devem ser afirmados pelos assistentes sociais; a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) que estabelece as competências e atribuições privativas do exercício profissional do assistente social assim como aponta a organização das instancias da categoria no conjunto CFESS/CRESS e a obrigatoriedade da inscrição de todos os profissionais nos CRESS; as Diretrizes Curriculares que estabelecem o processo de formação profissional dos assistentes sociais, orientando a formação por meio dos fundamentos e do rigoroso trato teórico e metodológico.

E os elementos indicativos são aqueles “em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional” (Netto, 1999, p. 98). São aqueles elementos facultativos, que não há consenso em meio à categoria devido a heterogeneidade no que diz respeito principalmente a fundamentação teórico-metodológica dos assistentes sociais. Neste sentido, citam-se os elementos teóricos que sustentam a ação profissional: a análise da realidade pela lógica da totalidade; a teoria social crítica como base teórica para o trabalho e a formação profissional; a perspectiva dos direitos humanos e sociais; o lugar ocupado pela ética na profissão; a dimensão política do trabalho profissional; a análise crítica da realidade social; a dimensão investigativa do trabalho; a crítica radical ao capitalismo e ao conservadorismo político e teórico-metodológico.

No cotidiano profissional, Mattos (2015) sugere que o assistente social tenha posicionamento ético-político, que considere os usuários como trabalhadores, a partir da sua condição de classe; que tenha clara concepção sobre o significado social da profissão e que saiba realizar análise consistente das demandas

do Serviço Social e sua aproximação com a realidade em sua inserção na totalidade social.

Para Ramos (2009) no âmbito do PEP expressam-se dois segmentos, os que optam pelo debate crítico, que segue com inspiração anticapitalista e segmentos, que atuam na defesa dos direitos e da preservação do Estado na resposta às expressões da questão social, sem necessariamente se identificar com um projeto revolucionário. Acrescenta que para a elaboração de um projeto desta magnitude deve-se levar em consideração decisões coletivas, que é condição básica para sua legitimidade, tratando-se de uma tarefa processual que se concretiza em movimento permanente de busca e construção democrática.

Segundo Mota (2009) o PEP é atribuído como referência profissional, embasado em aparato jurídico-político representado pela Lei de Regulamentação da Profissão; pelo Código de Ética e pelas Diretrizes Curriculares para formação profissional, além das resoluções do conjunto CFESS/CRESS, que tomam o projeto ético político como direção social para a profissão. Estas bases legais foram redefinidas na década de 1990 do século XX e apresentam princípios e diretrizes, traduzindo parte do discurso construído nos anos anteriores a promulgação destas normativas, conforme é apresentado ainda neste capítulo.

Segundo Costa (2014) o PEP é constituído por três elementos: a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, as instâncias político-organizativas da categoria e a dimensão jurídico-política da profissão, que abrangem as normativas profissionais e as legislações sociais; são estes elementos que constituem o PEP e para autora, orientam a intervenção profissional.

Para os sujeitos da pesquisa, dois deles identificam que o PEP é horizonte para o trabalho profissional, porém salienta-se a dificuldade de sua expressão no cotidiano. O PEP conforme está construído permanece no espaço das ideias e, na realidade profissional os assistentes sociais, se depara com as requisições da política social. Assim, há um descompasso entre o que está estabelecido e é compreendido pelos profissionais e as possibilidades do PEP ser entendido como direção para a formação e o trabalho profissional. Como aponta o sujeito B “*que vez ou outra a gente ainda consegue colocar a frente às coisas inerentes ao nosso projeto, à gente vai tencionando ora a gente avança, ora a gente recua.*” (SUJEITO B) e complementa esclarecendo

“O meu horizonte é o PEP mesmo sabe, porque tem essas questões da política que a gente tem que seguir, tem o nosso posicionamento político, que a gente tem que seguir, para mim é esses princípios, porque a defesa da democracia, da liberdade, não tem jeito, e a gente tem este horizonte” (SUJEITO B).

“Mas o que você realmente deveria fazer de acordo com seu PEP, eu acredito no PEP, mas conheço profissional que não acredita, acham que é uma utopia, mas mesmo acreditando você não consegue trabalhar de acordo com ele, é terrível [...] do PEP eu acho que pouco, porque se fosse mesmo, a gente iria estar diariamente conversando com a população e não só no meu atendimento social, é indo nos bairros, conscientizando, movimento popular, que a gente não tem mais os movimentos, então assim, isso eu acho que orienta, que ele está aqui na minha cabeça, que eu acho que é o correto, mas se a gente coloca ele em prática, não.” (SUJEITO H).

Para Hora (2015) há tensão entre o PEP e a condição de assalariamento do trabalhador, o que irá interferir na efetivação do projeto profissional do Serviço Social. Segundo Iamamoto (2015b) reforça-se a existência de tensão entre o projeto profissional e o estatuto assalariado, pois às relações trabalhistas estão repletas de relações de força e poder que influem no trabalho do assistente social.

Neste âmbito constatamos uma importante questão que caracteriza o exercício profissional dos assistentes sociais: o fato de que, enquanto profissionais que possuem um direcionamento por meio do projeto ético-político hegemônico da categoria, têm de lidar com os limites impostos pela condição de assalariamento na qual se encontram (XAVIER, MIOTO, 2014, p. 358).

Neste sentido, cabe à construção democrática de espaços coletivos com apoio de outros agentes, sejam estas categorias profissionais e movimentos sociais que pactuem deste pensamento. Além disso, é importante estabelecer espaços de debate e elaboração com a categoria em busca de construir hegemonia, assim como de relacionar os conhecimentos com formas de intervenção para favorecer a expressão do projeto construído pela categoria.

Porém, o que se observa na contemporaneidade é que o PEP, embora bastante mencionado em meio às produções acadêmicas, pouco vem rebatendo no cotidiano profissional, possivelmente por não se tratar de um projeto executivo. Este movimento favorece o distanciamento do PEP da realidade de trabalho dos assistentes sociais, que se dá no âmbito das políticas públicas e sociais. Então, entende-se que PEP é uma projeção construída pela categoria e que este projeto não é executivo, mas um ‘vir a ser’, tendo em vista que sua efetivação se daria

com a alteração do modo de produção vigente. O PEP é um ‘farol’ para a categoria profissional, pois aponta o caminho, contudo, sua construção caracteriza-se por ser coletiva, por meio de debates dentro da categoria. Considera-se, ainda, que este caminho não é construído isoladamente pela categoria, mas envolve outras áreas do saber e o envolvimento da classe trabalhadora.

A partir destas considerações acredita-se que a direção social é construída historicamente e expressa às contradições inerentes a sociedade capitalista. Pretende-se que o PEP seja um direcionador do trabalho profissional do assistente social, mas não se pode deixar de considerar as condições objetivas para realização deste trabalho que se dá nesta sociedade burguesa que é desigual.

Identificou-se que a base do PEP são as normativas que orientam o trabalho do assistente social,

O projeto ético-político tem como seus pilares básicos o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993 (Conselho Federal de Serviço Social, 1993a), a Lei de Regulamentação da profissão/Lei n. 8.662/9, de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social (NOTA DE RODAPÉ - FRAGA, 2010, p. 46).

[...] elementos que a expressam na formulação do projeto ético-político profissional manifesto no Código de Ética de 1993, na Lei que Regulamenta a Profissão de 1993, no projeto de formação profissional de 1996 e nos diversos outros momentos nos quais a categoria debate, se posiciona e atua, referendando o projeto profissional no qual estão contemplados valores como a liberdade, a democracia, a igualdade e a justiça, e a adoção da teoria crítico-dialética como princípio teórico-metodológico necessário à apreensão da realidade enquanto uma totalidade social (FONSECA, 2016, p. 203).

O Projeto Ético-Político Profissional está pautado numa dimensão jurídico-política, bem como as diretrizes e os princípios da profissão, resultando na formulação do Código de Ética profissional – lembrando que código de ética e projeto ético-político são duas coisas distintas, sendo o primeiro materializado em legislação com atribuições de direitos e deveres e o segundo se ancora na dimensão societária que almejamos conquistar –, na Lei de Regulamentação da profissão e nas atuais Diretrizes Curriculares (FERRAREZ, BARCELLOS, 2016, p. 124).

Tão logo, indica-se a importância destas normativas para orientação profissional, porém acredita-se que tenham outros fatores que indicam a importância do PEP para a profissão. E ainda, como aponta Ferrarez e Barcellos (2016), cabe salientar a distinção do PEP com o Código de Ética profissional, pois apesar do código de ética se manifestar no PEP, o projeto não é constituído apenas por esta normativa.

Acredita-se que esta definição a partir das normativas favorece que os profissionais aproximem o projeto com a realidade cotidiana dos profissionais. Na PAS há vários campos de trabalho ocupado pelo assistente social e o trabalho profissional nos diferentes campos ocupacionais partirá das orientações contidas nas normativas profissionais e contará com as instruções fornecidas pelas legislações da área de atuação profissional.

2.1.1 A Concepção de Profissão: uma Análise a partir da Revisão de Literatura

Na aproximação realizada com os artigos que discutem o Serviço Social foi possível identificar que a profissão, na contemporaneidade, se apresenta a partir de algumas concepções. Identificou-se que todas as concepções estão no mesmo campo teórico, fruto da historicidade construída pelo Serviço Social nesta sociabilidade.

a) Profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho que atua na reprodução das relações sociais

Os estudos de Yamamoto e Carvalho (2011), bem como a obra de Yamamoto, são amplamente reconhecidos e referenciados quando se fala em concepção de profissão, principalmente no entendimento que a profissão é especialização do trabalho coletivo e está inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

[...] uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei n. 8.662/9, de 7 de junho de 1993 (FRAGA, 2010, 42-43).

[...] especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão socio-técnica do trabalho, tendo como objeto de intervenção a Questão Social, ao mesmo tempo que rompe com a sua característica acrítica e a-histórica, adotando-se o pensamento marxiano como inspiração filosófica, parâmetro da ação profissional e da análise das relações de produção capitalista (OLIVEIRA, CHAVES, 2017. P. 154).

Entende-se que a divisão social e técnica do trabalho é a construção de um lugar para a profissão, entendendo que todas as profissões atendem às necessidades da sociedade capitalista. Segundo Yamamoto e Carvalho (2011) a divisão do trabalho é o espaço destinado à profissão, em que se expressa à realização

de atividades em determinado contexto social, a partir de determinantes sócio-históricos e econômicos. Na divisão social o trabalho está determinado pela sociedade capitalista. Ao debater a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, afirmam:

[...] o entendimento da natureza contraditória do Serviço Social e de que se trata de uma profissão socialmente determinada no interior da divisão sociotécnica do trabalho, cujo sujeito profissional desenvolve suas atividades mediante a sua inserção no mundo do trabalho assalariado, subordinado às relações que regem o trabalho na sociedade capitalista (MOTA, 2013, p.21).

A profissão tem um significado social relacionado à sua inserção na divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo. O assistente social é trabalhador assalariado, pois esta é condição de ser do trabalhador na sociedade capitalista.

O estudo dos artigos demonstrou a maneira como a profissão tem sido compreendida pelos assistentes sociais. Portanto, o entendimento de que o Serviço Social é especialização do trabalho coletivo e com espaço na divisão do trabalho é o mais referenciado pela categoria. Compreende-se que a indicação de Iamamoto e Carvalho (2011) vem se constituindo como explicação para compreender a profissão; acredita-se que esta indicação proporciona a que a categoria compreenda o surgimento e a existência do Serviço Social no capitalismo, deste modo, este entendimento tem sido reproduzido nas produções acadêmicas da área, desde a sua publicação em 1982 do século XX.

Outra indicação, que é importante ser ressaltada, é a profissão compreendida no processo de reprodução das relações sociais, novamente como indica os autores IAMAMOTO e CARVALHO (2011).

[...] profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2003) é compreendido no processo de reprodução das relações sociais capitalistas e contraditoriamente na sua negação, na medida em que tem como direção da formação e do exercício profissional um Projeto Ético- Político que aponta para a transformação dessa ordem societária (SILVA, MUSTAFÁ, 2011, p.192).

A intervenção profissional tem significado na reprodução das relações sociais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) quando se fala em reprodução das

relações sociais refere-se à reprodução material e espiritual da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista, por conseguinte, a reprodução da pobreza e da riqueza, assim como o antagonismo de interesses que envolvem estas relações de classe e se expressam na luta de classes. Logo, a reprodução das relações sociais é a reprodução da dominação de classes. Este processo tem caráter político com as classes dominantes se apropriando do Estado que é instância de poder.

b) O Serviço Social atende ao desenvolvimento do capitalismo

A profissão é requisitada a responder às necessidades da classe dominante no que diz respeito às expressões da questão social, que se colocam como matéria sobre a qual a profissão irá intervir nesta sociedade.

O Serviço Social constituiu-se enquanto área profissional pelas necessidades de respostas das classes dominantes às expressões da questão social, e suas conexões genéticas se entretecem com as suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa em sua fase monopolista (CEOLIN, 2014, p. 243).

Outras questões a serem ressaltadas é que a profissão é demandada para atender certa finalidade, como ainda colocou Iamamoto e Carvalho (2011), a profissão é requisitada pelo Estado para intervir junto à classe trabalhadora e, com esta intervenção, vem contribuindo para manutenção da hegemonia dominante.

Em síntese, o Serviço Social é compreendido como uma “prática institucional”, “demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores”, como uma “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante”, “atuando, ainda, pela mediação dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho”, sendo o “exercício profissional polarizado pela luta de classes” [...] (EIRAS *et al.* 2015, p. 177).

Iamamoto (2015a) indica que a profissão expressa as ambiguidades decorrentes das contradições constitutivas da sociedade capitalista, pois o assistente social é trabalhador assalariado, atuando em espaços de interesses antagônicos, explicitando conflitos que expressam interesses e projetos de classes sociais em disputa nesta sociedade.

Desse modo, o Serviço Social participa do processo social “reproduzindo as contradições próprias à sociedade capitalista, ao mesmo tempo, e pelas

mesmas atividades pelas quais é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de repostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora". (EIRAS *et al.*, 2015, p. 177).

O Serviço Social expressa às contradições da sociedade capitalista. A profissão recebe um mandato da classe dominante para atender os trabalhadores nos interesses que sejam funcionais ao desenvolvimento econômico do capital e assim, contribui para favorecer a manutenção e reprodução da força de trabalho.

c) A profissão reconhecida pelo estatuto assalariado do assistente social

O assistente social se insere em relações trabalhistas como assalariado, vendendo sua força de trabalho¹⁶. Para complementar as colocações feitas sobre a profissão, abaixo segue a afirmação de Raichelis (2013), que indica que a profissão é regulamentada como liberal, mas que não possui todas as características das demais profissões desta natureza, já que o trabalho do assistente social se dá em espaços de natureza pública e privada, sendo que o profissional é contratado para cumprir determinada função no espaço ocupacional. O profissional sofre com as contradições que afetam os demais trabalhadores assalariados.

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como profissão liberal, seu exercício profissional se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e o assistente social submetido à condição de trabalhador assalariado, cuja atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho (RAICHELIS, 2013, p. 620).

Assim, o Serviço Social existe por ter espaço no mercado de trabalho, que determina este profissional a cumprir uma atividade que tem utilidade social.

[...] o Serviço Social situa-se como profissão assalariada, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a partir do entendimento de que é uma especialização do trabalho coletivo e que atende necessidades antagônicas (FRANÇA JUNIOR, LARA, 2015, p. 27).

¹⁶ Esta discussão será retomada no item sobre o trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais.

Nos campos ocupacionais o profissional é chamado a cumprir função em troca de remuneração, ou seja, em troca do salário. Este elemento é crucial para entender as relações de trabalho às quais os assistentes sociais fazem parte, pois o profissional ao vender sua força de trabalho corresponde à determinada finalidade que é definida pelos contratantes.

d) O Serviço Social como profissão analítica, interventiva e investigativa

Outra concepção, que cabe destaque em meio aos pesquisadores e toda a categoria, é a elaboração de Netto (1992) sobre a emergência do Serviço Social como profissão estando relacionada à passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, que garante as condições necessárias para instalação do mercado de trabalho para o assistente social. Cita-se abaixo a descrição de Raichelis (2011) que utiliza como referência o texto de NETTO (1992).

O Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais patronais (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Ainda se apresenta à concepção utilizada por Mota (2013) explicando que a profissão não é ciência, contudo produz conhecimento sobre sua natureza e intervenção. Ou seja, o Serviço Social é profissão interventiva, mas que deve se utilizar de espaços de pesquisa e investigação para produção de conhecimentos na área. Deste modo, entende-se que o Serviço Social tem natureza analítica, interventiva, mas também investigativa.

O Serviço Social é uma profissão – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sociotécnica do trabalho – com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 30 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas. Assim, ‘enquanto profissão, o Serviço Social pode se constituir, e se constituiu nos últimos anos, como uma área de produção de conhecimentos’ [...] (NETTO, apud MOTA, 2013, p. 22).

Os estudos referentes ao Serviço Social contribuem para divulgar e dissipar conhecimentos da área sobre a constituição da profissão, seu exercício

profissional, sua formação profissional considerando as determinações sócio-históricas.

Feitas estas considerações sobre a profissão, como ponto convergente, compreende-se o entendimento de que a profissão existe nesta sociedade por uma demanda do modo de produção capitalista. Este elemento é comum em todas as concepções e é essencial para entender a constituição da profissão da gênese até sua contemporaneidade. Com estas contribuições aproximamo-nos das produções sobre o Serviço Social na contemporaneidade. A seguir apresentam-se as principais normativas que regulam o Serviço Social.

2.1.2 As Normativas Legais que Regulam o Serviço Social como Profissão

Para melhor compreensão sobre a profissão será apresentada, a seguir, as regulamentações que orientam o trabalho do assistente social e são reconhecidas e legitimadas pelos profissionais de Serviço Social. Estas legislações, que embasam o Serviço Social, são respaldos para assistentes sociais, que exercem a profissão e são reconhecidas como elementos imperativos para a construção do projeto ético-político.

Primeiramente apresenta-se a Lei de Regulamentação da profissão, que é a Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Esta lei se constitui como um grande avanço, pois define legalmente o Serviço Social e suas atribuições, vindo a contribuir com o cotidiano profissional do assistente social em seus campos ocupacionais. A lei, de 1993, atualizou a primeira lei que regulamentou a profissão em 1957 do século XX.

Nesta normativa estão reguladas nos artigos 4º e 5º¹⁷ as competências e as atribuições privativas, que dão subsídio ao trabalho profissional nos diferentes espaços ocupacionais nos quais o assistente social realiza seu trabalho qualificado.

Observa-se que na Lei que Regulamenta a profissão estão estabelecidas as competências profissionais do assistente social, cabendo aos profissionais planejar e executar as ações em seus diversos espaços de trabalho conforme as requisições apresentadas e as demandas atendidas.

¹⁷ Indica-se que estes dois artigos serão apresentados e analisados no capítulo 3, pois incide diretamente no trabalho do assistente social.

A Lei de Regulamentação da profissão vai apresentar as instâncias organizativas da profissão, instituindo e regulando o funcionamento do conjunto CFESS/CRESS, que são criados com o objetivo de disciplinar e defender o exercício profissional, representando os interesses gerais e individuais dos assistentes sociais.

Conforme a Lei de Regulamentação cabe ao Conselho Federal de Serviço Social–CFESS.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

IX - (Vetado) (BRASIL, 1993).

Verifica-se a importância do conselho de categoria para defender os usuários para que não haja prejuízo no trato às suas necessidades. O CFESS trabalha para que a profissão seja reconhecida pela intervenção competente diante da realidade social.

São instituídos também os Conselhos Regionais de Serviço Social–CRESS que tem sua área de jurisdição nos diferentes territórios seja nos estados e no distrito federal. Segundo a Lei 8662/1993 compete aos CRESS:

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI - fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS (BRASIL, 1993).

Ressalta-se a importância de controlar e fiscalizar a atuação do assistente social, mediante inscrição no conselho regional, como forma de garantir que o profissional tenha formação universitária e que responda a padrões éticos e técnicos de trabalho profissional. Aos CRESS também cabe credenciar os campos de estágio a partir de encaminhamento das unidades de ensino de Serviço Social.

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social (BRASIL, 1993).

É de extrema importância à existência de órgãos responsáveis pela defesa da profissão, que fiscalize e zele pela atuação profissional dos assistentes sociais que devem atuar de forma ética e competente. Juntamente com o CFESS e o CRESS há outras instâncias organizativas do Serviço Social, a ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a ENESSO-Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, os sindicatos, entre outros. Netto (1999) aponta a importância da organização política da categoria para dar legitimidade ao projeto construído pelos profissionais em conjunto com as instâncias organizativas do Serviço Social.

O Código de Ética Profissional foi uma construção da categoria e é instituído pela Resolução do conjunto CFESS/CRESS nº 273, de 13 de março de 1993. Esta resolução é essencial para compreender o direcionamento do trabalho do assistente social; em quaisquer que sejam seus espaços de trabalho os assistentes sociais devem seguir as proposições, princípios e valores éticos, estando sujeitos a

responder às penalidades éticas, caso não cumpram com o compromisso assumido pela categoria profissional.

No Código de Ética do Serviço Social estão descritos os valores e princípios profissionais: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, esta liberdade considerando possibilidades de escolher entre alternativas concretas; além do compromisso com a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa dos direitos humanos em todos os espaços, o que inclui a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo; no que tange a ampliação e consolidação da cidadania como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; além da defesa da democracia e da participação política de segmentos dos trabalhadores; favorecer em seu trabalho a equidade e a justiça social, na perspectiva de universalização do acesso a bens e serviços dos programas e políticas sociais; eliminar todas as formas de preconceito; contemplando o pluralismo na sociedade e no exercício profissional; vinculação a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero e a defesa de um projeto contra a classe dominante e em consonância com a classe trabalhadora; articulação com outros segmentos profissionais, que partilhem de propostas similares e com os movimentos da luta geral dos trabalhadores; compromisso com qualidade dos serviços prestados e a publicização de recursos institucionais, além de compromisso com competência, aprimoramento intelectual, formação acadêmica qualificada, alicerçadas em concepções teórico-metodológicas e críticas capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social; e, por fim, o exercício profissional sem discriminar ou ser discriminado (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Estes valores contribuem para orientar a direção social da profissão, apontando o que é essencial para uma sociedade mais igualitária, onde os indivíduos sejam respeitados pela sua condição e todos contribuem para a construção de uma sociabilidade mais justa. De qualquer forma, ainda nesta sociabilidade o trabalho profissional do assistente social deve favorecer a consolidação da cidadania, do acesso ao direito; defender a democracia, a participação política e realizar seu trabalho de maneira competente e qualificada para atendimento das demandas sociais. Estas são orientações que cabem neste momento histórico e vem fortalecer a direção social da profissão. Além de apresentar os direitos e deveres do profissional enquanto categoria, suas obrigações no atendimento aos usuários, na relação com

instituições empregadoras ou com outros profissionais, com as demais organizações da sociedade civil e na relação do profissional com o sistema de justiça.

Neste sentido, acredita-se que todos estes valores e princípios devem orientar o assistente social em seu trabalho profissional, destacando-se dentre os valores os que constam no Código de Ética dos profissionais de Serviço Social: a defesa dos direitos humanos, a busca pela ampliação da cidadania na garantia de direitos civis, sociais e políticos, a defesa da democracia, da luta pela equidade, do respeito e da eliminação de todas as formas de preconceito, entre outros.

“Mas assim, a Lei de Regulamentação, o Código de Ética com certeza. Assim, o Código de Ética é um a legislação que eu sempre penso muito, é não discriminar né, o tempo todo lutando pelo direito, pelo direito político, que não é só votar e poder ser votado, pelo direito civil, mas do que tudo pelos direitos sociais, que a gente está sempre lutando, o Código de Ética sempre.” (SUJEITO H).

“além do conhecimento técnico o meu compromisso com as famílias atendidas, porque na minha concepção a gente tem que ter um compromisso profissional, não é só a formação acadêmica que vai te tornar um profissional comprometido, compromisso de vida mesmo [...] no exercício profissional a gente busca a garantia dos direitos [...]” (SUJEITO A).

“no micro, é às vezes fazer a diferença na vida da família que a gente está atendendo ser o profissional com visão crítica que não vai reproduzir preconceitos que a gente vê por aí, fazer a diferença na vida dessas pessoas, já é algo nesta luta diária dentro deste horizonte”. (SUJEITO B).

“na relação com os usuários eu acho que diretamente as normativas estão ali junto com a gente, seja o Código de Ética, embora a gente não esteja lendo, a gente tem um embasamento de como realizar esse trabalho a partir das orientações nossas, da nossa profissão.” (SUJEITO G).

Outro ponto a ser levado em consideração, que consta nesta normativa profissional, é a descrição a respeito do sigilo profissional, pois na PAS o assistente social irá atuar majoritariamente em equipes multiprofissionais. Verifica-se que o sigilo é um direito do profissional, que protegerá o usuário quanto às informações que são passadas ao assistente social na realização de seu trabalho profissional, devendo ser compartilhado em equipes multiprofissionais no limite do estritamente necessário, ou seja, somente as informações que são essenciais para a continuidade do atendimento sem ferir a intimidade do usuário. Sendo autorizado ao profissional a quebra do sigilo apenas em casos que possa, devida gravidade, trazer prejuízo ao usuário, a terceiros, ou a coletividade. E a revelação das informações

sigilosas deve ser dentro do estritamente necessário (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

“Eu vejo que a equipe de trabalho por não conhecer, não ter tido esse processo de formação que a gente teve não entende muito bem quando a gente tem que manter o sigilo, o desafio aqui é manter o sigilo porque o educador fica sabendo de algumas coisas que o adolescente relata, acaba saindo, sabe, passando para as pessoas, aí quando você vê todo mundo sabe, a cozinheira, os serviços gerais, e a vida do adolescente não é novela para todo mundo comentar” (SUJEITO E).

Conforme a fala do sujeito E *“atendimento, a escuta qualificada, tudo que é sigiloso do Serviço Social é só o Serviço Social mesmo, atendimento às famílias relacionado à violência, e o preenchimento dos instrumentos”*. Por meio da escuta qualificada o assistente social tem acesso a informações sobre as condições objetivas de vida do usuário e a conduta do profissional deve primar pelo sigilo, que reforçará o respeito demonstrado pelo assistente social ao usuário.

Além disso, quando ocorrem denúncias contra a ética profissional, estas serão verificadas por comissão do Conselho Regional sendo avaliada a aplicação de penalidades éticas, tais como: a aplicação de multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; ou cassação do registro profissional.

Além destas duas normativas, que são essenciais ao trabalho do assistente social e que orientam o trabalho profissional em todos os espaços ocupacionais, cabe trazer considerações sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996)¹⁸, que regula o processo formativo propondo um projeto de formação profissional. Esta normativa indica as informações que devem nortear a formação profissional, assim como, o trabalho profissional.

Ressaltam-se os seguintes pontos das diretrizes: indica-se a opção pela teoria social crítica que vem possibilitar a apreensão da totalidade social, além do estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva e da relação teoria e prática que deve contribuir com a formação de novos profissionais.

¹⁸ Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS em 8 de novembro de 1996 as *‘Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social’* com base no Currículo Mínimo aprovado. Em 26 de fevereiro de 1999 foi publicado relatório pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social analisando a proposta das Diretrizes Curriculares. Pelo Ministério da Educação (MEC) as Diretrizes Curriculares foram publicadas através da Resolução Nº 15, de 13 de março de 2002 com alterações da proposta original.

Nas Diretrizes Curriculares propõe-se, que a formação profissional possibilite a articulação de conhecimentos, que proporcione aos estudantes de Serviço Social articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como conhecimentos essenciais para capacitação e formação profissional.

Com base nesta normativa, a formação profissional apresenta concepção de ensino e aprendizagem, considerando a dinâmica e a realidade social, formando profissionais que correspondam às demandas postas nesta sociedade, mas que sejam capazes de compreender e analisar a vida social e os dilemas da sociedade capitalista. Aponta a necessidade de construção de um projeto de formação profissional, que corresponda ao conjunto de conhecimentos traduzidos em três núcleos de fundamentação, sendo estes: de fundamentação teórico-metodológicos da vida social; de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Como indica as Diretrizes Curriculares de 1996, o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social é o responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, o qual leva em consideração os componentes da vida social particularizados na realidade brasileira e do trabalho profissional. O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira indica o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira como elemento fundamental para conhecer a história do país. E o núcleo de fundamentos do trabalho profissional trata sobre a institucionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e considera que o trabalho tem como objeto as múltiplas expressões da questão social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

Portanto, neste item foram elaboradas breves indicações sobre as principais normativas da profissão. Acredita-se que são elementos cruciais para entender a profissão e o trabalho do assistente social, além de que estas legislações se colocam como elemento norteador do trabalho profissional, direcionando a intervenção profissional nos diversos campos ocupacionais em que o Serviço Social atua.

2.2 O TRABALHO E SUA CENTRALIDADE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para aproximação com o trabalho na sociedade capitalista acredita-se ser pertinente entender o que é o trabalho a partir de Marx (2013). Esta reflexão sobre o trabalho foi realizada a partir de aproximação com a produção de Marx, tendo em vista que ele estuda o funcionamento da sociedade burguesa e analisa a constituição da sociedade sob a lógica de direcionalidade do capital. Considera, também, que a construção da história nesta sociabilidade se dará nas condições possíveis, partindo da existência material e concreta, sendo o limite à própria realidade.

O trabalho se dá na relação do homem com a natureza, neste sentido o homem se apropria da natureza para modificá-la e, ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza, ele transforma a si próprio (Marx, 2013). Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho irá se constituir com a venda da força de trabalho, o que fragiliza essa construção ontológica do ser social¹⁹.

Desde o início da história da humanidade o homem se constrói enquanto ser social no trabalho e na mediação homem e natureza. A relação homem e natureza são construídas para atender as necessidades do homem e sua sobrevivência e, nesta relação, não é só a natureza que é modificada, mas o próprio homem, fazendo com que novas necessidades de complexidades maiores se constituam nesta relação. Desta forma, ao satisfazer as necessidades, posteriormente outras são criadas. Para Marx (2013) os fenômenos e as necessidades são construídos historicamente como decorrência das relações sociais constitutivas da sociedade capitalista.

Salienta-se que para isso o homem precisa de habilidades para que o objetivo seja alcançado e se efetive a transformação do produto, sendo assim o homem precisa do objeto e dos meios de trabalho para fazer uso destas habilidades humanas e transformar o objeto. Estas habilidades são necessárias para realização dessa transformação.

Conforme Marx (2013) é a partir da natureza que o homem identifica a matéria prima, os objetos de trabalho e cria os meios de trabalho. Indica-se que os meios e os objetos de trabalho são meios de produção e o trabalho transformador da

¹⁹ Sobre o trabalho ontológico verificar a obra de LUKÁCS, György. Para Uma Ontologia Do Ser Social I. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Boitempo: São Paulo, 2012.

natureza é trabalho produtivo. Os meios de trabalho são colocados entre o trabalhador e o objeto de trabalho e serve como uma coisa ou complexo de coisas, que guia a atividade do trabalhador de acordo com um propósito.

Para Marx (2013) o processo de trabalho está relacionado à realização de ações orientadas a um fim, que envolve a força de trabalho, o objeto e os meios para realização do trabalho. Neste meio, o homem se apropria da natureza transformando-a para suprir suas necessidades, e isto acontece pela capacidade do homem em projetar suas ações para alcançar determinada finalidade. Assim, o homem utiliza da matéria prima e dos meios de trabalho e, além disso, somente o homem é capaz de produzir meio de trabalho, ou seja, o homem desde sua forma primitiva aprendeu a construir ferramentas para proporcionar melhorias para suprimento de suas necessidades.

Assim, acredita-se que o trabalho possui um caráter teleológico, ou seja, sua ação possui uma determinada finalidade quando realizado para satisfação das diversas necessidades do homem. Desta forma, no exercício do trabalho, o homem busca um objetivo intencional que deverá ser alcançado ao final do processo e, concomitantemente, altera também as relações entre seus pares na sociedade.

O processo de trabalho acontece na medida em que o homem modifica a natureza, algo que já existe anteriormente. Para que isto aconteça é aplicada determinada quantidade de energia humana possibilitando a transformação através de meios de trabalho, fazendo isso para alcançar um determinado objetivo inicial, ou seja, para suprir determinada necessidade do homem, sendo que todos os componentes para que aconteça o processo de trabalho guardam relação entre si, sejam estes: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho.

Ainda com as considerações de Marx (2013) sobre trabalho, aponta-se que o capitalista é o dono dos meios de produção e contrata os trabalhadores em troca de um salário pelo gasto de sua força de trabalho; neste contexto o valor de uso da força de trabalho pertence ao capitalista. O que caracteriza os diferentes modos de produção é como e com que meios de trabalho os produtos são produzidos (Marx, 2013, p. 329). Dito de outra forma, no capitalismo os meios de produção pertencem aos capitalistas que compram a força de trabalho do trabalhador, este que irá transformar a matéria prima em objeto através dos meios de trabalho. No final, o produto produzido pertence ao capitalista. O capital surge com a geração do mais-

valor. A força de trabalho do trabalhador é apropriada pelo capitalista que a compra em troca de determinado valor, o salário.

Ou seja, para Marx (2013) com a compra da força de trabalho o capitalista se apropria do próprio trabalho. Conseqüentemente, a força de trabalho ao ser trocada por um salário indica que a primeira também é mercadoria.

O trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um determinado valor para sua subsistência; ele trabalha para pagar o seu salário, mas não só sua jornada de trabalho excede o necessário para seu pagamento e este processo promove o mais-valor para o capitalista. O dono do produto é o capitalista, onde, muitas vezes, o trabalhador não tem condições de consumir o produto que ele mesmo produziu.

No modo de produção vigente, o capitalismo, o trabalhador irá vender sua força de trabalho em troca de um determinado valor, transformando não só o modo de se produzir, mas também o trabalhador. Isso se dará sob a influência da produção e da venda da força de trabalho. O trabalhador fica submetido às regras e normas de quem o contratou, pois o capitalista é quem detém os meios de produção e regula o trabalho do trabalhador.

O trabalho, que anteriormente era realizado para subsistência, agora é realizado para um patrão em troca de uma quantia em dinheiro, que não é igual à quantidade de produtos produzidos com a sua força de trabalho, o que gera, desta forma, a mais-valia lucrativa para os empregadores. Considerando que o valor produzido é desigualmente distribuído e quem trabalha é quem menos recebe da riqueza produzida.

Sendo assim, no capitalismo o produto do trabalho do trabalhador é do empregador e o trabalhador recebe um salário pela venda de sua força de trabalho e não pelos produtos que produz. A determinação do salário é realizada pelo capitalista, uma vez que ele detém os meios de produção.

Assim, o homem utiliza sua força de trabalho para transformação da matéria prima em produto e todos os processos que envolvem a produção pertencem ao capitalista. Neste movimento o produto é reconhecido como valor de uso que como explica Marx (2013, p. 338) “Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor”.

O trabalho é produtor de ‘valores de uso’ e de ‘valores de troca’. Conforme a necessidade que procura satisfazer, o trabalho produz um produto que

carrega certo 'valor de uso' que é a própria mercadoria e se dá com o consumo de objetos úteis, é produzido para satisfação de uma necessidade própria. Já o valor de troca é quando o produto é produzido visando trocar ou vender para terceiros ou por outros produtos.

Conforme estudos de Marx (2013) quanto ao trabalho socialmente necessário é aquele suficiente para produção do produto. Neste sentido, o capitalista investe certo valor para produção dos produtos (para aquisição da matéria prima, dos objetos e dos meios de trabalho) e para realização da ação é gasto certo tempo de trabalho do trabalhador, todos estes processos envolvem um valor. Porém, o capitalista, para garantir seu lucro, altera o valor do produto e a partir da mais-valia, favorece a continuidade deste processo de exploração.

Este processo provoca a manutenção deste sistema de exploração, pois o capitalista lucra com o trabalho do trabalhador e com este processo promove o seu próprio enriquecimento, já para o trabalhador, explorado devido o volume de trabalho e o nível de desgaste da atividade realizada, irá continuar nesta posição social. Assim, este processo possibilita que as coisas permaneçam como estão, pois o trabalhador ocupa parte do seu dia com o trabalho e as condições objetivas favorecem a manutenção destas relações.

A riqueza da sociedade, se medida pela quantidade de trabalho e de produtos que o trabalho produz, é desigualmente distribuída, desta forma, quem trabalha é quem menos recebe da riqueza produzida. Assim, o trabalho do trabalhador serve para produzir produtos, que tenham 'valores de troca' para o empregador que irá aplicar a mais-valia lucrativa para garantir a manutenção deste processo.

Indica-se que o exército industrial de reserva compõe a estrutura capitalista, que diz respeito aqueles trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho e pressionam os demais trabalhadores ocupados, gerando concorrência. Esta solução garante ao capitalista a submissão dos trabalhadores que querem manter sua ocupação seguindo os ditames do capital (MARX, 2013).

Realizando aproximação com os autores Yamamoto e Carvalho (2011) e Yamamoto (2015a, 2015b) do campo do Serviço Social, a conversão de dinheiro em capital é correspondente ao valor que se valoriza, sendo parte do valor referente ao meio de trabalho e o gasto com força de trabalho. Ou seja, é no processo de produção que o trabalho vivo converte-se em capital, este que arca com o valor do salário e tem a sobra referente a mais-valia que permanece com o patrão.

Para Iamamoto (2015b, p. 430) o trabalho corresponde a “atividade de sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador.”. E desta forma, o homem vive em sociedade se relacionando com os demais homens e estas relações são mediadas pelo trabalho.

Quando Marx (2013) analisa o trabalho como criador do ser social ele está apontando o trabalho como suprimento de necessidades, ação para atender às necessidades dos próprios homens, então, este entendimento sobre o que é trabalho é diferente do que se vivencia na contemporaneidade nas sociedades capitalistas, que como posto, está cercado de exploração e alienação do trabalhador, sendo a riqueza social desigualmente distribuída.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2011) o capital pressupõe como parte o trabalho assalariado. Capital e trabalho assalariado são uma unidade do diverso, um se expressa no outro, recria e nega o outro. O assalariamento é o preço de sua mercadoria força de trabalho e seus serviços prestados. O preço das mercadorias é determinado, não é diferente com a força de trabalho, assim o trabalhador ingressa sua atividade no reino do valor.

Cabe destaque indicar que neste processo está envolvido o conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores divididos em classe social e, desta forma, personificam-se as categorias econômicas, sendo estas o capital, o trabalho e seu antagonismo. Assim, não se pode considerar o capitalista e o trabalhador individualmente (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011).

Para Marx, o trabalho transformador da natureza é trabalho produtivo, conforme se vê neste fragmento de seu livro *O Capital*:

Se consideramos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo (MARX, 2013, p. 331).

Indica-se que a discussão sobre o trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais tem sido colocada sob dois pontos de vista: como trabalho produtivo e como trabalho improdutivo.

Para continuar a breve apresentação sobre o trabalho produtivo²⁰, indica-se que para Iamamoto (2015a) o trabalho produtivo é aquele que se troca por dinheiro, melhor dizendo, por capital. Desta forma, o trabalho se torna produtivo quando produz capital, favorece o enriquecimento e produção de mais-valor, produzindo riqueza para os capitalistas. Então, o trabalho produtivo é trocado por capital e se realiza em mercadorias. E complementa dizendo, que o trabalho produtivo não é definido pelo consumidor dos serviços, mas pelo capitalista que emprega o trabalhador e reforça a produção de mais-valor.

Silva (2015) considera que o trabalho produtivo não é apenas o trabalho que transforma a natureza em intercâmbio entre o homem e a natureza, assim, ser produtivo não necessariamente significaria gerar produtos materiais para o capital, mas sim todo trabalho que gera mais-valor em um contexto que o trabalho não está mais para responder às necessidades humanas, mas para atender às necessidades do capital. Assim, reforça-se que, no modo de produção capitalista, o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valor e autovalorização para o capital.

Indicam-se, também, as contribuições de Meirelles (2006) que argumenta com base na análise construída via teoria social crítica, que o trabalho em serviços não é improdutivo, pois contribui para geração de riqueza no capitalismo. Segundo Meirelles (2006), todos os serviços cujo processo produtivo se dê em bases capitalistas de produção são considerados produtivos, independentemente do resultado deste processo ser tangível ou intangível, mensurável ou não.

Neste sentido seria produtivo aquele trabalho que valoriza o capital, ao considerar que todos os serviços realizados na base da produção capitalista contribuem para produção de mais-valor. Consequentemente, o trabalho produtivo não é somente aquele que produz bem material, mas aquele que garante a mais-valor para o capital, podendo se caracterizar como mais-valor indireta.

Feitas estas ponderações, acredita-se ser pertinente indicar que, embora alguns autores acreditem que o trabalho em serviços é produtivo pelo fato de contribuir com a valorização do capital, ressalta-se que não necessariamente a

²⁰ Esta discussão ainda não é definitiva para o Serviço Social. Sobre o trabalho produtivo e improdutivo, ver MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 2ed. São Paulo; Boitempo, 2017. E na aproximação ao Serviço Social consultar IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26 ed. Cortez: São Paulo, 2015 e RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

prestação de serviços esteja diretamente relacionada à produção da mais-valia e considerando também que o resultado do trabalho do assistente social não se materializa em produtos, mas em relações, acredita-se que o trabalho do assistente social em serviços sociais é improdutivo. Desta forma, a perspectiva defendida como a que mais se aproxima do Serviço Social é que este é um trabalho improdutivo.

Para Silva (2015) o trabalho improdutivo é constituído por atividades que não geram mais valia direta para o capital. De qualquer forma, sob este sistema todas as funções laborais correspondem à demanda do capital e o trabalho improdutivo pode contribuir para amenizar a exploração da classe trabalhadora, contribuindo indiretamente para a produção de mais-valia, ou seja, favorece a sua reprodução.

Para Raichelis (2018) o trabalho na sociedade capitalista atual passa por um processo de precarização envolvendo todos os setores, inclusive o trabalho em serviços, o que irá favorecer a exploração do trabalhador em todos os níveis, até aqueles que trabalham no âmbito do Estado. Desta forma, mesmo que não haja produção direta de valor e mais valor no setor público estatal, pode submeter os trabalhadores destes espaços à exploração direta do trabalho pelo Estado e seu trabalho contribui para a reprodução do capital. Outro fator a ser considerado é que o trabalho em serviços também passou a ser exercido por empresas privadas capitalistas que favorecem a valorização do capital.

A partir disso, pontua-se que o trabalho do assistente social, que é realizado em serviços sociais, não é considerado trabalho produtivo, mas sim improdutivo, pelo fato de não produzir mercadorias e não transformar a natureza. Assim, defende-se que o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, não é considerado trabalho produtivo, pois não estabelece relação direta com o capital. Se considerar este modo de análise, o trabalho produtivo pode ser considerado aquele realizado em empresas privadas. Cabe considerar que este debate está inconcluso para o Serviço Social e acredita-se que conforme as contribuições o trabalho do assistente social é improdutivo, pois sua intervenção se dá com os serviços sociais.

Posteriormente, apresentam-se elementos que dizem respeito ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas públicas e sociais.

2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

Neste item será apresentado o trabalho em serviços sociais, inserindo o assistente social neste processo, como trabalhador assalariado que atua com políticas públicas e sociais.

Para iniciar esta aproximação, indica-se que na composição das finanças do Estado, a alocação de recursos é determinada pela forma como o Estado brasileiro se constitui e entende a gestão pública. Contudo, lembra-se que as riquezas produzidas são fruto do trabalho do homem, sendo que parte desta riqueza é passada para o Estado através do recolhimento de impostos que estão embutidos em todos os produtos e serviços que se consome.

Como indica Iamamoto (2013) uma parcela mínima deste valor arrecadado é redistribuída à população em forma de serviços sociais. Neste processo, esta parcela que retorna para população em forma de serviços é tratada pelo Estado como benesses e benevolência.

As políticas públicas e sociais ofertam serviços direcionados à classe trabalhadora. Assim, para Schutz e Miotto (2012), se dá o crescimento do setor de serviços na contemporaneidade, pois os serviços enquanto função social são incorporados pelo Estado, tendo em vista atender necessidades coletivas, o que vem aumentando com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e as mudanças nas cidades e nas famílias.

O trabalho em serviços para Meirelles (2006) acontece sob a forma de fluxo de trabalho contínuo no tempo e no espaço e tem duas propriedades: não pode ser armazenado, pois o consumo dele é imediato, ou seja, o produto é a própria ação do sujeito profissional e, também, não pode ser mensurado em moldes quantitativos, pois o campo de intervenção profissional dos serviços sociais promove ações, em sua maioria, qualitativas.

Os serviços sociais são considerados trabalho em processo, sendo sua execução realizada em ação de forma dinâmica. Além disso, para Meirelles (2006), todo serviço é realização de trabalho, mas nem toda realização de trabalho é serviço. O trabalho em serviço acontece a partir do momento que este trabalho é demandado e se encerra quando esta demanda é atendida. Deste modo, no processo de trabalho relacionado à prestação de serviços a realização da ação é simultânea ao seu consumo.

Conforme Meirelles (2006) todo e qualquer serviço é realização de trabalho em processo e o produto do serviço pode ser tangível ou intangível, assim, pode ser um bem físico ou uma informação; assim como serviço é trabalho em processo e não a ação resultante do trabalho humano, assim, não se produz um serviço, mas sim se presta um serviço.

Segundo Schutz e Miotto (2012) ao mesmo tempo, cabe destacar as particularidades do trabalho em serviços pelo caráter relacional e interativo entre profissional e usuário, que implica atributos humanos para sua realização e a possibilidade de não ser totalmente capturado pelos dilemas do trabalho assalariado, o que traz à reflexão as margens de autonomia relativa de que dispõem o profissional, considerando a ótica do trabalho coletivo e a direção política que o orienta.

No trabalho em serviços é demarcado pelo emprego de recursos humanos, pois as ações se efetivam em ação interativa e tem natureza relacional. O fator humano é predominante no processo de prestação de serviços. Assim, o trabalho em serviços sociais tem a especificidade de ser realizado em trocas relacionais e que, normalmente, tem como finalidade a defesa de direitos. Este trabalho relacional é realizado pelo assistente social e outros profissionais que trabalham no âmbito das políticas públicas.

Conforme aponta Nogueira e Tumelero (2015) uma das características do trabalho do assistente social em serviços sociais é que seu atendimento é realizado por meio de troca relacional com os sujeitos, sendo oferecidos serviços de qualidade para a população. Esta é uma requisição que tem sido colocada em sua atuação nas políticas, porém há dificuldade em quantificar as ações do profissional e tipificá-las. As autoras acrescentam que o assistente social se insere prioritariamente no setor de serviços, principalmente os voltados para demandas de reprodução social, pois é característica constitutiva da profissão. Neste sentido, a lógica da “modernização” da gestão administrativa, produtividade e da diminuição dos gastos impactam na realização dos serviços sociais.

O assistente social se insere como agente estatal, mais precisamente na implementação de políticas sociais, o que está diretamente relacionado ao trabalho em serviços. Para Nogueira e Tumelero (2015), todos estes elementos (agente estatal, implementação de políticas e trabalho em serviços) são tidos como elementos condicionantes da ação profissional. Os elementos condicionantes podem ser reconhecidos também como norteadores do trabalho do assistente social.

O assistente social atua sobre questões que incidem sobre as condições de sobrevivência social e material da população trabalhadora e por meio dos serviços sociais intervém na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho. No Estado, o profissional pode atuar em diferentes espaços, sejam estes relacionados ao poder executivo, ao judiciário e inclusive no legislativo. O Estado ainda é seu maior empregador, neste âmbito de atuação irá incidir ações de planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais à população.

O trabalho em serviços no desenvolvimento capitalista não difere do trabalho em geral desenvolvido por trabalhadores assalariados, ainda que com particularidades de um tipo especializado de atividade realizada por agentes qualificados em nível superior e no âmbito estatal, que vem sendo transferido para o setor privado.

O assistente social é trabalhador assalariado realizando seu exercício profissional em instituições públicas ou privadas (empresariais ou “sem fins lucrativos”); esta relação faz com que os profissionais não tenham total controle das condições e dos meios de trabalho que encontram nos espaços de ocupação profissional.

Além disso, cabe a consideração que o assistente social dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais. Para Nogueira e Tumelero (2015), essa autonomia técnica pode vir a favorecer que o profissional sobreponha às orientações institucionais para construir outros processos interventivos, que diferem das imposições dos empregadores.

Conforme IAMAMOTO (2015b, p. 415) a relativa autonomia é

Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.

Entende-se esta relativa autonomia no campo das possibilidades do trabalho do assistente social, de modo que este profissional não se detenha apenas nas orientações das políticas sociais e das instituições, mas que o profissional consiga avaliar sua intervenção tendo em vista os objetivos do Serviço Social naquele espaço ocupacional. Possibilita que a demanda dos usuários seja considerada para

organização do trabalho cotidiano e que a análise da realidade social feita pelo assistente social seja um norteamento para o seu trabalho²¹.

Além disso,

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para definir um perfil da profissão... este respaldo político-profissional mostra-se no cotidiano como estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2015b, p. 422).

Conforme lamamoto (2015b) a relativa autonomia está umbilicalmente relacionada ao assalariamento do profissional. Esta autonomia relativa sustenta a direção social projetada em seu exercício e incide nas condições, que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento as necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. Assim, o profissional tem este respaldo para atuar de maneira crítica, mesmo diante das limitações impostas ao exercício profissional nesta sociabilidade.

Construídas estas considerações, indica-se que o trabalho do assistente social se dá, majoritariamente, em espaço de políticas públicas em sua maioria na gestão e execução de serviços sociais. Estes espaços de trabalho são de natureza humana e relacional, construída no momento da intervenção com o usuário, e embora possa se respaldar em fluxos e organogramas, cada ação é única e tem sua característica e finalidade, tendo em vista que a ação é construída entre sujeitos sociais, um deles é o profissional e o outro, o usuário do serviço prestado.

Em seus diversos espaços ocupacionais o profissional realiza ações de planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais, sendo o representante da linha de frente entre a instituição e a população usuária. Para lamamoto e Carvalho (2011) o assistente social é aquele que possui conhecimento sobre a situação social dos usuários e leva estes conhecimentos aos demais técnicos e para a entidade, assim como leva as informações do funcionamento da instituição para os usuários.

Os trabalhadores são contratados para executar função normativa, pois esta função normativa expressa o ordenamento das políticas públicas. Deste modo, as orientações normativas se aproximam do cotidiano profissional, fornecendo

²¹ Os elementos norteadores serão tratados no capítulo 4.

respostas para as demandas postas à intervenção do assistente social de forma imediata, o que é fundamental e estabelece ambiguidade.

Acredita-se que um dos elementos que fornece legitimidade ao trabalho do assistente social é o trabalho desempenhado com políticas públicas e sociais, sendo a política social um norteador para a sua atuação profissional, pois são nestes espaços que o profissional encontra o solo para seu trabalho profissional e estabelece suas relações com os diferentes demandantes de seu trabalho.

Todos estes elementos indicados neste capítulo fazem relação direta com o trabalho do assistente social, sendo crucial esta aproximação para compreender o trabalho na sociedade contemporânea. Reforça-se, ainda, a respeito do trabalho com políticas públicas, que tem sido requerido aos assistentes sociais se constituindo como grande parte dos espaços ocupacionais para esta profissão. O trabalho em serviços com suas características vem descrever, também, o trabalho profissional do Serviço Social.

O trabalho profissional do assistente social envolve fatores relacionados ao seu preparo e compromisso, envolvendo também sua capacidade teórica, ética e política que orientará sua intervenção profissional. Para isso o assistente social conta com as dimensões da competência profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Assim, os profissionais exercem seu trabalho profissional articulando estas três dimensões.

O trabalho do assistente social decorre das requisições, demandas, análise e interpretação da realidade social. O assistente social irá intervir no enfrentamento das expressões da Questão Social, as quais se reconhecem a violência, o pauperismo e as múltiplas formas de expressão do trabalho na contemporaneidade. Cabe ao profissional construir estratégias políticas e interventivas para agir diante das desigualdades sociais, que é fruto deste modo de produção capitalista.

Desta maneira o assistente social, em suas ações profissionais, atua diante da realidade social para atendimento às necessidades sociais e às necessidades humanas, que são aquelas atendidas via direitos sociais. O assistente social se destaca e diferencia pela sua capacidade de identificar necessidades de subsistência e conhecer as condições de vida dos trabalhadores, mas, além disso, compreender como isso se coloca na lógica do capital. A intervenção profissional favorece a construção de espaços de acesso às necessidades sociais.

O que difere o saber do assistente social dos demais saberes é que o assistente social conhece a vida do trabalhador e é especialista nas demandas sociais e nos direitos sociais. Este profissional reconhece a condição social da classe trabalhadora, ainda mais suas condições objetivas de sobrevivência.

Assim, compreende-se esta realidade sob a lógica da totalidade, cabendo processos de reflexão para aproximações sucessivas e realizar as mediações para apreender as particularidades dos fenômenos sociais, pois a partir desta análise descontrói-se a aparência dos fenômenos para entender o objeto sobre o qual se dá a análise e a prática profissional, pensando esta realidade e as determinações que envolvem a sociabilidade.

A análise realizada pelo profissional se dá com os dados da realidade, a partir do reconhecimento das relações sociais, da análise da sociabilidade dos homens neste modo de produção e sua relação com os outros seres e o território ao qual pertence.

Esta análise da realidade é constitutiva do trabalho do assistente social e pode tomar como referência as necessidades, os marcos legais, os avanços normativos, o Estado, as políticas sociais, as relações de trabalho no capitalismo, a exploração da mais-valia, afinal, todos estes elementos estão expressos na vida dos indivíduos, que é a base a qual se destina o trabalho do assistente social.

Assim, acredita-se que o que particulariza o trabalho profissional são as competências e atribuições privativas do profissional; o modo como os assistentes sociais constroem a análise da vida social; e as respostas construídas pelo assistente social na realização de suas atividades diante das demandas e requisições.

Estas respostas são construídas a partir das necessidades sociais e das expressões da Questão Social e deve-se considerar o movimento histórico, a perspectiva de direitos, explicitando a condição social da classe trabalhadora, sendo estas respostas de natureza analítica e interventiva.

A informação subsidia a construção da ação interventiva e a produção de conhecimentos. Acredita-se que a origem da informação, que orienta o trabalho profissional, é a escuta qualificada que é realizada ao longo do trabalho profissional e que para analisar, parte de elementos da realidade social, dos marcos legais, das construções éticas, teóricas e políticas.

Cabe considerar que a dimensão política é mais uma particularidade do trabalho do assistente social, enquanto decisão e posicionamento diante dos

dilemas postos nesta sociabilidade, requerendo um profissional capacitado que possa reconhecer as relações e os projetos que estão em disputa. A dimensão política compõe o entendimento sobre a direção social da profissão construída pela categoria profissional nos anos 1990.

Segundo Silva (1995) apresentam-se diferentes projetos políticos para a profissão sendo um desafio para o profissional seguir uma linha de avaliação das situações que estão postas à sua intervenção profissional, sendo o ecletismo um risco expresso na dificuldade de identificar perspectivas teóricas e políticas, pois se observa que nos espaços de trabalho há uma mescla de intenções.

O Serviço Social atua com a perspectiva dos direitos, no sentido de identificar demandas e favorecer o acesso da população aos seus direitos humanos e sociais que foram garantidos na Constituição Federal de 1988, porém parte da população ainda não tem acesso às suas necessidades mínimas.

O assistente social, em seus espaços de trabalho, busca favorecer o acesso e lutar pela efetivação dos direitos fundamentais dos usuários. Estes direitos se materializam em políticas sociais como a saúde, a educação, a habitação, o saneamento básico, dentre outras. Buscando fortalecer em suas ações o alinhamento com as lutas da classe trabalhadora, utilizando estratégias democráticas como a socialização das informações.

Foram apresentadas neste capítulo as concepções de profissão e de direção social do Serviço Social na contemporaneidade, além de realizar aproximação com o trabalho em Marx e o trabalho do assistente social em políticas públicas e sociais. Estes elementos são importantes para reconhecer a profissão na contemporaneidade. No próximo capítulo será apresentado o trabalho do assistente social na Política de Assistência Social–PAS com enfoque nas particularidades do trabalho do assistente social neste campo ocupacional.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*“As coisas tangíveis tornam-se insensíveis à palma
da mão
Mas as coisas findas muito mais que lindas, essas
ficarão.”
(Carlos Drummond de Andrade)*

Neste capítulo é apresentado o trabalho do assistente social na PAS a partir de determinados elementos como as políticas públicas e sociais, a construção da PAS e do SUAS, a estruturação da PAS em Londrina e as particularidades do trabalho do assistente social na PAS em Londrina-PR. Tratando sobre o trabalho do assistente social é realizada a caracterização a partir de elementos como o trabalho em equipes multidisciplinares, o trabalho social com famílias, a ênfase do trabalho na prevenção, o trabalho intersetorial e as ações e atividades realizadas pelo assistente social

3.1 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO BRASIL

A origem das políticas sociais está relacionada à necessidade de manutenção da reprodução da força de trabalho visando à coerção e o controle. Na sociedade capitalista as políticas sociais surgiram para manutenção da ordem social e para garantir o acesso a direitos mínimos da população. Isso vem reforçando a ideia de um Estado mínimo com políticas que oferecem os mínimos sociais, apenas para sobrevivência daqueles que não conseguem suprir suas necessidades com os próprios meios.

Iamamoto (2013) indica que o surgimento das políticas públicas está relacionado à emergência da classe trabalhadora no cenário político da sociedade no contexto do aprofundamento do processo de industrialização e urbanização, assim, devido a esta questão o Estado assume encargos sociais e cria estratégias para lidar com estas situações.

As políticas sociais são estratégias do estado burguês, conforme apresenta NETTO (2011b, p. 30-33)

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. [...] Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores.

Deste modo, com o capitalismo monopolista e a ampliação da urbanização, acirram-se as demandas sociais para acesso à saúde, educação, entre outros serviços sociais, que são cruciais para os homens viverem em sociedade. Com essa necessidade de intervenção estatal no espaço social são criadas as políticas públicas e sociais direcionadas à classe trabalhadora. Com a criação das políticas públicas e sociais torna-se necessária à participação de profissionais para operacionalizar estas políticas de cunho social, assim se apresentam os assistentes sociais para materializar esta projeção. As políticas sociais expressam um campo de projetos em disputa, por parte do Estado a coerção e por parte da classe trabalhadora, a possibilidade de ter atendidas suas reivindicações, mesmo que no limite da sociedade capitalista.

Para Netto (2011b) as políticas sociais favorecem a reprodução ampliada do capital e a conservação da força de trabalho ameaçada pela superexploração do capitalista. Deste modo, a preservação e o controle contínuo da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem, expressando a relação entre Estado e política social.

Januzzi (2011) aponta que através da formulação das políticas sociais, encaminham-se as propostas e as demandas sociais por meio das legislações, programas, serviços e propondo ações estatais nas demandas identificadas. As políticas sociais no Brasil são normatizadas por meio da criação de leis, decretos e resoluções que regulam e estabelecem seus objetivos e formas de gestão buscando soluções para as demandas elencadas como prioritárias.

Na década de 1980 do século passado, momento em que o país passava pelo processo de redemocratização, com participação dos movimentos sociais na luta por direitos, culmina na promulgação da Constituição Federal em 1988 que permanece em vigência até os dias atuais e determinou alterações para estrutura das políticas sociais brasileiras. Essas alterações possibilitaram um giro na concepção

do direito e proporcionou novos parâmetros e critérios para destinação de recursos públicos, reforçando o papel do Estado como regulador do social.

Para Silva (1995) a partir da Constituição Federal de 1988 foi reestruturada a proteção social brasileira com avanços e conquistas como a ampliação e extensão dos direitos sociais; universalização de acesso aos serviços sociais; expansão da cobertura de benefícios sociais; recuperação e redefinição de patamares mínimos de valores dos benefícios sociais; maior comprometimento do Estado no financiamento de todo o sistema.

Uma destas alterações constitucionais é o estabelecimento da Seguridade Social enquanto sistema de proteção social que engloba as políticas de previdência social, saúde e assistência social. A previdência enquanto política contributiva e ampliação de benefícios previdenciários ofertados como, por exemplo, o seguro-desemprego e a aposentadoria rural. Na seguridade social a saúde é indicada como direito universal através de um sistema único, que deve ser ofertado de forma pública e gratuita. Abrange também a assistência social com a denominação “para quem dela necessitar”. Desta maneira, há avanços ao reconhecer a assistência social como política pública que é dever do Estado e direito da população, retirando o caráter emergencial e atribuindo caráter permanente, com vistas a superar o caráter assistencialista.

Assim, afirma-se que a Constituição Federal de 1988, possibilitou a ampliação dos direitos sociais e a construção de legislações sociais que favoreceram e possibilitaram a proposta então realizada direcionando a construção e implantação das políticas sociais brasileiras.

Os direitos sociais são caracterizados no artigo 6º da Constituição Federal,

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a Segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...] (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais se traduzem em necessidades sociais que favorece vida digna aos indivíduos, ou seja, são demandas básicas que todos os seres deveriam ter acesso.

Almeida e Alencar (2011) afirmam, que o entendimento das políticas públicas passa por identificá-las como possibilidades históricas de reconhecimento das conquistas sociais que expressam direitos sociais. Neste sentido, a ação estatal é condição fundamental para sua garantia.

Para Yazbek (2016) as políticas sociais operam para os incapazes em viver exclusivamente de seu trabalho, devido à precarização do emprego e das condições de trabalho e aponta a expansão de políticas públicas como a saúde, a habitação, a educação e a assistência social como um processo relacionado à exploração do trabalhador e a precarização de sua vida diante das características destrutivas do capital.

E, ainda, considera-se que as ações relacionadas aos serviços com recorte de renda, com foco no combate à pobreza e à extrema pobreza vem para atender as determinações do Banco Mundial e demais organismos internacionais, o que descaracteriza o caráter universal²².

No Brasil verificar-se o foco de ações políticas voltados para o combate à pobreza e à extrema pobreza, se constituindo como programas focalizados, de contrapartida e com condicionalidades, aprofundando as ações no âmbito da assistência social. Assim, obtém-se a assistencialização da seguridade social e da assistência social, obtendo maior financiamento para a PAS.

Contudo, ressalta-se que não vem sendo questionadas e consideradas as determinações estruturais, que geram e mantêm a pobreza e a desigualdade social aprofundadas neste modo de produção. Yazbek (2016) aponta que a luta contra a pobreza coloca em segundo plano a luta de classes, desconsiderando os fatores estruturais da desigualdade social capitalista, responsabilizando os pobres pela sua condição de vida, destituindo-os de sua condição de classes e descaracterizando os fenômenos sociais como multicausais, desconectados da ordem do capital.

A década de 1990, do século XX, no Brasil, é o marco da implementação das propostas neoliberais. O neoliberalismo²³, indica que se

²² O Banco Mundial aponta como diretriz o combate á pobreza e a extrema pobreza. Consultar o site para acessar os relatórios do Banco Mundial: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>.

²³ “O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e

apresente como alternativa para os países a proposta de diminuir o tamanho do Estado, enxugando as intervenções no mercado e no social. No neoliberalismo verificam-se os seguintes princípios: a seletividade, a privatização, o estado mínimo, a desqualificação do público para favorecer o privado, a focalização. Na contemporaneidade, vive-se o período com características da financeirização do capital, do capital volátil, da especulação financeira, do reforço das instituições bancárias e ampliação de empréstimos, observa-se também a fusão de grandes empresas e o aumento do endividamento da população.

O processo de mercantilização dos direitos sociais favorece a responsabilização da família, das organizações sociais e da comunidade, transferindo a responsabilidade estatal de intervir no âmbito social. Identifica-se que para Yazbek (2016) as condições históricas apontam a reorganização econômica e política, alterando os sistemas de proteção social, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela sua condição de vida, o que impacta na responsabilização da família para proteção de seus pares.

Desta forma é reduzida a função protetiva do Estado e a centralidade das políticas está na família. Deste modo, o Estado transfere para a família a função protetiva e para o mercado, enquanto instância reguladora da vida social, que acaba favorecendo a culpabilização e a individualização dos riscos. Segundo Mioto (2009) no neoliberalismo a família se conforma como espaço privado por excelência e, como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros.

Deste modo, as políticas sociais na contemporaneidade têm operado visando atendimento às necessidades imediatas da população usuária, não tem sido privilegiado um trabalho político de construção e debates frente a esta conjuntura; neste sentido, cria-se a ilusão que as precarizações relacionadas diretamente à pobreza seriam resolvidas com este modelo de política social em vigência.

Neste sentido, Silva (1995) aponta para a importância de entender a política social na perspectiva dos espaços com forças contraditórias, possibilitando a contribuição para fortalecer os processos organizativos dos setores populares, como formas de realização de direitos sociais, enquanto formas concretas de acesso a bens e serviços, podendo constituir-se como espaço político de luta por uma cidadania coletiva.

monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional.” (ANTUNES, 1999, p. 22).

Contudo, cabe compreender qual a função do Estado neste meio. O Estado é funcional ao capitalismo, sendo considerado instância do capital e da manutenção da dominação pela classe que detém os meios de produção. Historicamente, o Estado burguês favorece o capital privado. Segundo Netto (2011b), o Estado controla a população e os investimentos públicos favorecem interesses econômicos, mantendo o poder nas mãos de alguns, inclusive, transferindo recursos públicos para os monopólios. Parafraseando Netto (2011b) reforça-se que o Estado foi capturado pela lógica dos monopólios e é funcional ao capitalismo no nível das suas finalidades econômicas, com o qual opera para o conjunto de condições necessárias à cumulação e à valorização do capital monopolista.

O Estado burguês reforça interesses da burguesia favorecendo a manutenção do sistema capitalista, mantendo as desigualdades sociais, conformando a classe trabalhadora por sua condição e as políticas sociais são indicadas como estratégia de coerção e consenso.

A contradição no que diz respeito à função do Estado é constitutiva da lógica capitalista e permeia as demandas dos trabalhadores, incidindo em seus interesses e reivindicações imediatas e o Estado intervém para alcançar legitimação política. Neste sentido, Netto (2011b) indica que todo este processo é tensionado pelas exigências da ordem monopólica e os conflitos entre classes sociais.

Observa-se que as ações estatais, construídas como respostas as expressões da questão social, se colocam de forma fragmentada em segmentos, seletiva e parcializada, sendo que as demandas são recortadas como problemáticas particulares como o desemprego, a fome, a falta de habitação, o acidente de trabalho, a falta de escolas, entre outros. Assim, as políticas sociais são as estratégias criadas pelo Estado para enfrentar as expressões da questão social e com a criação da política social é implementada a proteção social. A proteção social é o conjunto de ações estatais, que visa a proteção dos indivíduos e a garantia de direitos fundamentais, o que irá incidir na PAS, tanto como um dos objetivos da própria política de assistência social como no trabalho do assistente social.

Cabe ressaltar que as políticas sociais, no formato pelo qual se constituiu no Brasil, vêm desconsiderando o social enquanto totalidade histórica que deveria articular um complexo de relações e determinações, essas políticas são estruturadas setorialmente, representando expressões parciais da realidade através de setores como a educação, a saúde, a habitação reforçando a visão fragmentada

dos fenômenos sociais, como se as demandas apresentadas não possuíssem inter-relação entre elas. Deste modo, os usuários são caracterizados pelo “problema” que representam para adentrar o atendimento dos serviços, descaracterizando sua condição social e sua condição de classe.

Para a classe trabalhadora as políticas sociais são os meios pelos quais se articulam e ampliam o atendimento as suas necessidades e reivindicações. Estas políticas foram conquistas sociais através da organização e da força de pressão coletiva dos trabalhadores frente ao Estado e a exploração capitalista pelo qual estão submetidos.

Por conseguinte, como fruto da conquista dos trabalhadores, as políticas sociais não devem ser vistas como mero assistencialismo, cabendo ultrapassar a reprodução de caráter benevolente de ações das políticas públicas e sociais.

Fica claro que o Estado não se coloca exclusivamente em defesa dos interesses dominantes, mas é permeado pela correlação de forças, tendendo a ceder e a incorporar alguns interesses dos grupos dominados, dependendo de cada conjuntura do contexto social (SILVA, 1995, p. 116).

Assim, tem-se o caráter contraditório das políticas sociais, que foram criadas para atender a necessidade da burguesia, para manutenção da força de trabalho e promoção da coerção e do consenso entre as classes sociais. Mas, ao mesmo tempo em que atende ao interesse burguês, responde às necessidades da classe trabalhadora, funcionais a ordem do capital. Mencionando a manutenção da classe trabalhadora, as políticas sociais favorecem a reprodução desta dinâmica capitalista e neste meio, está a PAS. No próximo item apresentam-se os elementos que desencadearam a construção da PAS e do SUAS.

3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente a assistência social vem se ajustando aos contextos políticos e ideológicos do país, assumindo o espaço dedicado à ajuda aos pobres e carentes, inicialmente, de maneira meramente assistencialista e com medidas

compensatórias e descontinuas. Esta maneira de enfrentar as dificuldades vivenciadas pela classe empobrecida intensifica a manutenção da estrutura social como está construída, não possibilitando alterações no que diz respeito à perspectiva de classe (SILVA, 1995).

Conforme Silva (1995) a PAS é realizada como meio de inibir o aprofundamento das mazelas decorrentes da questão social, administrando a miséria e ampliando bases da legitimidade social do Estado, na medida em que incorpora necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora e seu caráter imediato, através da incorporação pelo governo das reivindicações desta classe empobrecida.

A PAS é um modelo brasileiro de política de proteção social não contributiva, buscando a compreensão do cidadão usuário dos serviços e benefícios, que não é mais o 'assistido', que era beneficiado pelas ações assistencialistas. Isso exige um novo perfil a ser adotado pelos gestores da política, de modo a garantir o acesso das pessoas a este direito do cidadão, através de implantação de planos, programas e projetos do Estado, para através disso viabilizar a execução da proteção social.

Como mencionado no subitem anterior, com a Constituição Federal do Brasil de 1988 a política de assistência social é considerada política pública sendo estruturada, em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aprimorada com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. Na Constituição Federal de 1988 a política de assistência social foi apresentada através dos artigos 203 e 204 com a seguinte redação.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

Deste modo, cabe reforçar que a assistência social é mais uma política que é dever do Estado e direito da população. Mesmo com todo o histórico de luta para o reconhecimento da assistência social para além do assistencialismo e da caridade, ainda hoje permanece uma perspectiva que a considera como voluntarismo e filantropia, ainda mais sobre a população que não tem o conhecimento sobre seus direitos. Neste sentido, cabe o trabalho dos profissionais que atuam nesta área em politizar o público atendido, afirmando a todo o momento que todos os projetos, serviços e benefícios no âmbito desta política são direito do cidadão que, como consta na CF 1988, de quem dela necessitar.

Neste sentido, exige um esforço por parte dos que planejam, executam e avaliam esta política em realizá-la de forma cada vez mais profissionalizada, compromissada com os direitos dos usuários, conforme as legislações, alcançando as pessoas que necessitam do atendimento e buscando cumprir sua função enquanto direito social.

Assim, foi apenas com a sanção da Lei 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 07 de dezembro de 1993, que foi possível a organização para operacionalizar este direito como política social que prevê:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

O grande avanço da LOAS foi prever a assistência como direito do cidadão e responsabilidade do Estado e transita para este novo reconhecimento como política social pública. Esta lei foi alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos da Política Nacional de Assistência Social.

Para Silva (1995) logo após a LOAS ser sancionada, o governo Fernando Henrique Cardoso em 1995 estabelece a medida provisória 813 que

extingue a estrutura criada e a assistência social que foi reconhecida no âmbito da seguridade social como direito do cidadão e dever do Estado, retorna a ter o status de ação emergencial e pontual.

Nesta esteira explica-se, que mesmo com os avanços mencionados anteriormente, não foi alterado de fato o manejo com a assistência social no país, que permanecia com os moldes assistencialistas anteriores, cujo rompimento já havia sido proposto na LOAS.

Somente em 2003 foi realizada avaliação do primeiro decênio da LOAS, com a IV Conferência Nacional de Assistência Social, onde apontou-se a necessidade de construção de um Sistema Único de Assistência Social para garantir a execução desta política pública. Então a LOAS foi complementada e avaliada culminando na construção da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004 e objetivou materializar as diretrizes da LOAS. Tinha como perspectiva prioritária a implantação do SUAS visando integração do governo federal com as demais instâncias (distrito federal, estados e municípios) em busca de ação conjunta e articulada para a implantação de uma política de assistência social pública e de qualidade no Brasil.

Assim, em setembro de 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pelos órgãos que regulamentam a política, sendo estes o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualmente Ministério da Cidadania, e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)²⁴. Direcionando as ações nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), prevendo medidas de segurança. Na PNAS a proteção social é definida como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Na PNAS é incorporado à descentralização político-administrativa, que possibilitou considerar as desigualdades socioterritoriais e a configuração dos espaços de implementação da política, que são os municípios. Deste modo, buscava-se relacionar as pessoas e os territórios nos municípios que, segundo a PNAS, é a menor escala administrativa governamental do ponto de vista do governo federal (BRASIL, 2009).

²⁴ O denominado MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome teve a nomenclatura alterada em 30 de Janeiro de 2019 pelo presidente da república, passando a ser denominado Ministério da Cidadania e foi estabelecida a Secretaria Nacional do Desenvolvimento Social.

Para Pereira (2016) a PNAS visa à construção do sistema de proteção social, garantindo provisões de serviços para quem dele necessitar e sem previsão de contribuição anterior. O formato estabelecido em um sistema único apresenta referências conceituais na estrutura organizacional e na lógica de gerenciamento.

Na PNAS são apresentados os objetivos da assistência social no Brasil, que são:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2009, p. 33)

Estes objetivos indicam os compromissos assumidos pelo Estado através da PAS com a população, promovendo a igualdade e o acesso aos usuários e afirmando a direção da política nos diferentes locais do país. Já os princípios que devem nortear todas as ações desta política e que estão previstos na PNAS são os seguintes:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2009, p. 32).

Estes princípios indicam a PAS na lógica da proteção social e da democratização do acesso, contudo, em seu primeiro princípio, estabelece a exigência de rentabilidade econômica que pode comprometer a universalização do acesso, o que incidirá no modo como esta política será operacionalizada e a direção

para os processos de gestão da PAS. Além disso, ressalta-se a importância de considerar as diferenças regionais e locais para promulgação da PAS de maneira a atender as demandas dos usuários nos diferentes locais²⁵.

Por conseguinte, apontam-se as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social nos diferentes territórios do país:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e características sócio-territoriais locais;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2009, p. 32-33).

Estas diretrizes explicitam o ordenamento da PAS e impactam na gestão desta política. Salienta-se a primazia da responsabilidade do Estado na administração e execução da política de assistência social como um fator a ser impulsionado e intensificado em todos os municípios brasileiros e a descentralização, que deveria ter a contrapartida da união e do estado.

A estruturação da PAS é importante para superar práticas improvisadas e assistencialistas, reforçando o compromisso com a população que tem direito de acessar esta política social, colocando a PAS na esfera da proteção social e da garantia de direitos.

Ressalta-se a 4ª diretriz referente à “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” como um dos elementos do trabalho do assistente social nos diferentes serviços da PAS. Considera-se que a PAS reforça a centralidade na família como uma de suas diretrizes para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos e assegurar ações que garantam a convivência familiar e comunitária. Assim, a matricialidade sociofamiliar²⁶ é uma diretriz essencial para estruturação da política na atualidade (BRASIL, 2016, p. 13).

²⁵ Esta dissertação trata da PAS no município de Londrina-PR.

²⁶ Sobre a matricialidade sociofamiliar consultar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

A garantia de direitos e o acesso se dão por meio da aquisição de seguranças, que guiam o trabalho realizado nos diferentes projetos e serviços executados no âmbito da PAS. As seguranças afiançadas pela PAS são: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), segurança de acolhida, segurança de convívio familiar (BRASIL, 2009).

A segurança de sobrevivência é referente à garantia que as famílias tenham rendimento monetário para sua sobrevivência, como se verifica na PNAS “É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã.” (BRASIL, 2009, p. 31). Ou seja, todos aqueles que necessitam de ações estatais para manutenção de suas vidas.

Já a segurança da acolhida diz respeito à provisão de necessidades humanas como o direito à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, que são essenciais para sobrevivência na sociedade, ou seja, é a provisão de necessidades básicas. Esta provisão também pode ser demandada por necessidade de separação da família por ocasião de violência intrafamiliar, entre outros (BRASIL, 2009).

Entende-se por segurança de convívio familiar como o direito do usuário permanecer com sua família, que esta família tenha condição de proteção de seus membros e para evitar rompimento de vínculos familiares. E além de manter o convívio familiar, manter a relação com a comunidade.

Por conseguinte, visando melhorar o desempenho das ações propostas na PNAS, foi necessária a implantação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como na política de saúde existe o Sistema Único de Saúde (SUS), baseando-se no modelo deste sistema já existente, propõe a regulamentação de forma integrada da gestão do SUAS. Neste sentido, em abril de 2005, foi criada a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), onde define “O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” (BRASIL, 2005, p. 86).

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social–SUAS aponta-se um regime próprio de gestão da PAS para regular ordenar e organizar a assistência social, constituindo-se como um avanço para política social, de maneira que garantiu a participação dos entes federados, criando instrumentos de gerenciamento e monitoramento das ações desta política social.

No SUAS visualiza-se o caráter que norteará os diferentes entes federados, propondo gestão compartilhada; divisão de funções entre cada esfera do governo, conforme o previsto na PNAS, e com a primazia da responsabilidade estatal na regulação, no financiamento e na oferta dos serviços. Isto vem garantir a coparticipação entre união, estados e municípios para subsidiar as ações da política de assistência social e que o Estado se responsabilize pela operacionalização e estruturação da política, o que favorece o entendimento de uma política que é dever do Estado e direito do cidadão.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, atualizada com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, vem reafirmar a política de assistência social como política de seguridade social, que afiança direitos, representando uma conquista do Estado, dos gestores, dos conselhos de assistência social nas diferentes instâncias, dos trabalhadores do SUAS e também da população brasileira, principalmente aqueles que são atendidos pelo SUAS. Esta resolução incide sobre a implantação dos serviços socioassistenciais em todo o país, ofertando atendimento às populações vulneráveis (BRASIL, 2012).

A NOB/SUAS 2012 aponta a responsabilidade dos diferentes entes envolvidos na PAS: união, estado, distrito federal e municípios. Ainda aponta aspectos da gestão do SUAS, do pacto de aprimoramento, da vigilância socioassistencial, do controle social, das instancias de negociação e pactuação do SUAS, entre outros.

Ainda cabe destaque que na NOB/SUAS (2012) aponta a necessidade da construção dos Planos de Assistência Social descrevendo no artigo 18 que “[...] é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS.” (BRASIL, 2012).

A Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços sócio assistenciais que indica que a Proteção Social Básica é composta pelos seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109) estão propostas a realização das seguintes ações para realização do trabalho social que é essencial nos serviços de Proteção Básica: Acolhida; Escuta;

Estudo social; Visita domiciliar; Orientação e encaminhamentos; Grupos de famílias; Grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; Acompanhamento familiar; Atividades comunitárias; Campanhas socioeducativas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Promoção ao acesso à documentação pessoal; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; Mobilização para a cidadania; Conhecimento do território; Cadastramento socioeconômico; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; Busca ativa; Fortalecimento da função protetiva da família; Banco de dados de usuários e organizações (BRASIL, 2009).

Outro elemento relevante, que é apresentado na Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, são os impactos sociais almejados com os serviços da Proteção Básica, que são os seguintes: redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social; redução e prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; melhoria da qualidade de vida das famílias; ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais; redução e prevenção de situações de isolamento social e de acolhimento institucional; e famílias protegidas e orientadas (BRASIL, 2009).

Outra normativa relevante para a PAS é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social–NOB-RH/SUAS (2007) que estipula princípios e diretrizes para gestão do trabalho; equipes de referência, princípios éticos dos trabalhadores, política nacional de capacitação e as responsabilidades dos gestores.

Com relação à gestão do trabalho no âmbito do SUAS entende-se que vem para garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização; garantir a educação permanente dos trabalhadores; realizar planejamento estratégico; garantir a gestão participativa com controle social; integrar e alimentar o sistema de informação (BRASIL, 2010). Esta normativa vem favorecer a que a prestação dos serviços direcionada a população, seja executada com qualidade, garantindo o número de CRAS e a quantidade de profissionais necessária para o atendimento à população referenciada, além de estabelecer outros critérios como a capacitação. Desta forma, entende-se que a NOB RH/SUAS (2007) impacta nas condições objetivas dos trabalhadores do SUAS.

Ressalta-se, também, como a NOB-RH/SUAS (2007) aponta a importância do compromisso ético dos trabalhadores desta política para realização do trabalho profissional no SUAS, devendo considerar os seguintes princípios éticos para orientação da intervenção com os usuários.

Os princípios éticos da NOB-RH/SUAS (2007) que dizem respeito ao acesso aos direitos sociais e socioassistenciais:

- Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais
- Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; (BRASIL, 2010, p. 17-18).

Os princípios éticos que dizem respeito aos usuários da política

- Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade
- Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (BRASIL, 2010, p. 17-18).

Os princípios éticos afetos ao controle social

- Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção (BRASIL, 2010, p. 17-18).

Os princípios éticos sobre o acesso à informação

- Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses; (BRASIL, 2010, p. 17-18).

Com estes princípios éticos da PAS favorece a qualificação do trabalho prestado nos serviços para atendimento dos usuários, que os direitos dos usuários sejam viabilizados, assim como, os direitos dos trabalhadores do SUAS, proporcionando ações profissionalizadas no âmbito da PAS. Na PAS a viabilização dos direitos está para favorecer o acesso dos usuários aos seus direitos, às informações e ao controle social.

Construídas estas considerações, acredita-se a partir das contribuições de Couto *et al.* (2014), que a NOB-RH/SUAS representa a possibilidade de superação de práticas e concepções que tendem a associar a assistência social como imprevisto, no campo do voluntariado e da desprofissionalização, pois, o conteúdo desta normativa aponta desafios de contrapor a lógica político-econômica de flexibilização e precarização dos espaços de trabalho do SUAS.

Todas as normativas citadas indicam o ordenamento da PAS e sua estruturação para orientar as ações em todo o território nacional. Observa-se que uma normativa complementa a outra de modo a construir o entendimento sobre uma política pública que é direito do cidadão.

Para Sposati (2009), apesar do avanço em reconhecer a assistência social como política pública, ela de início já é operada pela compreensão liberal, a qual define que para uso do recurso público cabe o atendimento ao indivíduo que necessita de socorro, que está em situação de risco e que não apresenta condições de suprir suas próprias necessidades. Deve-se buscar garantir a responsabilidade e a gestão da PAS por órgãos públicos, relacionando as ações planejadas pelo Estado, que operem e regulem as funções da assistência social, com recursos humanos públicos, com a criação e o fortalecimento de espaços de gestão democrática que tenham representação da sociedade civil, buscando efetivar um modelo público de política nacional.

Com relação à gestão da PAS, Jaccoud (2009) indica a importância da participação popular por meio dos conselhos, que abrange outros atores sociais e os inclui em processos decisórios, avaliando e deliberando quanto à implementação

da política e no controle das ações estatais. Salienta-se a importância dos conselhos neste processo, que favorece a participação, o controle e a deliberação acerca dos recursos públicos destinados a implementação de políticas sociais. Os conselhos são entendidos neste contexto como parte do processo de gestão das políticas sociais e obrigatório nos municípios para que estes recebam recursos da união.

A gestão do SUAS é essencial para garantir sua consolidação como política social pública e a utilização de ferramentas gerenciais e de profissionalização requer um novo perfil profissional, comprometido com a execução das ações, garantindo o acesso da população aos direitos sociais. Para Couto (2009), este perfil exige qualificação permanente para superar a lógica voluntarista.

Com a contribuição de Couto (2009) aponta-se a importância da consolidação da PAS como sistema único, com a oferta permanente e sistemática de serviços e benefícios através de rede constituída e integrada, tendo padrões de qualificação e pactuação envolvendo o planejamento, financiamento e avaliação. Reforça-se que a oferta dos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS afirmam o Estado como responsável pela oferta desta política social.

Como apresenta Couto *et al.* (2014), ainda é um desafio para a política inverter a lógica assistencialista para garantir a efetivação da PAS e para que os municípios executem esta política com responsabilidade na garantia de direitos, deste modo, acredita-se que o CRAS deve funcionar com esta lógica de acesso a direitos relacionados à PAS como política pública e não como favor.

Dito isto, verifica-se que está em curso concepções de política de assistência social, sendo identificados dois modelos, um que considera a política de maneira assistencialista e improvisada e outro que reconhece a PAS como política social dever do Estado e direito da população.

Este entendimento da assistência social como assistencialismo está presente na fala dos sujeitos entrevistados, demonstrando que é um desafio para os trabalhadores do SUAS, pois é um componente presente na realidade sócio histórica que ainda está em processo de superação.

“Algumas pessoas procuram a gente procurando benefício como se fosse um favor, mas é direito, e se eu estou aqui é porque essa população existe.”
(SUJEITO A).

“[...] a questão do assistencialismo é muito forte até pela própria história do assistente social. A gente continua na luta para desconstruir isso, o atendimento do assistente social vai muito além da gestão do benefício e muitas vezes a gente acaba fazendo coisas, essa primeira acolhida, essa primeira orientação, muitas vezes é público da especial, é caso para CREAS, para especial.” (SUJEITO F).

“[...] essa política ainda é uma política invisível também para os próprios usuários, eu penso que também não há um reconhecimento [...] o usuário não consegue reconhecer essa política como política, ainda conhece como um favor, o que fragiliza muito a política. Eu acho que o desafio é colocar essa política em funcionamento diante de todas essas adversidades.” (SUJEITO G).

“É um desafio muito grande você lutar por essa política quando os próprios usuários não têm a noção dessa luta, dos direitos que eles deveriam ter garantidos com a legislação. ” (SUJEITO H).

Assim, verifica-se que há um descompasso entre o que está estabelecido na legislação e o que é executado na gestão da PAS, pois como reforça os sujeitos superar esta lógica assistencialista ainda é uma necessidade para todos os envolvidos no processo, desde a gestão, os executores e os próprios usuários. Identifica-se também a valorização em referendar a todo o momento o direito à política de assistência social, direito garantido e estruturado em normativas sociais.

Ressalta-se que, em 2019, a PAS vem sofrendo ajustes em seu ordenamento. Estas alterações iniciaram desde 2016 e estão acontecendo em função de mudanças no governo federal, o que vem impactando em todas as instâncias, ocorrendo inclusive, impactos com o processo de desregulamentação do orçamento na gestão da PAS. Sobretudo no momento político e econômico de crise que se vivencia, em que acontecem desmontes em todas as políticas sociais, sendo necessário envolver diferentes atores para fortalecer e lutar pelo SUAS.

3.2.1 A Proteção Social Básica

A proteção social básica que é alvo deste trabalho propõe a prevenção de riscos desenvolvendo potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, privações, acesso precário ou nulo aos serviços e fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento (BRASIL, 2009).

Assim, a proteção social básica se aproxima do território como espaço de vida das pessoas, neste espaço onde se dão as relações sociais, onde existem laços de solidariedade, onde a comunidade pode ser fonte de proteção ou desproteção. E suas ações estão voltadas para as famílias e os bairros onde residem.

No âmbito da proteção social básica os serviços estão organizados em rede, pois os serviços devem estar articulados com as demais políticas públicas setoriais, garantindo o protagonismo das famílias, visando à superação das vulnerabilidades e prevenindo riscos sociais. Os três serviços previstos na proteção básica devem estar articulados, assim como com os demais serviços previstos na proteção social especial de média e alta complexidade (BRASIL, 2009).

Os serviços da Proteção Social Básica devem ser executados nos Centros de Referência da Assistência Social–CRAS que é unidade pública estatal de base territorial ou em outras unidades pelas entidades e organizações de assistência social. Como complementa a PNAS:

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2009, p. 36).

A PAS indica aos trabalhadores a importância de potencializar os usuários e favorecer o seu protagonismo envolvendo-os nas decisões e encaminhamentos das famílias e dos territórios.

Estimula-se que as mulheres sejam as responsáveis pelos encaminhamentos da família, sendo a referência familiar-RF para os serviços socioassistenciais. As famílias na PAS são entendidas como núcleos e a política define que um indivíduo é o responsável pela família. Esta proposta tem em vista garantir renda e meios de subsistência, compreendendo as dificuldades das famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Ressalta-se que a PAS se estrutura a partir da diretriz da matricialidade sociofamiliar, dando centralidade às famílias em suas propostas, valorizando o trabalho social com famílias, entendendo-a como fonte de proteção e cuidado. Neste sentido, pontua-se que na PAS a família é reconhecida em suas

diversidades de organizações e compreendendo-a no contexto dos processos econômicos, sociais e culturais da sociedade, em sua multiplicidade de arranjos, desconstruindo a ideia de modelos familiares (BRASIL, 2015).

Nos CRAS é operacionalizado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, que consiste no trabalho social com famílias e busca fortalecer a função protetiva das mesmas, prevenindo possíveis rompimentos de vínculos, promovendo acesso aos direitos para melhorar a qualidade de vida dos usuários. Prevê o desenvolvimento de potencialidades, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O PAIF é realizado através de ações e atividades, o que será aprofundado nos próximos itens deste capítulo.

Nos CRAS o profissional intervém junto às famílias e no território. A PAS orienta a realização do trabalho social com famílias-TSF, que visa articular o caráter protetivo, preventivo e proativo nos serviços socioassistenciais na lógica de integralidade da atenção, estruturando-se com equipes de referência de caráter interdisciplinar, indicando a integração entre os diferentes níveis de proteção e pela intersetorialidade (BRASIL. 2016).

Desta maneira, a PAS fornece o aparato normativo, que orienta as ações profissionais indicando o foco das intervenções no âmbito da assistência social. Na proteção básica o foco está no trabalho com as famílias e neste trabalho o fortalecimento de vínculos, sendo pertinente o envolvimento da rede de serviços para atendimento integral às necessidades dos usuários.

3.2.2 A Configuração da Política de Assistência Social em Londrina-PR

Cabe apresentar neste item a estrutura da política de assistência social, no município de Londrina, especificamente em seus programas, projetos, serviços e benefícios. Primeiramente, foram apresentadas informações sobre o município de Londrina-PR para, na sequência, apresentar a estruturação da PAS.

O município de Londrina, segundo a estimativa do IBGE (CIDADES, 2019) tem 563.943 habitantes, sendo considerado um município de grande porte conforme o descrito na PNAS (2004), que entende que municípios de grande porte são aqueles cuja população é de 101.000 habitantes a 900.000 habitantes.

As informações do Censo (2010) indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal–IDHM de Londrina é 0,778 e o IDH do Paraná é 0,749, considerado o quinto maior do Brasil. Os componentes que são considerados para definição deste valor incluem as dimensões referentes à longevidade que é a esperança de vida ao nascer; a renda per capita e a educação através dos dados de acesso à escolarização. Em Londrina indica-se que a longevidade está com índice de 0,837, seguida de Renda com índice de 0,789, e a Educação com índice de 0,712 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019)²⁷.

Segundo dado informado pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Londrina, no município de Londrina os assistentes sociais estatutários trabalhadores da Prefeitura Municipal de Londrina PML contabilizam 129, sendo 96 destes alocados na Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, conforme tabela previamente apresentada na introdução (TABELA 2). Menciona-se que se identificou que 42 destes profissionais estão alocados da SMAS e atuam na proteção social básica e os demais se dividem entre equipe do órgão gestor e serviços de proteção social especial.

A gestão da política de assistência social neste município é realizada pela SMAS, que executa a gestão plena conforme apresentado no documento NOB-SUAS (2012). Algumas características da gestão plena estão relacionadas à gestão total das ações de assistência social, ou seja, a SMAS é responsável pelas ações da assistência social no município, sendo que os programas, serviços e benefícios são financiados pelo fundo municipal da assistência social com coparticipação do fundo estadual e fundo nacional, o município comporta no mínimo quatro CRAS, dentre outras características indicadas na NOB-SUAS (2012).

Conforme dados coletados no Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021) considera-se que são identificadas, em Londrina, 45.828 famílias em situação de pobreza cadastradas no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), composto por 120.234 indivíduos; considerando estes dados, calcula-se que a média de moradores é de 2,6 indivíduos por família.

²⁷ Citam-se estes dados como informações complementares para compreender a realidade do município de Londrina.

O município de Londrina conta com um sistema informatizado para cadastro das famílias atendidas e acompanhadas pela PAS, o sistema IRSAS²⁸ - Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social; neste banco de dados encontram-se 170.520 indivíduos registrados que são atendidos pela PAS no município, o que representa 33,65% do total da população, demonstrando o alcance das ações da PAS neste município (LONDRINA, 2018).

A SMAS trabalha com dois bancos de dados: o banco de dados do Cadastro Único e o banco de dados do IRSAS. No IRSAS também captura a informação sobre o Cadastro Único. As normativas da PAS direcionam que as famílias que terão Cadastro Único serão aquelas atendidas em programas com recorte de renda. Deste modo, existem famílias que são atendidas pela PAS, mas que não tem Cadastro Único, pois o Cadastro Único é direcionado para aquelas famílias que poderão acessar a política por uma necessidade, cuja resposta poderá ocorrer via acesso a programas de transferência de renda tais como: Programa Bolsa Família-PBF, Benefício de Prestação Continuada–BPC, Programa Municipal de Transferência de Renda, dentre outros.

Em Londrina, historicamente a PAS vem se estruturando numa parceria público e privado, estando o poder público dividindo a função de proteção com organizações não governamentais da sociedade civil. Esta parceria se configura através de Termos de Cooperação, com destinação de recursos do fundo da assistência social para as entidades socioassistenciais. Assim, os gestores municipais transferem para o terceiro setor a responsabilidade de operacionalizar serviços da PAS, dividindo a responsabilidade pela proteção social da população.

No município de Londrina a PAS está estruturada conforme indicações da Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais. Como já foi pontuado, a proteção social básica é composta por três serviços, que estão funcionando da seguinte maneira neste município.

²⁸ Trata-se de sistema informação – banco de dados das famílias atendidas na SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. O IRSAS também atende a necessidade de prontuário digital do público usuário da PAS. Neste banco de dados constam informações sobre as famílias atendidas, seus dados pessoais, a composição familiar e os atendimentos realizados por toda a rede sócio assistencial governamental e não governamental são registrados neste sistema. Este sistema tem favorecido a construção de diagnóstico sócio territorial e da vigilância sócio assistencial em Londrina-PR.

- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas é realizado pela organização do terceiro setor Irmãs da Pequena Missão para surdos.

- O Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que também é executado por organizações não governamentais, sendo composta por 16 instituições que compõem a rede sócio assistencial, sendo estas: Associação Beneficente Amigos da Criança, Associação Mãos Estendidas, Associação Solidariedade Sempre, Casa do Caminho, Centro Profissionalizante Ágape Smith, Guarda Mirim de Londrina, Escola Profissional e Social do Menor de Londrina, Meprovi Pequenininhos, Pestalozzi, Sociedade Mantenedora de Assistência, Associação Brasileira de Educação e Cultura, Casa Acolhedora Mãe e Senhora de Todos os Povos, Instituto Eurobase de Londrina, Centro de Educação Infantil Irmãs de Betânia, Clube das Mães Unidas, Núcleo Espírita Irmã Scheilla.

No município de Londrina todos os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica para pessoas com deficiência e idosa no domicílio são prestados pela rede socioassistencial conveniada nas organizações não governamentais.

Acredita-se que no momento em que o município transfere para o terceiro setor a responsabilidade pela proteção social fragiliza o entendimento que a política é pública, dever do estado e direito da população. Outro aspecto é que esta configuração afeta as condições de trabalho dos profissionais que atuam no SUAS, pois identificam-se profissionais com diferentes contratos, salários variados, que reforça a rotatividade do profissional. Este movimento não garante estabilidade para o trabalhador e também é prejudicial para os usuários, pois se evidencia a rotatividade entre os profissionais, acarretando ao usuário a necessidade de apresentar sua história e suas demandas para o novo profissional. Como o registro de informações é elaborado de acordo com a percepção do profissional responsável pelo atendimento, com a mudança de profissional o usuário precisa reviver sua história expondo as situações vivenciadas.

- E o Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF)– que é executado nos Centros de Referência de Assistência Social–CRAS. Em Londrina conta-se com dez unidades de CRAS²⁹ para atendimento à população,

²⁹ Conforme tabela previamente apresentada na introdução.

sendo divididas por territórios e estando localizadas nos bairros considerados mais vulneráveis do município, sendo estes: CRAS Norte A, Norte B, Centro A, Centro B, Oeste A, Oeste B, Leste, Sul A, Sul B e Rural.

Segundo consta na Norma Operacional Básica NOB-SUAS (2012) os municípios de grande porte, como Londrina, devem contar com no mínimo quatro CRAS e estabelece também que cada CRAS deve atender até 5.000 famílias referenciadas. Seguem os dados coletados com relação à população residente em cada um destes territórios e o número de famílias cadastradas no sistema IRSAS.

Tabela 4 – Distribuição dos CRAS por população do território e cadastro no IRSAS

Região	População do território	Cadastro no IRSAS	Porcentagem da população do território cadastrado no IRSAS
Centro A	84.134	19.743	23,47%
Centro B	45.792	9.203	20,10%
Leste	78.394	24.038	30,66%
Norte A	40.872	22.565	55,21%
Norte B	54.392	21.257	39,08%
Oeste A	24.852	9.732	39,16%
Oeste B	82.201	17.375	21,14%
Rural	22.087	11.397	51,60%
Sul A	13.215	11.410	86,34%
Sul B	57.937	13.171	22,73%

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021. Acesso em: 23 agosto 2019

Observa-se que a região centro, oeste B e leste comportam o maior número de população no município, mas se comparar a população residente no território e o número de famílias cadastradas no IRSAS, a região Sul A apresenta 89,34% da população do território atendida pela PAS, seguido da região Norte A e Rural que apresentam 55,21% e 51,6%, respectivamente, de indivíduos acompanhados pelos diferentes programas, projetos e serviços da PAS em Londrina-PR. O CRAS com mais indivíduos cadastradas no IRSAS é da região Leste com 24.038 indivíduos cadastrados, seguido da região Norte A e B com 22.565 e 21.257 respectivamente.

A NOB/SUAS (2012) prevê o atendimento às famílias referenciadas. Os atendimentos realizados pelos profissionais nos serviços da proteção social básica acontecem com o indivíduo, contudo, considerando a família como referência do serviço. Assim, há o desdobramento identificado nos atendimentos realizados a uma pessoa da família, pois na realidade contabiliza-se um atendimento a toda a família,

que pode ser composta por outras pessoas. Assim, quando um usuário é atendido, o atendimento é direcionado a toda família referenciada.

Deste modo, como realizar a função da proteção social básica de prevenção e proteção diante desta realidade? Neste sentido, observa-se que os sujeitos entrevistados indicam a dificuldade em realizar ações preventivas, pela quantidade de famílias atendidas e pela demanda das famílias, que expressam a complexidade das contradições inerentes a sociedade capitalista.

Considerando a complexidade das demandas atendidas pelo assistente social na proteção social básica, que devido à estrutura da política impossibilita que de fato seja realizado um trabalho preventivo e que favoreça a proteção dos usuários. Diante destas condições de trabalho o assistente social em seu cotidiano intervém em situações pontuais e imediatas.

“Na verdade hoje na política a gente trabalha com imediaticidades, a gente trabalha apagando incêndios, e nós somos engolidos por essa avalanche de desproteção, essa avalanche de miséria. Você não tem tempo para projetar, outras formas de trabalho, você não tem tempo de trabalhar a proteção, a prevenção, porque o que chega para a gente já passou muito, a muito tempo dessa fase, deste momento. [...] É requisitado à execução do PAIF, mas as demandas que vem do usuário e da população acabam tomando espaço, vai desvirtuar o teu trabalho, porque você vai ficar atendendo o que é de imediato e o imediatismo, o apagar incêndio não vai te permitir planejar, fazer trabalhos com tempo maior, com tempo mais hábil, o tempo inteiro respondendo as demandas que eram para ontem, a fome não espera, a creche não espera, sabe, são muitas as demandas você não consegue responder [...]” (SUJEITO C).

Porém, defende-se que as demandas postas ao assistente social não se apresentam na imediaticidade, devendo o profissional construir as mediações para pensar a realidade e construir respostas profissionais qualificadas como indica GUERRA (2016)

Então, uma questão se põe de imediato, mas só será respondida se captarmos as mediações que a constituem. Quais são as necessidades sociais do capital e do trabalho que sustentam tais requisições sociopolítica e profissionais? (GUERRA, 2016, p. 106).

Desta maneira, a autora defende que as necessidades imediatas da vida cotidiana precisam do desvelamento das necessidades reais que as determinam. As demandas se apresentam na imediaticidade através das ‘queixas’ trazidas pelos

usuários nos atendimentos no CRAS e demais serviços da PAS. Essas demandas não apresentam em sua aparência as determinações sócio-históricas, cabendo ao profissional desvendar a essência destes fenômenos sociais.

Os benefícios socioassistenciais nos quais as famílias atendidas têm acesso são: o Benefício de Prestação Continuada –BPC, o Programa Bolsa Família – PBF. O município oferta o Programa Municipal de Transferência de Renda –PMTR. Em Londrina a população conta com a oferta de Benefícios Eventuais conforme prevê o Art. 22 da LOAS,

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (BRASIL, 1993)

Os benefícios eventuais em Londrina estão organizados nas modalidades Cupom de Alimentação ou cesta básica (conforme Decreto Municipal nº 590, de 04 de maio de 2017), Auxílio Natalidade (Decreto nº 1074, de 29 de dezembro de 2008), Auxílio Funeral (Decreto nº 1073, de 29 de dezembro de 2008), Passagem urbana (Decreto nº 1075, de 29 de dezembro de 2008) e rodoviária, intermunicipal e interestadual, Documentação Civil (Decreto nº 1076, de 29 de dezembro de 2008) (LONDRINA, 2018). O acesso a estes benefícios e atendimentos é realizado pelos assistentes sociais dos CRAS e demais serviços da rede socioassistencial.

Além destes serviços, que compõem a proteção básica, a PNAS prevê serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, sendo composta pelas seguintes ofertas no município de Londrina.

Proteção social especial de média complexidade:

- Centro POP – executa o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
- CREAS II – realiza o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- CREAS III – executa o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

- CREAS IV – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no atendimento à idosos e pessoas com deficiência em desproteção social.

- Além disso, o município oferta o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, executado pela organização não governamental Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

Proteção social especial de alta complexidade:

- O município conta com o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes prestado por organizações não governamentais em contrato com SMAS: Casa de Maria – casa lar Arte de Viver; Lar Anália Franco; e Nuselon–Núcleo Social e Evangélico de Londrina.

- Serviço de Acolhimento Institucional para adultos – executado pelas instituições não governamentais Casa do Bom Samaritano, SOS – Serviço de Obras Sociais de Londrina e Morada de Deus, sendo uma casa para acolhimento de mulheres e as demais para atendimento a homens.

- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

- Residência Inclusiva – executado pelas organizações Casa do Bom Samaritano e Casa do Caminho.

Londrina ainda conta com a especificidade do atendimento a idosos e às mulheres serem realizadas pela Secretaria Municipal do Idoso e pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Estas duas secretarias abrangem ações relacionadas à política de assistência social com atendimento efetivo em todo o município.

Estando alocados na SMAS aponta-se a existência do Conselho Municipal de Assistência Social–CMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente–CMDCA, ambos em pleno funcionamento com reuniões quinzenais. A última Conferência Municipal da Assistência Social foi em 2019 e dos direitos da criança e do adolescente foi em 2018. O Conselho Municipal do Idoso está referenciado na Secretaria Municipal do Idoso e teve a última conferência realizada em maio de 2019.

3.3 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA: O TRABALHO NA PROTEÇÃO BÁSICA

Neste item foram apresentadas as características do trabalho do assistente social na PAS, tais como: o trabalho em equipes, a ênfase na proteção social, o trabalho social com famílias, o trabalho intersetorial, as ações e atividades realizadas pelos assistentes sociais, com foco em sua atuação no âmbito da PAS.

Com o reconhecimento da assistência social como política social de Estado garantida na Constituição Federal de 1988 e a organização e estruturação da PAS através das normativas já apresentadas neste capítulo, ampliou-se consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais, Raichelis (2010) indica que neste mesmo processo, contraditoriamente, ampliou-se a precarização das condições de trabalho para o profissional.

Historicamente, o assistente social é um dos profissionais que operacionalizam a PAS em seus diversos serviços, programas e projetos, como se verifica na afirmativa “a assistência social, desde os primórdios do Serviço Social, tem sido um importante campo de trabalho de muitos/as assistentes sociais. ” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 11).

Para isso, cabe salientar que esta política se materializa através de serviços e benefícios, os quais requisitam a ação direta do profissional com o usuário e neste meio, o assistente social é convocado a cumprir função relevante para o andamento da política desde sua formulação, gestão, avaliação e execução.

A ampliação dos campos ocupacionais no âmbito da PAS exige regulação e organização, assim como, promover a qualificação dos profissionais para que executem ações profissionais que correspondam à proteção social.

Como afirmam Brisola e Silva (2014), pensar o trabalho do assistente social na PAS implica entender as contradições do fazer profissional, como a condição de ser trabalhador assalariado e não dispor dos recursos para suas ações, ficando sua atuação submetida às orientações institucionais e normativas, que de certo modo, indicam uma direção para a realização da intervenção profissional.

O assistente social, além de exercer suas atividades na execução dos serviços, também está ocupando cargos de gestão dos planos, programas e projetos, além de assumir cargos para chefiar secretarias relativas a esta política em diversos municípios e estados da federação. Estes diferentes espaços exigem do profissional

capacidade gerencial e técnica, tendo em vista oferecer proteção social, garantindo que os serviços prestados tenham qualidade e corresponda à demanda dos usuários.

Assim, com a intervenção de assistentes sociais em processos decisórios, acredita-se na capacidade de contribuição para que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores sejam contempladas na organização das políticas sociais.

Como indica Raichelis (2010) aos trabalhadores da PAS cabe à superação da cultura histórica de ações improvisadas retomando constantemente a capacidade do profissional em realizar análise da realidade, evitando a naturalização e criminalização da pobreza, de situações de violências diversas, de violações de direitos dos diferentes segmentos, mas que o profissional compreenda criticamente os processos de produção e reprodução sociais.

As situações apresentadas ao assistente social nos campos ocupacionais são complexas e expressam dinâmicas sociais que precisam ser decifradas com a análise sócio-histórica e, assim, o profissional possa responder as demandas de forma competente.

Raichelis (2010) indica a necessária resistência ao produtivismo quantitativo mensurado através de dados, metas de atendimentos e intervenções profissionais para que nas ações profissionais tenha sentido a direção social proposta através do PEP. O que é um elemento de tensão no trabalho do assistente social, uma vez que a mensuração de dados e o estabelecimento de metas se colocam no cotidiano antes da chegada do assistente social em seu campo de trabalho.

Considera-se que o trabalho do assistente social na PAS se dá de forma relacional e é mensurado qualitativamente, através dos impactos sociais que se expressam na vida dos usuários atendidos.

No documento elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS que trata sobre os Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social (2011), indica que o conhecimento da legislação social é um pré-requisito para o exercício profissional, sendo questão obrigatória nas Diretrizes Curriculares. O profissional deve se manter atualizado sobre os marcos legais, sendo esta uma necessidade contínua.

Para caracterização do trabalho do assistente social na PAS cabe apresentar alguns elementos, que constituem seu cotidiano profissional como o

trabalho em equipes, a ênfase na proteção social, o trabalho social com famílias e o trabalho intersetorial.

Com relação ao trabalho em equipe no âmbito do SUAS é requisitado a atuação multidisciplinar a partir das diferentes profissões, que são chamadas a compor o trabalho para somar-se no intuito de assegurar intervenções que respondam as demandas individuais e coletivas.

Com isso, as equipes são impulsionadas a ampliar sua constituição, para aproximação às diversas demandas dos territórios e das famílias, que implica na presença de profissionais de outras áreas de formação, neste sentido, conforme a Resolução CNAS Nº 17, de 20 de junho de 2011³⁰, os profissionais trabalhadores do SUAS são: assistente social, psicólogo, advogado, administrador, antropólogo, contador, economista, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta.

O psicólogo é um dos profissionais que foi requisitado pelo SUAS e que amplamente divide espaços de trabalho com os assistentes sociais e ambos são chamados a cumprir função na execução dos serviços socioassistenciais. Nesta relação Serviço Social e Psicologia deve-se buscar a garantia da autonomia técnica e das particularidades de ambos profissionais, direcionando a intervenção a partir de seus marcos regulatórios que orientam seu exercício profissional.

Segundo Ortiz (2011) as orientações destes marcos regulatórios vêm possibilitar que os assistentes sociais trabalhem em equipes multidisciplinares, sem, contudo, rebaixar ou diluir sua área de conhecimento frente os demais profissionais. Leva-se em considerações que todas as ações do assistente social em equipes devem se basear em sua formação, seus conhecimentos teóricos, éticos e políticos, respeitando as normativas profissionais.

Ainda neste sentido, quando os profissionais necessitam produzir documentos a partir de trabalho em equipes multidisciplinares, como os prontuários, os profissionais devem registrar apenas informações cruciais para os objetivos do trabalho, respeitando sua responsabilidade ética que para o assistente social é traduzida em seu Código de Ética (1993) e conforme a Resolução CFESS Nº 557, de

³⁰ Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

15 de setembro de 2009, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

Art. 4º. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação.

Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009).

O trabalho em equipe acontece com mais de um profissional envolvido; pode ser constituído de mais de um profissional da mesma área do saber ou profissionais com diferentes formações. Na PAS, o trabalho em equipe é adotado como prerrogativa da própria política, uma vez que foi estabelecido a partir da transversalidade presente na PAS. Com o reconhecimento das demandas atendidas que são multifacetadas e complexas e exigem diversas respostas profissionais, neste processo, diferentes instrumentos e objetos de conhecimentos distintos estão em articulação, superando o isolamento dos saberes (BRASIL, 2009).

O trabalho em equipe pode ser uma estratégia para resolver um conjunto de problemas comuns possibilitando, que cada profissional possa contribuir com seu conhecimento e habilidade, somando as contribuições dos outros. Devem ser preservadas as funções especializadas mantendo uma linha contínua de comunicação uns com os outros.

Para a realização de um trabalho em equipe faz-se necessário que cada um dos especialistas ultrapasse seus próprios limites, possibilitando a percepção de contribuições de outras especialidades e mantendo a autonomia técnica dos profissionais, para serem substituídas concepções fragmentadas da realidade do usuário por um entendimento integral da condição de vida do sujeito.

Outra questão que vale ser lembrada em trabalhos em equipe é a capacidade e necessidade de comunicação; isto é uma das bases para realização de trabalhos desta natureza, sendo possível fomentar relações de troca, tendo em vista a interação entre os profissionais. Desta maneira, cada profissional poderá contribuir com o seu conhecimento e sua habilidade para apoiar os demais membros compartilhando responsabilidades. Os profissionais possuem diferentes formações e apresentam objetivos múltiplos, mas é válida a troca de saberes.

Segundo Ortiz (2011) é necessário conhecer com qual concepção de mundo, de homem e de sociedade que o outro profissional trabalha, para construir pautas em comum e, além disso, compreender qual o objeto de intervenção de cada um destes profissionais que compõem a equipe de referência dos serviços.

Neste sentido, o assistente social precisa ter clareza sobre as particularidades de seu trabalho nestes espaços ocupacionais, para favorecer a distinção de sua intervenção em vista das outras áreas do saber. Ou seja, o próprio profissional deve dominar o campo de intervenção de sua ocupação para deixar esclarecido para os outros membros das equipes multiprofissionais os seus saberes e fazeres.

A atuação interdisciplinar requer construção de diálogo perante pontos de vistas diferentes, podendo acontecer confronto de abordagem. No documento parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social (2011) classificam a interdisciplinaridade como:

A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 27)

A contribuição do assistente social nas equipes é relevante, levando em consideração a sua formação, seus conhecimentos, suas habilidades e competências. O assistente social deve estar preparado para realizar o trabalho interdisciplinar, aberto a contribuição de outras áreas, mas sem perder sua especificidade, que é o que garante seu espaço de trabalho. Para ORTIZ (2011)

[...] uma atuação interdisciplinar é, portanto, aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos profissionais envolvidos (ORTIZ, 2011, p. 195)

A interdisciplinaridade é compreendida por NOGUEIRA e MIOTO (2006) como:

Um processo de desenvolvimento de uma postura profissional que viabilize um olhar ampliado das especificidades que se conjugam no âmbito das profissões, através de equipes multiprofissionais, visando integrar saberes e práticas voltadas à construção de novas possibilidades de pensar e agir [...]. (NOGUEIRA, MIOTO, 2006, p. 279)

Desta maneira, defende-se que a perspectiva interdisciplinar é capaz de transitar entre os limites colocados pelas profissões, não ferindo a especificidade de cada profissão e suas especialidades, de forma que a contribuição de cada membro da equipe possibilite maior compreensão da realidade dos usuários, das famílias e suas demandas.

Nos serviços da proteção social básica em Londrina, o que se verificou na fala dos sujeitos entrevistados é que o trabalho em equipe, construído em articulação com outras áreas do saber, está fragilizado principalmente por falta de recursos humanos, ou seja, as equipes estão defasadas e, por conta disso, dificulta a realização de um trabalho articulado em conjunto com os outros profissionais. E, além da falta de profissionais, tem a imensa demanda de atendimento para os assistentes sociais, o que vem a dificultar a construção de espaços de troca entre os profissionais envolvidos no atendimento à família, sendo este um desafio para construção do trabalho em equipe que é característica da PAS.

Outra característica do trabalho do assistente social na PAS é o trabalho com famílias. Segundo consta nas orientações técnicas sobre o PAIF, o trabalho social com famílias–TSF busca contribuir com a convivência, reconhecendo direitos e possibilidades de intervenção na vida das famílias, que são espaços privilegiados de proteção e socialização, reunidos a partir de laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, visando assegurar a convivência familiar e comunitária reconhecendo o papel do estado na proteção às famílias e seus membros mais vulneráveis (BRASIL, 2016). O PAIF

[...] materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e os usuários como sujeitos de direitos, com foco nas potencialidades e nas vulnerabilidades existentes no território (BRASIL, 2016).

À vista disso, como indica Mioto (2016), na PAS o trabalho social é realizado com famílias, sendo esta uma característica das ações profissionais nesta e nas demais políticas, pois a centralidade da ação do Estado é com a família,

sobretudo, em sua responsabilização pela proteção de seus membros. Assim, considera-se que a família é entendida como base natural e núcleo fundamental da sociedade.

Desta forma, conforme Miotto (2016) o trabalho com famílias caracteriza o trabalho do assistente social na PAS. Considera-se a necessidade de reconhecer que a família requer proteção do Estado, esta proteção é oferecida através das políticas sociais, que deveria corresponder à defesa dos direitos de cidadania, para deste modo, a família ser capaz de proteger os seus membros, ou seja, a família na sociedade brasileira atual além de ser reconhecida como instância de proteção, também necessita de proteção do Estado.

Os profissionais que executam trabalho com famílias devem considerar o contexto sócio-político e o acompanhamento deve buscar a superação das dificuldades enfrentadas pelas famílias, envolvendo processos de gestão e execução dos serviços (COUTO *et al.*, 2014).

Quando se fala em trabalho com famílias, como dito por Raichelis (2009), o assistente social é convocado para intervir no espaço privado, ou seja, dentro da casa dos indivíduos, sendo contratado como um mediador do Estado na intervenção dos conflitos nos âmbitos doméstico e familiar.

Identifica-se também como uma característica do trabalho do assistente social na PAS a ênfase na proteção social, que é um direcionamento das normativas da PAS. Conforme a contribuição dos sujeitos entrevistados, as ações realizadas na proteção social básica estão voltadas para ações de prevenção e estas ações se dão através de atendimento ou de acompanhamento priorizando intervenções de proteção e devendo prevenir situação de vulnerabilidade e risco.

Entende-se por vulnerabilidade social no campo socioassistencial como uma condição, que pode ser temporária. É um conceito complexo relacionando elementos multifacetados, mediante a análise de aspectos como a inserção e permanência no mercado de trabalho, acesso a recursos materiais ou simbólicos, à fragilidade nas relações sociais e o acesso regular e com qualidade às políticas públicas e sociais (HILLESHEIM; CRUZ, 2016).

Sobre risco social entende-se que após a implementação da PNAS, em 2004, a expressão se difunde no campo socioassistencial. A palavra risco indica tanto a noção de perigo quanto a possibilidade de sua ocorrência, embutindo noção de perda, mas, também, de indicar uma situação problema. Na PAS o termo risco

social está associado à violação de direitos. Relaciona-se à possibilidade ou ao acontecimento de episódios de violência e violação de direitos na vida dos indivíduos ou das famílias. O risco decorre das situações de vulnerabilidade social (HILLESHEIM; CRUZ, 2016).

Dessa maneira as ações nos diferentes serviços da proteção social básica visam o atendimento aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção de situações de risco.

“Eu acho que o caracteriza o trabalho é essa questão da prevenção, da proteção e essa questão da prevenção da proteção que a gente tem que acolher [...] são justamente os níveis de desproteção, de vulnerabilidade, então eu não posso também descaracterizar trazendo demandas da especial para básica, o que caracteriza são as desproteção as vulnerabilidades, na básica você tem a acolhida, a prevenção, o acompanhamento, a proteção e o encaminhamento para média e alta justamente porque você nesse viés que vai desde a prevenção, para a proteção” (SUJEITO D).

Dito isto, é pertinente definir o que se entende por prevenção, proteção e desproteção. Para Bronzo (2009) a prevenção tem por finalidade construir estratégias para reduzir a probabilidade de produção de riscos adversos, as quais ocorrem, portanto, antes que se produzam os riscos. No trabalho do assistente social na PAS as ações preventivas se caracterizam por antecipar a ocorrência da violação de direitos, objetivando que estas não se efetivem na vida dos sujeitos. A prevenção se coloca como uma prerrogativa no trabalho realizado no âmbito da proteção social básica, para prevenir situações de riscos e desproteções sociais. Para isso, o assistente social deve conhecer a realidade social das famílias referenciadas, a dinâmica do território, a rede de serviços existente para intervir antes que as desproteções aconteçam com os usuários.

“então o foco ali da atuação é um foco de atuação mais na perspectiva preventiva, embora a gente não consiga desenvolver muito isso, mas este seria o enfoque e também a gente acaba lidando muito mais do que na especial com a análise socioeconômica” (SUJEITO G).

Quando as demandas chegam ao CRAS apresentam uma complexidade que já ultrapassou a realização de ações preventivas. Reconhece-se que há um limite tênue entre aquilo que é foco de cada nível de proteção no âmbito

da PAS e, deste modo, em decorrência da complexidade das demandas o profissional que se encontra atuando nos serviços da proteção básica deve fazer acolhida para orientação e encaminhamento das demandas levadas pelos usuários.

Para Jaccoud (2009) a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas reguladas preferencialmente pelo Estado para a provisão de serviços e benefícios sociais, visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais. Ressalta-se que a proteção social não se limita a uma política social ou à PAS, mas a um conjunto de ações nas diferentes políticas e nos diferentes setores para oferecer proteção.

A proteção social referente à assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto dos acasos, que acontecem na vida cotidiana que podem estar influenciadas por ciclos da vida, visando garantir a dignidade aos indivíduos (BRASIL, 2005).

Já a desproteção é quando não se efetiva a proteção exigindo a superação de situações já instaladas. Para Sposati (2009, p. 21) “A aplicação ao termo “desproteção” destaca o usual sentido de ações emergenciais historicamente atribuído e operado no campo da assistência social”. Se considerar as situações de violação de direito, especialmente, pela ausência ou ineficácia da proteção social advinda do Estado, entendendo a responsabilidade do estado na efetivação da proteção.

Identifica-se um descompasso entre o que está estabelecido na legislação e o que se efetiva na gestão da PAS. A partir da fala dos sujeitos, verificou-se que o que a política oferece, ou seja, a oferta de serviços não é suficiente para o atendimento à demanda existente, devido o investimento insuficiente para atender demandas que são próprias da política. Para alguns sujeitos, o fato de estar centrada nos CRAS a administração dos benefícios socioassistenciais, não favorece a efetivação de um trabalho no território e com as famílias na execução do PAIF, impossibilitando que os profissionais efetivem um trabalho preventivo e protetivo como confirma o sujeito F *“Foge um pouco da básica, a gente não consegue fazer o trabalho preventivo de se anteceder as desproteções instauradas nas famílias.”* e explicado pelo sujeito B *“de modo geral a gente acaba sendo engolidos por esta gestão de benefícios”*.

“enquanto o CRAS distribuir comida nós não vamos fazer PAIF, nós não vamos fazer prevenção, nós não vamos trabalhar organização de comunidades [...] nós teríamos que fazer proteção, prevenção, teríamos que trabalhar empoderamento, teríamos que trabalhar formas de romper ciclos geracionais de pobreza, miséria, analfabetismo, nós teríamos que trabalhar, formas de acesso, organizações, politizar a comunidade [...] mas eles me matam aqui, porque eles me colocam uma agenda e me fazem distribuir comida, só o tanto que eu tenho [...] enquanto o CRAS distribuir comida nós não vamos fazer PAIF, nós não vamos fazer prevenção, nós não vamos trabalhar organização de comunidades. [...] eles mantêm você, ocupada o tempo todo, secando gelo o tempo todo, para que você não tenha tempo e nem forças para pensar outras coisas, com aquela situação você fica esgotada.” (SUJEITO C).

“A política de assistência social é paliativa e diferente do que a legislação coloca que a proteção básica seria trabalhar o preventivo, infelizmente a gente não consegue trabalhar muito o preventivo a gente acaba no incêndio mesmo.” (SUJEITO F).

“tem famílias que estamos em terceira quarta geração de acompanhamento, onde é que a gente errou, onde você não fez proteção [...] não foi efetivo, porque esse trabalho diz o seguinte é para romper com este ciclo geracional de pobreza miséria [...] você não fez o seu trabalho, a política não foi efetiva, o que não aconteceu, o que aconteceu, tá certo que a gente tem um monte de famílias que já superaram, [...] mas pelo caminho a gente perdeu um monte.” (SUJEITO C).

Através das falas entende-se que o investimento na política de assistência é deficitário, pois não proporciona atender as demandas que foram propostas na própria construção da PAS e esse procedimento impacta na maneira como a política vai estabelecer as formas de proteção, pois na realidade não tem proteção, mas sim seleção da pobreza. Diante disso, coloca-se a questão do assistente social provocar o poder público sobre as demandas dos usuários, para ampliação do investimento em políticas públicas e sociais. Salienta-se que a política não é de responsabilidade do profissional, uma vez que não interfere no seu ordenamento, nas formas de investimento ou mesmo no lugar ocupado pela Assistência Social como política pública no Estado.

“tudo o que temos a oferecer é este cupom, que agora é de R\$85,00, isso cria uma lógica perversa, fazendo com que os profissionais atendam apenas os miseráveis dos miseráveis, quando na verdade há uma escassez de recursos, quem está na faixa de renda deveria ter acesso.” (SUJEITO B).

Para Yasbek (2016) na contemporaneidade as ações relacionadas às políticas públicas têm apresentado enfoque na pobreza e na extrema pobreza, se constituindo como programas focalizados, de contrapartida e com condicionalidades.

Contudo, as demandas familiares vão além do acesso à renda mínima, diz respeito ao acesso a bens e serviços de diversas naturezas como saúde, educação, habitação, ou seja, envolve o comprometimento de toda a sociedade.

“para a maioria dos nossos governantes, administradores, entendem assim, fome é igual pobreza, pobreza é igual assistência, falta de passe, não tem passe na UBS, se não tem passe porque não tem dinheiro, não tem dinheiro é pobre, e pobre é assistência, é CRAS, ou seja, sobra para o CRAS dar conta de toda essa pobreza.” (SUJEITO C).

A pobreza é estrutural na sociedade capitalista e é responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo atender situações que são expressão do processo de pauperismo vivenciado pela população e gerado nesta sociabilidade. Responsabilizar uma política para trabalhar com a pobreza é não reconhecer esta dinâmica social, é manter as coisas como estão construídas neste sistema, desconsiderando a estrutura desta sociabilidade. Não será uma política social que dará conta da pobreza, pois é uma problemática mais ampla que envolve alteração societária.

O trabalho intersetorial é mais uma característica do trabalho do assistente social na PAS. A intersetorialidade é princípio organizativo da PAS, trata-se do processo construído a partir da interação de diferentes políticas públicas, envolvendo seus serviços e profissionais para integralidade da atenção.

Diante da complexidade da realidade social encontrou-se no trabalho intersetorial, a possibilidade para superar práticas setorializadas e fragmentadas. É ação conjuntura e articulada para atenção às necessidades dos cidadãos, criando espaços de comunicação, diálogo, negociação de respostas com troca de experiências através de estratégias para ultrapassar a atuação fragmentada das políticas.

Para Pastor e Brevilheri (2016) no âmbito das políticas públicas e sociais considerar os princípios da descentralização, da participação social e da universalização do acesso indicam necessária alteração nos modelos de gestão das políticas e neste meio se insere a intersetorialidade. A intersetorialidade conforma uma nova forma de gestão, buscando soluções para as situações vivenciadas pela população de determinado território (bairro, região ou cidade).

A Lei 12.435 de 6 de julho de 2011 altera a LOAS e reforça que a assistência social deve atuar de maneira integrada com as demais políticas públicas.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2011)

Desta maneira, o trabalho intersetorial se constitui com ações entre os diferentes setores envolvendo diferentes políticas públicas para atender as demandas do usuário e cabe a construção de relação de complementaridade entre as políticas.

“a prevenção a gente não consegue desenvolver como gostaria, mas eu acho que você ter esse olhar, ter essa perspectiva, por isso eu valorizo a intersetorialidade porque eu vejo nesta possibilidade a possibilidade mais concreta que a gente tem dentro desta perspectiva de prevenção.” (SUJEITO G).

Deste modo, esclarece-se que ações intersetoriais supõe não responsabilizar uma política pública pela promoção da proteção, mas a interação e o comprometimento dos diversos setores. A intersetorialidade visa ao enfrentamento de demandas multifacetadas, que exigem respostas que ultrapassam a repartição setorial, extrapolam um setor ou área de política pública.

[...] Sob a concepção de ser uma política processual ou transversal às demais, é entendida por alguns como uma área sem resolutividade própria, um território de passagem, a porta de entrada para outras políticas. A intersetorialidade é tão substantiva para a assistência social como o é para as demais políticas, ao se considerar que nenhuma delas guarda resolutividade plena em si mesma. (SPOSATI, 2009, p. 46)

Como política transversal, a PAS atinge ações e interage com outras políticas como saúde, educação, transporte, lazer entre outros. Assim a transversalidade se dá quando atravessa, cruza com demandas de outras áreas e a possibilidade de garantir uma nova leitura, uma ressignificação das atribuições dos órgãos setoriais, favorecendo que as lideranças governamentais trabalhem em conjunto.

A PAS tem interface com outras políticas setoriais e chegam para atendimento dos assistentes sociais demandas de outros setores também pela proximidade do CRAS e as experiências construídas pelos assistentes sociais nos territórios.

Identifica-se que os CRAS se configuram como “porta de entrada” para a política de assistência social, inclusive para demandas de outras políticas setoriais, pois como indica o sujeito F, o CRAS

“é uma referência, é o lugar onde eles podem buscar uma informação, vem tudo de todos, de todas as políticas, de todos os campos, até o que não é política pública, aí vem uma orientação, tirar dúvidas, algum encaminhamento.” (SUJEITO F)

Dizer que um serviço é porta de entrada indica que neste espaço são oferecidas ações de acolhida que favoreça a identificação de demandas que, de certo modo, extrapolam os objetivos da PAS, sendo um desencadeador do trabalho em rede. Observa-se que a forma como o CRAS foi implantado se colocou como porta de entrada inclusive para outras políticas; deste modo o CRAS pode ser considerado como um serviço de referência do território para as famílias. Assim, nos territórios, o CRAS pode ser reconhecido como o equipamento público acessível à população e diante da complexidade das demandas apresentadas pelos usuários, o CRAS se configura também como um espaço de escuta qualificada.

“É a porta de entrada da PAS, você acaba criando vínculo com a comunidade, vivendo a comunidade de forma geral, com a família que você atende, a que você não atende, o dono do mercado, o comerciante, a rede de serviços, e você acaba se aproximando, então o fato da gente estar aqui na ponta facilita muito isso.” (SUJEITO A)

“a família vem até o CRAS, que é a porta de entrada e onde ela se sente acolhida, onde ela imagina que as demandas imediatas dela vai ser atendida, então elas buscam o CRAS, nossa proposta é a acolhida”. (SUJEITO C)

Neste sentido, o assistente social realiza a orientação social, que é função exercida no atendimento ao usuário para identificação de demandas, repasse de informações e encaminhamentos para acesso aos direitos. É na orientação social que o profissional identifica as possibilidades e levanta recursos a serem mobilizados para o atendimento das demandas. Ao realizar a escuta qualificada o assistente social

vai identificando demandas, que são próprias da PAS e outras que são relacionadas a outras políticas, prestando orientação que é um dos deveres do assistente social.

“Se nós formos pensar a PAS ela está tendo que responder a precarização de outras políticas públicas [...] muitas vezes a gente não tem a resposta, porque o CRAS não vai conseguir vaga para ela numa creche, é uma outra política pública, mas ela imagina que com a nossa intervenção a gente consiga, são situações que aparecem para a gente e você simplesmente podia dizer, isso não é aqui, mas não, a gente abraça, a gente acolhe, a gente ouve a gente busca dentro das nossas redes de apoio tentar viabilizar o atendimento.” (SUJEITO C).

“[...] a assistência é uma política transversal que passa pelas outras políticas, se as outras políticas trabalhassem da forma que deveriam funcionar a gente poderia realizar um trabalho preventivo, os casos seriam mínimos. [...] cada família é uma família, o que a gente vem vendo que está muito crescente mesmo, é assustador, é o adoecimento das famílias pelas ausência da renda pela dificuldade em conseguir trabalho, ou emprego, casa própria [...] é a porta de entrada mesmo, então direito violado do idoso, pessoa com deficiência, acidentou, INSS, auxílio doença, até o que não é da assistência acaba vindo, porque eles entendem que aqui o assistente social vai ter a informação que ele precisa, é o ponta pé inicial” (SUJEITO F).

A PAS se estrutura de modo a viabilizar o acesso a outras políticas públicas, fortalecendo a perspectiva intersetorial, por exemplo, um dos objetivos do PAIF é promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos, deste modo, os CRAS vem se constituindo como o espaço de divulgação e orientação sobre informações, que favoreçam o acesso dos usuários aos seus direitos desta e de outras políticas públicas. Pontua-se que esta questão se coloca pelo fato da PAS se ter como objetivo a construção de um sistema de proteção social.

Para Couto *et al.* (2014) as ações profissionais no âmbito do SUAS são amplas e envolvem o acesso da população a seus direitos garantidos pelas políticas públicas, deste modo os usuários que chegam para atendimento do assistente social carregam consigo uma série de necessidades sociais que se traduzem na PAS ou nas demais políticas sociais e o profissional deve ter conhecimento amplo sobre os direitos sociais para favorecer o acesso da população.

Identificou-se que o CRAS não é somente a porta de entrada da política, mas é a última porta que os usuários procuram para que sejam acolhidas e encaminhadas as suas necessidades, sendo que no CRAS é oferecido o acesso à informação.

O Estado se coloca como mais uma fonte de violação de direitos e de desproteção social para a população, quando não oferece serviços suficientes, quando não garante o acesso aos direitos humanos, sociais, políticos, civis, pela ausência de programas, projetos e serviços que atendam às necessidades da população, oferecendo o mínimo de recursos para o atendimento destas famílias, não garantindo a universalidade, selecionando os mais pobres, definindo condicionalidades e impondo critérios, como coloca o sujeito B “*o Estado tem uma serie de violências e direitos que não garante e o CRAS é a última porta, pois o sujeito não tem mais para onde ir.*” (SUJEITO B), indicando que quando o usuário procura o CRAS ele já realizou outras tentativas e permanece sem acesso, sem emprego, sem renda, sem apoio familiar.

“Então casos de abuso, de violência, de negligencia, a família precisa ser escutada e recorrem ao CRAS [...] quando a família chega no momento de desespero na recepção e a gente já traz para sala de atendimento e faz atendimento inicial.” (SUJEITO F).

Desta forma, alguns sujeitos apontam que o fato do CRAS estar constituído como porta de entrada se coloca como um desafio, pois no cotidiano chegam demandas urgentes que precisam ser atendidas demandando reorganização do serviço, inclusive, chegam situações de violência para serem triadas e avaliadas para as primeiras orientações e encaminhamentos. Ou seja, as situações de violência são mais um desafio a ser trabalhado pelos profissionais, pois quando chegam ao CRAS a violência já aconteceu, ou seja, demonstra que o serviço da básica dificilmente consegue trabalhar a prevenção, antecipando situações como estas, pois quando as famílias chegam ao CRAS as demandas já estão em outro nível de desproteção social.

Quando as famílias chegam ao CRAS no atendimento social o profissional avalia as intervenções que serão necessárias à situação. A partir do documento Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS (2011) podemos elencar algumas atividades, que são realizadas pelo assistente social na política de assistência social sendo algumas destas elencadas abaixo: realizar pesquisas para identificação das demandas; formular, administrar e executar os programas, projetos, benefícios e serviços da assistência social; administrar benefícios e serviços socioassistenciais;

estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de assistência social; realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as; participar nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social na condição de conselheiro/a; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social e afins; dentre várias outras atividades executadas pelo profissional em seus diversos espaços de trabalho.

Conforme a Tipificação indica-se a descrição do trabalho social no âmbito da assistência social, que propõe a realização de algumas ações: a acolhida; a realização do acompanhamento familiar; o atendimento social domiciliar; atividades comunitárias; busca ativa; cadastramento socioeconômico; campanhas socioeducativas; conhecimento do território; construção de banco de dados de usuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estudo social; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; mobilização para a cidadania; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; orientação e encaminhamentos; promoção ao acesso à documentação pessoal. Esclarece-se que estas ações são apresentadas e descritas pelos sujeitos da pesquisa quando apresentam o cotidiano de trabalho na proteção social básica.

Na proteção social básica identificou-se que as principais ações realizadas são para operacionalização do PAIF. Descrevem-se as ações relativas à execução do PAIF conforme a fala dos sujeitos “*As atividades é mesmo assim o atendimento social, intervenção individual, a gente faz também visitas, discussões de caso, reuniões, a gente trabalha com oficinas.*” (SUJEITO F)

“PAIF, a gente executa o PAIF, isso é fundamental [...] o PAIF tem aquele caráter protetivo com a família, que é o que a gente executa, realiza através de atendimento individual, atendimento domiciliar, grupos, reuniões de PMTR (Programa Municipal de Transferência de Renda), reuniões de rede que acontece todo mês. [...] O CRAS tem que fazer a proteção social básica a gente tem o PAIF, todo o nosso trabalho ele teria obrigatoriamente que seguir, devem seguir o PAIF, a questão da acolhida, trabalhar oficina, trabalhar empoderamento, trabalhar convivência familiar, convivência comunitária, essa é a proposta do PAIF. [...] O que a gente busca para as famílias, a gente

tenta prevenir situações de risco, para evitar que o vínculo da família, da comunidade se parta, se quebre, e esse acompanhamento se dá dentro nos grupos, nas visitas, do trabalho na comunidade.” (SUJEITO A).

“o PAIF pede para que você trabalhe na comunidade, trabalhe com família, trabalhe empoderamento, trabalhe a proteção, trabalhe a prevenção. Esta é uma requisição da política, a política diz, a NOB nossa norma diz o que é a proteção social básica, o que a proteção básica faz, você não precisa inventar a roda, está ali, está dito, mas você não faz isso, porque as demandas do dia-a-dia vai te engolir, você vai estar sempre correndo atrás de alguma coisa que já passou há muito tempo. ” (SUJEITO C).

“Basicamente é acompanhamento integral a família, o PAIF mesmo e que envolve de tudo um pouco, desde o atendimento individualizado, atendimento coletivo, a visita como instrumento, depende da demanda de cada família, orientações, encaminhamentos. ” (SUJEITO F).

“Eu faço o atendimento social, eu faço trabalho em grupo, participo nas reuniões de rede e subrede, faço a parte também administrativa do trabalho, o registro das informações no IRSAS, faço planejamento, participo de atividades de planejamento coletivo, junto com a equipe de trabalho e também planejamento individual das atividades, supervisiono estágio. [...] São as atividades coletivas, desenvolvo trabalho coletivo, desenvolvo trabalho individual, faço visitas domiciliares neste processo de acompanhamento das famílias, o planejamento das atividades, supervisiono estágio e o trabalho da rede. ” (SUJEITO G).

Desta maneira, a proposta do PAIF está relacionada ao trabalho social com famílias para, a partir de um direcionamento da política, realizar o acompanhamento ou atendimento. O acompanhamento são aquelas situações de maior gravidade, que demandam a continuidade de intervenções e o atendimento podendo ser pontual e esporádico.

“dentro do PAIF é o trabalho social com família, aqui a gente tem atendimento social agendado. Tem famílias que a gente acompanha, esses acompanhamentos podem ser individuais ou em grupo também. [...] Então, faço atendimento individual e atendimentos em grupo, visitas domiciliares, até organizar o pessoal para alguma reivindicação. ” (SUJEITO B).

Tratando sobre o TSF (trabalho social com famílias) e as requisições da PAS ao assistente social cabe destaque as ações de atendimento direto aos usuários, que dizem respeito às atividades realizadas e voltadas diretamente as famílias atendidas pelos serviços. Através de diferentes instrumentos técnico-operativos o profissional em relação com os usuários toma conhecimento das demandas familiares e realiza o acompanhamento. Este atendimento implica na comunicação e na socialização de informações, favorecendo o acesso dos usuários

aos seus direitos. Na ação direta com o usuário várias demandas são apresentadas, seja desta ou das demais políticas setoriais.

[...] o que caracteriza eu acho que é isso, porque assim, é o contato com os usuários que dá meu direcionamento, meus relatórios são essenciais com relação ao adolescente mesmo, o contato com o adolescente e a família e o que eu faço com isso. (SUJEITO E)

Os estudos de Torres (2017) indicam que a ação profissional se dá de diferentes maneiras, podendo ser caracterizada como ação direta, ação de administração e de gestão; ação junto a movimentos sociais sejam estes urbanos e rurais; ação vinculada à instância de controle social, ações socioeducativas, entre outras. Observa-se que as ações pelas quais os profissionais amplamente se reconhecem como assistentes sociais são aquelas direcionadas às ações diretas com os usuários das políticas sociais e dos serviços sociais.

Em pesquisa realizada por Torres e Almeida (2014) apontam que os profissionais assistentes sociais dão ênfase às atividades que sejam relacionadas ao atendimento direto ao usuário. Neste sentido, as principais ações realizadas dentre a categoria profissional são o atendimento social, o atendimento domiciliar e as reuniões.

Para Torres (2017) estas ações se caracterizam como aquelas por meio das quais o assistente social realiza o atendimento social individual, a elaboração do levantamento socioeconômico; o atendimento social domiciliar; as ações de abordagem grupal; o trabalho em rede e as ações relacionadas ao reconhecimento e diagnóstico dos territórios. Assim, através destas ações, é requerido ao assistente social explicar, orientar, articular, informar, acolher e construir estratégias para possibilitar responder as demandas apresentadas pelos usuários.

A gestão de benefícios socioassistenciais se coloca como mais uma ação realizada pelo assistente social e que vem caracterizar seu trabalho na proteção social básica; existem questões que proporcionam reflexão sobre o uso desta ação como um fim em si mesma, não levando a outras formas de ver e entender a realidade das famílias, o que pode ser prejudicial e reduzir o trabalho profissional ao mero reprodutor de protocolos e normativas legais, que regulam o fornecimento destes benefícios socioassistenciais e eventuais.

Os benefícios se constituem como provisões da proteção social básica na PAS e compõem a rede socioassistencial. Identifica-se que a articulação entre serviços e benefícios é crucial, de modo a integrar o acesso dos benefícios a atenções e cuidados prestados pelo trabalho profissional nos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2012).

Os benefícios continuados do programa federal são, basicamente, o Benefício de Prestação Continuada–BPC e o Programa Bolsa Família–PBF e os benefícios municipais são eventuais como o Programa Municipal de Transferência de Renda–PMTR, o cupom-alimentação ou cesta básica, o auxílio natalidade e o auxílio funeral. Esta ação é realizada através de atividades e é viabilizada através do estudo socioeconômico, a visita domiciliar e o atendimento social.

Sobre o trabalho do assistente social na proteção social básica ter como foco a gestão de benefícios, dizem os sujeitos “aqui no CRAS a questão ainda é a gestão de benefícios” (SUJEITO F). Como bem define o sujeito A “a maioria da demanda de atendimento para o assistente social, 90% é para benefício eventual.”.

“Quantas pessoas vêm ao CRAS que não seja para solicitar benefício, pois 90, 95% vêm em busca de comida, vem em busca de meios de subsistência, o que torna nosso trabalho exaustivo, ainda que a gente tenha outros profissionais para dividir o serviço PAIF com outras profissões, outras colegas, o que torna exaustivo a nossa atuação no CRAS é que as pessoas vêm em busca de comida, vem em busca de renda e a gestão de benefício está a cargo do assistente social.” (SUJEITO C).

“A gente deveria estar atuando mais com prevenção, deveria, mas estamos sendo engolidos pela gestão de benefícios [...] A necessidade da família ordena o trabalho, a gente passa tempo grande fazendo avaliação social para entregar o cupom que muitas vezes é a única coisa que a gente tem” (SUJEITO B).

“os valores dos benefícios não está dando para o mínimo do mínimo para aquela família, é o auxílio alimento que garante a alimentação. O auxílio alimento garante, se a família não é muito numerosa, por no máximo uma semana.” (SUJEITO F).

Entende-se que limitar o trabalho profissional ao acompanhamento das condicionalidades e para a concessão dos benefícios restringe o trabalho profissional, limitando ao atendimento e a orientação quando os usuários procuram o serviço e não favorecendo que, de fato, a família seja protagonista de decisões e que construam processos políticos.

Conforme Santos (2011) neste formato o trabalho dos assistentes sociais acaba materializado como plantão emergencial, o que leva o profissional a tratar de forma individual questões que são coletivas e que fazem parte da vida da maioria dos usuários que procuram os CRAS e acrescenta que isto acontece pela demanda excessiva que marca o dia a dia do cotidiano profissional.

“hoje as demandas estão tão gritantes com relação a sobrevivência que a nossa preocupação número um está sendo suprir as necessidades básicas de algumas famílias que estão chegando para a gente, isso também é planejamento. Eu vejo que quando você opta por hoje pelo menos atender as urgências, as emergências, que é uma responsabilidade também dessa política, e tencionar o órgão gestor, tencionar os outros espaços para poder pelo menos esse básico ampliar e não deixar faltar, é também uma opção, é uma estratégia de planejamento, nós estamos usando agora, não é o que a gente queria, a gente queria estar para além disso, a gente queria estar para outros, mas a gente tem falado muito não para população, porque a gente não tem.” (SUJEITO G).

Desta forma, o trabalho do assistente social acaba sendo organizado pela escolha da demanda prioritária, ou seja, diante do cenário árduo que se enfrenta, acabam escolhendo o que é mais complexo e mais grave para atender prioritariamente e, diante da fragilidade dos recursos para estruturar a política, dificilmente o assistente social consegue ir além do imediato, pois é o que proporciona as condições de trabalho, já que os recursos prioritariamente são voltados para os programas de transferência de renda em detrimento da realização de ações socioeducativas. Esta dinâmica de trabalho interfere diretamente no modo como os assistentes sociais planejam, organizam e executam o seu trabalho cotidiano.

Uma das grandes características, que tem interferido e norteado o trabalho do assistente social na PAS, sobretudo no espaço da proteção social básica, é a gestão de benefícios, que é reconhecida como ação que amplamente os assistentes sociais executam e pelo qual é reconhecido por outros profissionais e pela população. O assistente social, neste quesito, é o responsável por escolher aqueles que terão acesso aos benefícios oferecidos nos CRAS e faz o acompanhamento das condicionalidades e “cobranças” para que a população tenha acesso a este direito socioassistencial.

“A gestão de benefícios, por enquanto, é a assistente social que faz, a gente que faz avaliação para benefício eventual que é o antigo cupom, a questão

do auxílio funeral e o auxílio natalidade, a inserção em PMTR, é o assistente social que faz. [...] o que o técnico assistente social é sozinho é a gestão dos benefícios. ” (SUJEITO A).

“Hoje no CRAS o que eu observo que é específico do assistente social, o que diferencia é que a gestão de benefícios ficou com o assistente social. [...] Se for pegar as normativas até o estudo socioeconômico é competência do assistente social. Hoje o que é atribuição específica ficou a gestão de benefícios. ” (SUJEITO B).

“a gestão de benefícios é exclusivo do assistente social. [...] Tirando a gestão do benefício o resto à gente acaba fazendo tudo junto, discute o caso junto, dependendo do caso de cada família, a gente já marca em conjunto ou faz separado” (SUJEITO F).

A gestão de benefícios é priorizada devido ao alto número de demandas com esta finalidade que chegam para atendimento do profissional ou até por imposição do contratante. Deste modo, para que a população tenha acesso à renda, por exemplo, o profissional acaba voltando grande parte de sua atuação profissional para esta garantia em detrimento do serviço prestado e do acompanhamento familiar. Salienta-se que, tanto o acompanhamento familiar como a gestão de benefícios, devem ser realizados com esta perspectiva protetiva.

Contudo o assistente social, em seu trabalho na PAS, tem sido reconhecido como o profissional que define quem vai ter acesso aos programas das políticas sociais. O profissional tem informação sobre os serviços e benefícios e pode favorecer ou não o acesso da população. Como coloca Torres e Almeida (2014) o assistente social dispõe de poder institucional para selecionar determinando os mais necessitados, tendo em vista que os serviços não dispõem de recursos suficientes para atender todo o público que deveria ter acesso a esses direitos. Deste modo, completando com Silva (2014), os profissionais atuam no gerenciamento da pobreza daqueles que procuram atendimento na PAS.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) ao assistente social é atribuído o poder de selecionar quem terá acesso aos programas, constantemente tendo que eleger entre os mais necessitados, já que em sua constituição, as políticas sociais dificilmente atendem a totalidade das demandas da população e esta decisão lhe é confiada pelos contratantes.

Diante disso, reforça-se que as políticas sociais são desenhadas de maneira focalista e com condicionalidades, porém esta lógica é contrária ao entendimento de uma política social universal e incondicional. A assistência social

propõe critérios e estabelece que seja para quem dela necessitar, ou seja, para ter acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais precisa corresponder a uma determinada característica, que contraria a lógica da universalidade do direito social.

Segundo Silva (2016) a gestão das condicionalidades está presente em ações da PAS, sobretudo nas ações referentes ao Programa Bolsa Família, que tem como objetivo acompanhar o cumprimento das condicionalidades e dos compromissos que são impostos às famílias beneficiárias e, através de busca ativa, identificar famílias mais vulneráveis e indicar a necessidade de acompanhamento pelo poder público.

Outro elemento a ser ressaltado é que o trabalho do assistente social na proteção básica é realizado no território, sendo uma característica da política neste âmbito de atuação.

“A proteção básica é no território, diferente da proteção social especial que está na área central e ela se desloca, o CRAS está no dia-a-dia dentro do território, todos CRAS de Londrina estão no território, tirando a rural que está na área urbana, o CRAS está dentro do território, aqui a gente vive o dia a dia da comunidade” (SUJEITO A).

Ou seja, as ações da proteção social básica se dão “*considerando o território, pois é bem específico as questões territoriais e as desproteções das pessoas estão relacionadas ao território*” (SUJEITO H). O território é incluído no TSF como elemento inovador para compreender a realidade social diante da complexidade das famílias.

Na PAS o território é entendido como espaço geográfico, histórico e político, construído mediante relações de diferentes atores, tais como população, empresas e Estado, que determinam o conjunto de condições em que vive a população. São nos territórios que se definem as ações e políticas públicas para promover a inclusão social e resolver problemas concretos de uma população.

O TSF acontece no território, sendo o lugar onde se expressam as desproteções sociais. No território o profissional tem acesso às dificuldades e as mazelas vividas cotidianamente pelas famílias; é o espaço onde se observa a ausência do Estado na oferta de serviços; neste sentido o profissional pode realizar intervenções para mobilização da comunidade em busca de reivindicações relacionadas ao território (BRASIL, 2016).

Sobre as ações realizadas no território, os sujeitos indicam que *“trabalhar muito tempo no mesmo CRAS proporciona o conhecimento sobre o território e as famílias”* (SUJEITO F) e *“estando aqui dentro do território de básico não tem nada”* (SUJEITO C) reforçando a complexidade das demandas presentes na imediatividade da vida dos sujeitos. E complementa o sujeito A

“o forte, do CRAS embora a gente esteja neste espaço físico, tentamos estar bastante presente no território, formar vínculo bem forte com as famílias, no intuito mesmo de aproximar e conhecer a realidade das famílias e propor intervenções junto com a família [...] o intuito é esse de aproximar e de conhecer a potencialidade do território, as vulnerabilidades, e desenvolver um trabalho em cima dessa realidade das famílias” (SUJEITO A).

Outra ação que é amplamente realizada pelo assistente social na proteção básica é o acompanhamento do trabalho em rede, que é efetivado através das atividades: reuniões, discussões e estudos de caso.

“tem a questão da rede de serviços, o acompanhamento da rede é feito pela coordenação e sub-rede fica o assistente social e a psicóloga conforme possibilidade. [...] A gente articula também a rede de proteção, a rede de serviços [...] esta ação visa troca de informações para fortalecer e buscar alternativas para ajudar as famílias.” (SUJEITO A).

E neste sentido tem as reuniões de rede por território para articular os serviços e a comunidade; nestes momentos são trabalhadas demandas coletivas do território e através da sub-rede discutem-se a situação das famílias que são acompanhadas pelos diferentes serviços. Nestes momentos são chamados principalmente representantes da política de assistência social, saúde e educação, que tem sua atuação nos diferentes territórios do município, como explica o sujeito B *“tem as reuniões de sub-rede para organizar o território, fazer a gente se aproximar dos outros serviços”*.

O trabalho em rede não diz respeito à junção das entidades existentes nos territórios, mas segundo aponta Couto (2009, p. 215-216) é a *“pulsção conjunta das respostas articuladas para enfrentamento das desigualdades sociais identificadas”* e *“conjugação de um sistema disponível para o enfrentamento das refrações da Questão Social”*. A importância do trabalho em rede está na articulação

conjunta para dar respostas e encaminhar as demandas de determinado local, exigindo trabalho sincronizado e direção estatal.

Sobre as estratégias elencadas para atender as demandas apresentadas no cotidiano profissional, os profissionais listam a coletivização das demandas da população, indicando que o assistente social ao entrar em contato com as demandas dos usuários e do território tem a capacidade de elencar prioridades e estabelecer estratégias para encaminhamento. A coletivização também diz respeito à mobilização dos usuários para que estes sejam capazes de se organizar e reivindicar demandas coletivas, deste modo, envolver os usuários através de reflexões e análise crítica pode favorecer a que estes se reconheçam como sujeito político e de direitos e que possam se juntar a outros indivíduos para encaminhar e solucionar demandas.

Os sujeitos indicam a importância da mobilização política no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais como uma demanda, como indica o sujeito B *“demanda política que precisam mobilizar, mas as pessoas estão cansadas.”* inferindo o desgaste da população que vive em luta pela sua sobrevivência, indica também que enquanto os trabalhadores estiverem lutando pelas condições de vida, pela alimentação, pela moradia, dificilmente almejam o movimento político.

Neste sentido se encaixam as ações de natureza político-organizativas que visam apontar discussões e efetivar soluções que favoreçam o atendimento às necessidades das famílias. Através destas ações busca-se interferir no campo da esfera pública na perspectiva da garantia de direitos e de sua ampliação. Destacam aquelas atividades de mobilização da sociedade civil para encaminhar propostas relativas aos problemas e dificuldades, que atingem a população usuária dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2016).

Porém, tendo em vista a realidade profissional, indica-se que possivelmente ações como esta pouco se realizam no cotidiano profissional dos assistentes sociais, demonstrando uma lacuna entre a expectativa e a realidade da dimensão política do trabalho do assistente social na proteção básica como indicam alguns sujeitos.

“Estamos criando profissionais medíocres, profissionais que não tem politização nenhuma, que não tem visão de mundo, sabe, pessoas que estão querendo conforto, que não tem iniciativa, que não quer se envolver, porque não quer ser responsável, por alguma coisa que pode não dar certo, ou que pode dar certo demais, porque essas coisas dão trabalho, é perigoso, você fala demais, você escolhe um lado, você toma posição, você sabe que é mais

fácil ser neutro e a nossa profissão não nos dá esta prerrogativa, você precisa tomar posição, você precisa estar de um lado, e o teu Código de Ética já diz de que lado você está [...]” (SUJEITO C).

Neste sentido, o sujeito D aponta que *“minimamente dentro do seu trabalho você deve se posicionar, qual a sua posição com relação a essa criança e adolescente dentro do serviço [...]”* (SUJEITO D) e o sujeito H esclarece que o profissional está *“[...] o tempo todo apagando fogo, coisas imediatas, sem fazer planejamento e assim, a gente deveria estar mobilizando esse pessoal.”* (SUJEITO H).

Outro elemento a ser considerado é o planejamento. Defende-se que o planejamento pode ser uma estratégia para o trabalho do assistente social, como mais uma demanda apresentada, dada a característica que as demandas são emergentes e ultrapassam a capacidade de atendimento profissional. Serve para construir e sistematizar a intervenção profissional seja no trabalho profissional vinculado à gestão ou à execução das políticas sociais. Acredita-se que o planejamento deve ser valorizado em meio à categoria, pois traz boa visibilidade diante dos empregadores, dos usuários e da equipe multiprofissional.

Sobre o que orienta o planejamento identifica-se que acontece, principalmente a partir das normativas sociais das políticas sociais e segmentos específicos, porém interferem também orientações da gestão, das demandas do território e da sistematização de informações coletadas através de banco de dados.

A respeito do planejamento do trabalho do assistente social um dos sujeitos indica que o profissional tem certa autonomia, mas em serviços executados pela rede socioassistencial é rotineiro submeter o planejamento à validação da coordenação ou supervisão do serviço, ou seja, nestes casos o profissional necessita de aprovação para executar o planejamento realizado, como aponta o sujeito E *“se é do setor de Serviço Social eu praticamente norteio esse planejamento, mas todas minhas ações estão submissas à validação da coordenação [...] sempre preciso da validação da coordenação”*. Contudo, estes cargos de gestão não necessariamente são ocupados por assistentes sociais, fazendo que a autorização da ação seja mediada por profissionais de outras áreas profissionais.

Ainda no quesito planejamento, alguns profissionais reforçam a ocorrência de ações e atividades improvisadas, ficando o planejamento para segundo

plano, “*eu sou muito ruim em planejamento [...] é muito improvisado, eu não tenho nada escrito, tenho alguns rascunhos [...] no começo do ano a gente faz um planejamento, mas são só algumas direções, eu me perco muito nisso.*” (SUJEITO C) e reforça esta posição o sujeito H “*falta planejamento em um todo, a gente não tem planejamento enquanto CRAS, é o tempo todo apagando incêndio*”.

Alguns sujeitos indicam que realizam planejamento com os usuários, normalmente relacionados à realização de trabalhos coletivos em grupos e/ou oficinas, ou seja, para discutir temática e metodologia utilizadas pelos profissionais nestes momentos.

O sujeito H indica o planejamento semanal como responsável pela organização da dinâmica do CRAS e seu funcionamento, como organizar sala de atendimento, agenda de visitas e atendimentos domiciliares.

“no dia a dia no território, agente faz um planejamento menor, que é o planejamento de carro [...] a gente tem sim um planejamento enquanto micro, mas é assim são coisas mais cotidianas do dia a dia, planejamento de falta de benefício, de agenda maior que você tem o benefício, na questão macro da política eu acho que fica, a gente não tem participação” (SUJEITO H)

Para os sujeitos, relacionando com o cotidiano profissional indicam que a maioria das atividades é planejada em equipe, mas eles alegam que o profissional tem autonomia para identificar demandas e planejar o trabalho de acordo com estas demandas identificadas pelos usuários e no território. Ressalta-se a importância do trabalho em equipe para realização do planejamento, “*a intervenção você planeja suas ações a partir do resultado do trabalho do educador, da demanda do usuário, da rotina do serviço, que o serviço te impõe e da demanda institucional*” (SUJEITO D).

Ainda cabe considerar as atividades executadas pelo assistente social na proteção social básica. As atividades desenvolvidas pelo profissional respondem às requisições postas pela política com o objetivo de conhecer potencialidades, vulnerabilidades, matricialidade sócio familiar, etc. Para realização de sua função na PAS o assistente social faz uso de diferentes atividades e instrumentos-técnico-operativos.

“eu acho que o que particulariza é o enfoque do trabalho em si e não as atividades que o profissional desenvolve, porque ela cabe tanto na básica, quanto na especial, mas eu acho que o que diferencia é o próprio nível de proteção que a gente está inserido, e por conta disso o foco da atuação” (SUJEITO G).

A caracterização do trabalho do assistente social em determinado campo ocupacional não se dá somente pelas atividades realizadas, pois estas atividades podem ser realizadas em outros espaços de trabalho, inclusive em outros serviços da mesma política.

Nos CRAS em Londrina-PR a principal ação realizada pelo assistente social é a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família–PAIF. Esta ação será realizada através de diferentes atividades e instrumentos técnico-operativos.

O atendimento social é mencionado como a principal atividade realizada pelo assistente social. Esta intervenção do assistente social se efetiva através de diferentes instrumentos técnico-operativos como a visita domiciliar, a entrevista, entre outros. O atendimento individual do assistente social que é composto por repasse de informações e orientações aos usuários. Durante o atendimento individual, o profissional viabiliza orientações e encaminhamentos para rede de serviços diante das solicitações e demandas identificadas.

No trabalho do assistente social os sujeitos entrevistados entendem que o agendamento de atendimento social é uma estratégia, que pode favorecer o acesso dos usuários aos seus direitos com a oferta de intervenção mais digna, que garanta o sigilo diante das demandas e proporcione a sistematização das orientações e encaminhamentos.

O trabalho profissional do assistente social na PAS se dá por meio de instrumentos técnico-operativos como a entrevista, a visita domiciliar, o grupo, as oficinas, reuniões, discussão de caso e o relatório social, que são apresentados na sequência.

A entrevista é um instrumento utilizado pelo assistente social. Trata-se do momento entre o profissional e o usuário em que são realizadas indagações para conhecimento e aproximação à condição de vida dos usuários. O assistente social recolhe queixas dos usuários, dados pessoais e socioeconômicos. Para

Sarmiento (2017) a entrevista é o estabelecimento de diálogo que se realiza para o desvelamento do real.

As visitas domiciliares referem-se ao momento em que o profissional se desloca até o local de moradia dos usuários, acessando as condições materiais de vida, a organização, compreendendo as rotinas e as dinâmicas familiares; intervindo com os usuários em seu espaço de residência, em seu local de convívio e vivência diária. O atendimento domiciliar é a intervenção do profissional realizada na casa do usuário.

O grupo é um instrumento que envolve o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados, a partir de critérios que aproximam e que são comuns aos usuários atendidos, promovendo a troca de informações e experiências com outros usuários que podem apresentar situações de vida semelhantes. Os grupos podem apresentar um cronograma de temas específicos e ser estabelecido um tempo de duração (TRINDADE, 2017).

As oficinas são identificadas como uma forma de atendimento coletivo; são realizadas pelos profissionais para trabalhar temas específicos e que não necessariamente tem continuidade, podendo ser realizadas em apenas um encontro.

As reuniões se realizam em ações coletivas que envolvem outros sujeitos com o estabelecimento de dinâmica entre os participantes. As reuniões podem ser realizadas em forma de grupo com usuários, entre pessoas da mesma família para identificar intervenções, entre profissionais do mesmo ou de diferentes serviços e órgãos públicos ou privados.

A discussão de caso é outro instrumento utilizado pelo assistente social. É composto por encontros entre profissionais do mesmo ou de diferentes serviços e órgãos governamentais ou não governamentais, para avaliar demandas e elencar intervenções que são pertinentes a cada demanda levantada. Os usuários podem ser chamados a participar de discussão sobre as demandas de sua família contribuindo para estabelecer o acompanhamento pelo serviço sócio assistencial.

O relatório social também é outro instrumento utilizado pelos assistentes sociais nos serviços da PAS para emissão do parecer técnico a partir do acompanhamento das demandas. Trata-se de documento elaborado pelo assistente social a partir das informações coletadas com os usuários e a rede de serviços, sendo exposta a percepção do profissional acerca das demandas atendidas. As informações nestes documentos são registradas dentro do limite do sigilo profissional.

Contudo, se o profissional fizer uso do instrumento técnico-operativo como autoexplicativo, colocando o instrumento como se fosse à atividade, favorece a que a ação profissional deixe de ser privativa, pois os instrumentos podem ser utilizados por vários profissionais. Assim, destaca-se que o que define o trabalho profissional são os objetivos e finalidades que envolvem a opção pelo uso de determinado instrumento, assim como, o uso do instrumental técnico-operativo a partir de conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos.

Percebe-se que discutir as particularidades do trabalho do assistente social na proteção básica se constitui como uma decisão válida para defesa da profissão e de seus espaços ocupacionais, uma vez que através desta discussão é possível retomar a amplitude do trabalho profissional e as principais contribuições para a realidade social e as condições de vida dos usuários.

“as atividades são desde aquelas que são inerentes ao Serviço Social a essas que a gente vai pegando [...] muitas vezes, eu não sei se a gente que é assistente social por abraçar coisas de mais que não consegue pontuar” (SUJEITO B).

O assistente social, nos espaços ocupacionais, realiza inúmeras funções, desde aquelas descritas em suas regulações normativas, aquelas que são requeridas pelo empregador ou pela política social em que atua, mas também todas aquelas ações que são demandadas pelos usuários e relatadas através das queixas, ou seja, nos espaços institucionais o assistente social cumpre diversas funções, aquelas inerentes à profissão e outras que são requeridas no cotidiano profissional.

Considera-se que competências são atribuições, aptidão para realizar certas ações, para cumprir tarefas e funções. Diz respeito às características necessárias para se realizar determinada atividade. A competência profissional indica características de um indivíduo que o capacita realizar um conjunto de funções no âmbito laboral. Assim, quando se fala em competência refere-se à capacidade e a aptidão para realizar determinada função ou responder a determinado objetivo. Segundo a Lei de Regulamentação da profissão são competências do assistente social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Verifica-se que as competências indicadas na legislação não são privativas do assistente social, podendo outros profissionais realizar. O assistente social tem formação e conhecimento para realizar estas competências propostas na lei 8662/1993 e esta normativa orienta o trabalho profissional nos diferentes campos ocupacionais.

Sobretudo, considerando o artigo 4º da Lei de Regulamentação da profissão, o assistente social tem realizado as competências que amplamente dizem respeito à orientação social e ao estudo socioeconômico para favorecer o acesso das famílias às suas necessidades de vida e, além destes, planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais é mais uma competência amplamente lembrada pelos assistentes sociais.

Fica evidente, no artigo 4º, a capacidade que o assistente social possui para trabalhar em espaços de gestão visando a administração e a implementação de políticas sociais. O assistente social é um dos profissionais, que ocupam cargos de gestão e que tem condições de contribuir a partir de seus

conhecimentos e habilidades com os processos de gestão em diferentes níveis.

Além disso, ressalta-se também a possibilidade do assistente social trabalhar em espaços voltados para assessoria e consultoria no que diz respeito às políticas sociais e aos movimentos sociais.

Já as atribuições privativas³¹ são realizadas apenas pelos assistentes sociais e não podem ser compartilhadas com outras profissões. Constituem as atribuições privativas do assistente social, conforme a Lei de Regulamentação da profissão.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993).

O que é privativo do assistente social são as atribuições na área de

³¹ Sobre as atribuições privativas ver material publicado pelo CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: 2012.

Serviço Social, em Unidades de Serviço Social, em matéria de Serviço Social, contudo, não é definido minuciosamente quais são estes elementos característicos da profissão. Observa-se que as atribuições privativas apresentam ações formativas e de ensino em Serviço Social no que diz respeito a compor bancas de concursos de Serviço Social, coordenar encontros na área de Serviço Social, dentre os acima elencados na lei de regulamentação, pois destas ações apenas os assistentes sociais tem formação necessária para a sua realização.

A respeito das atribuições privativas aponta-se que a mais lembrada pelos sujeitos entrevistados é a elaboração de informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social e a supervisão de estagiários de Serviço Social. Os sujeitos entrevistados partem do entendimento de que as atribuições privativas na proteção básica estão relacionadas “a supervisão das nossas estagiárias e a gestão de benefícios” (SUJEITO C), dito isto,

“a supervisão do estágio, a análise socioeconômico que a gente faz no atendimento às famílias, privativa eu acho que são essas, gestão, eu faço a gestão do meu trabalho, que também é privativo, o que eu desenvolvo, o que planejo e a organização do meu trabalho. Eu tenho autonomia para definir atividades” (SUJEITO G).

Contudo, o estudo socioeconômico é competência e não atribuição privativa. O estudo realizado para levantamento de informações sobre as condições de vida dos usuários é amplamente realizado pelo assistente social, que tem expertise para este tipo de avaliação.

A supervisão de estagiários de Serviço Social é atribuição privativa dos assistentes sociais. No que diz respeito à formação de novos profissionais, tanto a supervisão acadêmica quanto a supervisão de campo, somente pode ser realizado por profissionais de Serviço Social.

Sobre a produção de documentações, elaboração de relatórios e pareceres sociais esta é a atividade privativa amplamente realizada pelo assistente social e que provoca a manifestação técnica sobre as situações atendidas pelo profissional, como se verifica do artigo 5ª da Lei de regulamentação da profissão “IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”.

“Quanto ao sistema, para o caso ser prioritário ele precisa ter um parecer técnico. Quem define, quem faz parecer na área social é só o assistente social, então acho que é uma atribuição específica também. [...] ele traz as demandas específicas que são atribuições do atendimento do assistente social que vem na perspectiva da inclusão, para prevenção para dar garantia de direitos, para esclarecimentos de vários processos, a própria construção do plano de atendimento daquela família, ou no processo de diagnóstico, ou na emissão de parecer” (SUJEITO D).

Dito isto, reforça-se a importância da defesa dos espaços de trabalho ocupados pelo assistente social na PAS reforçando as características que particularizam o exercício profissional do assistente social. Entende-se que o profissional deve qualificar sua atuação profissional para corresponder a estas particularidades, para cumprir com requisições e levantar demandas de atendimento. Nos próximos itens são apresentadas as requisições e as demandas postas ao trabalho do assistente social na PAS.

3.3.1 As Requisições Direcionadas ao Assistente Social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social

Neste item serão tratadas as requisições do trabalho do assistente social na PAS, focando no trabalho profissional na proteção social básica em Londrina-PR.

A respeito das requisições, estas são entendidas como exigências direcionadas ao profissional em seu espaço de trabalho. Estas requisições estão postas antes da chegada do profissional e irá orientar seu trabalho nos diferentes campos ocupacionais, ou seja, são requisitos para contratação e para o trabalho profissional. Apresentam-se como prerrogativas do mercado de trabalho e também como prerrogativas da política na qual o assistente social se insere como trabalhador assalariado.

As principais requisições apresentadas aos assistentes sociais são para interpretação das normativas e atos regulatórios das políticas públicas e sociais. As requisições são dispositivos legais já encontrados pelos trabalhadores quando adentram seus campos de trabalho. Deste modo, as requisições estão postas e o profissional é contratado a respondê-las e estão descritas em marcos normativos, legais e nos particulares da PAS.

O assistente social vivencia em seu trabalho cotidiano situações complexas, permeadas por ambiguidades, dentre elas as exigências decorrentes das requisições apresentadas pelo empregador e pelos usuários dos serviços prestados. Assim, as requisições para o trabalho profissional do assistente social provêm do campo ocupacional, da política na qual realiza seu exercício profissional, e dos usuários dos serviços ofertados.

Apesar das requisições que a si são atribuídas o assistente social deve definir qual o objetivo de sua intervenção, pois o objetivo do campo ocupacional nem sempre coincidirá com o objetivo do assistente social. Para esta definição profissional o assistente social tem o respaldo da Lei que Regulamenta a profissão, a Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, e demais regulações da profissão.

Nos trabalhos nos campos ocupacionais são exigidas uma série de requisições, algumas delas correspondem à natureza da profissão e outras não, mas cabe ao profissional em seu trabalho cotidiano imprimir a direção que deseja as ações realizadas, sustentando as decisões profissionais através de seu posicionamento.

Diante disso, pode o profissional priorizar as requisições que são apresentadas na instituição em decorrência das condições objetivas do trabalho profissional e o assistente social tenciona explicitando demandas de atendimento, mesmo aquelas que não são funcionais à ordem do capital ou que se colocam na esfera dos direitos humanos e sociais. A decisão profissional vai interferir no tipo de resposta que dá diante das demandas de intervenção profissional.

Ainda neste sentido, Torres e Almeida (2014), apontam que o profissional pode assumir as requisições institucionais como demandas de atendimento ou como objetivos da profissão; neste último fica difícil identificar as particularidades da profissão nestes espaços de trabalho, por vezes confundindo a população, os colegas de trabalho e até os próprios profissionais com a identificação das finalidades do trabalho do assistente social.

Neste sentido, para Iamamoto e Carvalho (2011) o profissional tem a capacidade de reorientar suas ações para atender aos interesses dos usuários dos serviços, não deixando de considerar as relações de força que envolvem a realização de seu trabalho. Ainda, considera-se que este movimento corresponde às exigências apresentadas ao profissional na realidade a qual intervém.

Os campos ocupacionais³² pelos quais o profissional será contratado para realizar um trabalho pré-estabelecido possuem finalidades e contratam o profissional para responder a determinada requisição, cabendo ao profissional instituir sua prática profissional a partir de uma direção social, sendo importante observar o que é da profissão e o que é da instituição, pois podem existir diferentes interesses e objetivos distintos que vão interferir na maneira como intervém o profissional. Nas instituições estão postos interesses sociais antagônicos e forças sociopolíticas, que estão em luta pela hegemonia e que podem ancorar politicamente o trabalho realizado (IAMAMOTO, 2015b).

Assim, entra-se numa característica crucial da profissão, pois é sempre um profissional requisitado para trabalhar com determinadas condições materiais e técnicas, sobre as quais não tem o total controle, mas é chamado a realizar um trabalho com finalidades que estavam propostas no momento da contratação. Para Iamamoto e Carvalho (2011), embora seja uma profissão regulamentada na Lei 8662, como outras profissões liberais, o Serviço Social não tem esta característica, pois não é autônomo ou independente para realização de atividades que são definidas pelas instituições contratantes.

Para Hora (2015) os organismos empregadores sejam eles de qualquer natureza, pública ou privada, definem os objetivos e metas do trabalho profissional, inclusive, definem funções e atribuições no âmbito institucional. Assim, apesar de ser uma profissão regulamentada como liberal, não possui os meios para efetivação do seu trabalho, dependendo da instituição empregadora. Nestes espaços, o profissional é contratado na condição de assalariado.

A partir da atuação nas políticas públicas e sociais as requisições são apresentadas e identificadas, emergem em seus diferentes processos de administração, gestão, implementação, avaliação, entre outros, como aponta Miotto e Lima (2009, p. 14) “Alia-se a esse entendimento a compreensão de que o campo das políticas sociais é privilegiado para a intervenção profissional”. Como complementa MIOTTO e NOGHEIRA (2013, p. 65

³² O exercício profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado que tem no Estado e nos organismos privados (empresariais ou não) os espaços ocupacionais do profissional, desenhando seu mercado de trabalho, componente da profissionalização do assistente social. (IAMAMOTO, 2015b, p. 416).

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Consequentemente estas requisições, que estão postas pelo direcionamento das políticas públicas, como a de assistência social, e que são orientadas pelas normativas legais de cada área indicam a necessária criação de alternativas de intervenção e uma das requisições feitas ao profissional nestas políticas é o trabalho com famílias que deve envolver os serviços das demais políticas setoriais.

Dentre os dados que cabe destaque aponta-se a relevância das requisições direcionadas aos assistentes sociais, que atuam na proteção social básica da política de assistência social. Considera-se que todos os sujeitos indicam que as requisições da política são centrais no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no CRAS e no SCFV, que são chamados a executar os programas, projetos, serviços e realizar a gestão de benefícios assistenciais, como indica o sujeito B *“De modo geral, é o que está na política, execução de PAIF, gestão de benefícios, como vou operar os sistemas. É muito o que está na política.”* e reforçado por outros sujeitos:

“A gente tem que ofertar e executar o PAIF e também outros projetos sociais que acontecem, então, o assistente social ele tá ali para fazer com que a população tenha acesso a política pública de assistência social e também para orientar e encaminhar para as outras políticas públicas.” (SUJEITO A).

“É requisitado visitas domiciliares, atendimento individual, é requisitado também à questão do planejamento, é requisitado o monitoramento, avaliação do trabalho que está sendo desenvolvido, é requisitado a análise socioeconômica, das condições das famílias, essa habilidade na relação com outras políticas, com outros serviços dentro da política de assistência e também fora da política de assistência [...] é requisitado um diagnóstico, né, uma olhar para a realidade do território, para as condições do território, para que a gente possa desenvolver um trabalho mais próximo daquilo que está evidente e necessário ali no território, acho que é por aí.” (SUJEITO G).

“hoje dentro do serviço de convivência, ele é requisitado para fazer a acolhida da criança e do adolescente, ele é requisitado para garantir que seja feita a prevenção e a superação das situações de desproteção e vulnerabilidades identificadas, é requisitado para complementar o trabalho feito com as famílias porque no PAIF e PAEFI o foco do trabalho é com o adulto e existem as demandas da criança e do adolescente, tem a compreensão que o adulto está sendo atendido, mas a criança e o adolescente não [...]” (SUJEITO D).

A acolhida é uma atividade requisitada pela política, assim como a acolhida se coloca como uma das seguranças afiançadas pela PAS. Quando se fala em acolhida, segundo a Tipificação, indica-se que é referente à abertura profissional para receber e atender as demandas dos usuários, levando em conta seus interesses e suas necessidades de forma que o usuário receba orientações e encaminhamentos, com o objetivo de aumentar o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos. A acolhida deve acontecer em ambiente adequado, que assegure a privacidade, a segurança e o conforto do usuário.

O acolhimento representa uma proposta de reorientação do processo de trabalho, na qual todos os profissionais são igualmente importantes e têm sua contribuição a dar para a satisfação das necessidades demandadas pelos usuários. (KUHN, 2016, p. 16)

Para Kuhn (2016) o acolhimento pode ser uma postura profissional do trabalhador em sua relação com o usuário da política, através da escuta qualificada, na construção de vínculos. A acolhida é dispositivo de aproximação e de acessibilidade dos usuários à política social. Acolher pode ser uma técnica ou uma postura profissional e expressa um modo de atender o usuário da política pública.

Na PAS indica-se a necessidade de execução do serviço PAIF e do trabalho social com famílias, ou seja, a PAS orienta o cumprimento do que está nas normativas da política. Deste modo, as requisições estão postas e o profissional é contratado a respondê-las e estão descritas em marcos normativos e legais e nos particulares de cada campo institucional, ou seja, é requisitado aos assistentes sociais a execução da política. Compreende-se que os conhecimentos se colocam também como uma requisição para o trabalho do assistente social e estes conhecimentos estão relacionados ao ordenamento da PAS³³.

³³ A respeito dos conhecimentos mobilizados pelo assistente social consultar o capítulo 4.

3.3.2 As Demandas postas ao Trabalho do Assistente Social na Proteção Social Básica

Neste momento são apresentadas as demandas, que se colocam no cotidiano de trabalho do assistente social na PAS em Londrina-PR e os demandatários do trabalho do assistente social. Para isso inicialmente é realizada uma aproximação com a categoria no seu cotidiano.

Cabe salientar a importância de se entender o cotidiano para analisar o trabalho do assistente social na PAS e os elementos norteadores deste trabalho, pois é no cotidiano que se dá a intervenção profissional, é no cotidiano que se expressa a singularidade da vida dos sujeitos, sendo válida a aproximação com a concepção de cotidiano para compreender em que espaço se dá o trabalho profissional.

Como indica Falcão (1989) o cotidiano é a vida dos homens em seu dia a dia, todos os dias; está presente em todas as esferas da vida, ou seja, na família, no trabalho, na convivência social e esclarece que tanto o cotidiano quanto a cotidianidade penetram em todas as vidas humanas. Para HELLER (1970) o cotidiano é

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

O cotidiano se dá na interação social e é nesta interação que o ser se constrói e se reconstrói, contudo, este desenvolvimento não se dá de forma independente, mas sim sobre condições predeterminadas pelo capitalismo e sob circunstâncias encontradas, cruciais para construção de referenciais. Ou seja, é a partir das experiências sociais vividas pelo sujeito que ele se constrói e são nestes espaços comuns que se dá o cotidiano.

Como indica Falcão (1989) a vida cotidiana diz respeito à vivência diária dos homens, sendo composta por gestos semelhantes, hábitos de todos os dias, pelo vivido do cotidiano, as atividades reproduzidas diariamente, sendo estes gestos mecânicos e automáticos e não necessariamente acompanhados de uma reflexão

consciente, porque tudo isso faz parte do dia a dia de todo ser humano, mesmo nas diferentes sociabilidades e em diferentes tempos históricos, seja com diferentes repertórios diários, sendo estes costumes que dizem o que é a vida cotidiana.

Assim, considera-se que é na vida das famílias e dos indivíduos imersos no cotidiano que se dá o trabalho profissional. Em seu trabalho profissional o assistente social interage e intervém com os usuários nos espaços do cotidiano. Realizar aproximação com o cotidiano vivido dos usuários aponta aproximação com sua realidade, conhecendo sua forma de viver e se relacionar nesta sociedade.

Reafirma-se, que para entender de fato a realidade, que se dá de forma complexa, devem-se considerar diferentes determinações sociais, econômicas, políticas e culturais, que exige movimento de reflexão e crítica para compreensão dessas múltiplas facetas. E neste sentido a maneira como os assistentes sociais analisam a realidade interfere diretamente no modo como identificam as demandas de trabalho.

As demandas que chegam para atendimento do profissional são variadas. As famílias atendidas nos serviços da PAS passam por necessidades diversas relacionadas à renda, ao acesso as políticas públicas e, inclusive, o acesso ao trabalho. Muitas vezes por estarem expostos a trabalhos precários, desprotegidos e sem seguro social, estes usuários apresentam desgaste físico e mental considerável pela exposição a empregos precários, muitos permanecem sem condições de retornar para o mercado de trabalho, como confirma o sujeito B “*dificuldades estruturais, as condições de vida dessas famílias que muitos não são aptos ao trabalho*”, em sua maioria, são essas famílias com quem os assistentes sociais lidam no cotidiano profissional.

“Temos pessoas que vamos ter que cuidar delas até o final, porque são pessoas que não vão voltar para o mercado formal de trabalho, são pessoas que não tem proteção do INSS, pessoas que nunca vão ter nenhuma forma de renda, e a gente ameniza o sofrimento dela, ameniza a situação delas com benefícios emergenciais, com benefícios de transferência de renda, que são irrisórios, esse pessoal se moldaram, se colocaram num espaço muito reduzido, o nível de precarização é muito grande, ela não tem outras alternativas” (SUJEITO C).

Indica-se que os usuários da PAS em sua maioria pertencem ao segmento de trabalhadores que permanecem fora do mercado de trabalho e assim

não tem salário para garantir sua subsistência, ou aqueles cujos salários não são suficientes para manter todos os membros da unidade familiar. Para Iamamoto e Carvalho (2011) o Estado deve se ocupar da garantia da manutenção dessa parcela da classe trabalhadora que não consegue inserir-se no mercado de trabalho.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2011) as ações estatais para esta população se constituem para amenizar as condições de vida infra-humanas, socializando os custos e garantindo a reprodução destes na sociedade; neste quesito as políticas sociais implementadas pelo Estado tem papel fundamental. Assim, no Brasil, para estes trabalhadores que permanecem fora do mercado de trabalho são oferecidos o mínimo de benefícios sociais para mantê-los vivos.

Considera-se que a condição das famílias atendidas está vinculada ao pauperismo e à violência, quando chegam ao CRAS não está para ações de prevenção, mas as demandas das famílias revelam a desproteção que esta família vive nesse território e a precarização da condição de vida dos trabalhadores. Neste sentido, aponta-se o impacto do não acesso ao trabalho para os usuários da política e neste contexto a relevância de ações que garantam a subsistência com dignidade destes indivíduos.

“Estando aqui dentro do território de básico não tem nada, as famílias que chegam para atendimento chegam esfaceladas são desproteções várias, são situação assim, inusitadas. E aí, a gente trabalha convivência, desenvolver potencialidades do território, trabalhar formas de prevenção, que é o que a política diz, que as NOBs diz, mas é muito distante, porque a realidade das famílias que a gente atende elas já passaram disso, entendeu, é um grau de sofrimento muito maior [...] Quantas pessoas vem ao CRAS que não seja para solicitar benefício, pois 90%, 95% vem em busca de comida, vem em busca de meios de subsistência, o que torna nosso trabalho exaustivo, ainda que a gente tenha outros profissionais para dividir o serviço PAIF com outra profissões, outras colegas, o que torna exaustivo a nossa atuação no CRAS é que as pessoas vem em busca de comida, vem em busca de renda e a gestão de benefício está a cargo do assistente social.[...] É lamentável, junto com a fome vem outras demandas de saúde, educação.” (SUJEITO C).

Sobre as demandas, compreende-se que a definição de demanda diz respeito à procura, ao atendimento a alguma necessidade com fornecimento de algum bem ou serviço. Considera-se que a oferta de determinada coisa depende da procura, ou seja, sendo criada a demanda é determinada a importância da oferta. As demandas podem ser apresentadas por meio da ação direta e/ou de outras ações realizadas pelo assistente social.

No trabalho do assistente social, o profissional deve ser capaz de identificar as demandas postas pelos diferentes mandatários e construir ações interventivas para respondê-las. Salieta-se que as demandas profissionais passam pelo crivo interpretativo do profissional.

Quanto às demandas que se apresentam para atendimento do assistente social, estão relacionadas ao conhecimento das necessidades e dos direitos sociais e o profissional em sua atuação deve conhecer as relações de força e poder, conhecer a instituição e a política na qual atua e exerce a profissão.

As demandas podem se apresentar a princípio como 'queixas', que expressam a singularidade das situações vivenciadas pelos usuários, que necessitam de análise sócio-histórica para identificar as determinações presentes na sociedade capitalista de exploração e desigualdade. E através desta análise, identificar as necessidades sociais no âmbito do direito social.

Em consonância com a direção social da profissão, o assistente social tomará para si as demandas referentes às necessidades das classes trabalhadoras, assumindo as demandas dos trabalhadores como objeto de seu trabalho,

[...] o assistente social passa a ser requerido como profissional que interpreta e analisa as contradições da relação capital x trabalho, bem como toma as condições de vida desta população como essencial para a construção de respostas profissionais. Os assistentes sociais reconhecem que esta classe constrói estratégias de luta pelos seus direitos (TORRES, ALMEIDA, 2014, p. 181).

As demandas da profissão se constituem a partir da identificação das expressões da questão social e a necessidade de respondê-las, como diz CEOLIN (2014)

O Serviço Social está diretamente vinculado às demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase monopolista. O enfrentamento das expressões da Questão Social é assumido pelo Estado, como resposta à necessidade de controle da força de trabalho e de legitimação da instância estatal como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, no período histórico de trânsito para a fase monopolista do capitalismo em seu estágio maduro (NETTO, apud CEOLIN, 2014, p. 242).

Sobre as demandas institucionais, conforme Raichelis (2011) e Ceolin (2014), verifica-se que as instituições interferem diretamente na realização da função do assistente social, já que além de definir recursos, a instituição define também o público, as metas e os objetivos. As demandas institucionais enquadram o profissional às demandas do mercado de trabalho. As demandas que são apresentadas pela instituição dizem respeito a queixas que se refere às necessidades imediatas dos indivíduos.

O objeto de intervenção profissional, em sua imediatividade, apresentado unilateralmente como demanda institucional, conduz a uma mera adequação do exercício profissional às requisições do mercado de trabalho. [...] Considerando que o profissional se encontra em um contexto institucionalizado, sua aproximação aos fatos se dá mediatizada por determinada demanda institucional. Essas demandas aparecem ao Serviço Social como um fim em si mesmo, despida de mediações que lhe conferem um sentido mais totalizante; revestidas de objetivos técnico- operativos e de metas, organizadas em programas e projetos voltadas para uma área de atuação específica. Aparecem em sua dimensão imediata, reduzindo-se à manifestação fenomênica e fragmentadora do real (CEOLIN, 2014, p. 258).

Embora o assistente social seja contratado para responder a determinada finalidade institucional, considera-se que tendo acesso às demandas que são indicadas pela classe trabalhadora e mediante as condições objetivas de seu trabalho profissional, poderá identificar os objetivos de sua intervenção.

Pontua-se que os objetivos da profissão podem não ser equivalentes aos objetivos institucionais, deste modo, o assistente social deve buscar mecanismos para corresponder às demandas referentes às necessidades sociais que identificou em contato com os usuários dos serviços ofertados.

O assistente social, em seu exercício socioprofissional, transforma as necessidades sociais em demandas profissionais, realizando esse movimento de reconstrução do objeto de intervenção profissional [...] Desse modo, os objetivos e finalidades norteadores da ação profissional reportam-se ao projeto ético-político e teórico-metodológico construído historicamente pela profissão, tensionado pelos determinantes institucionais. A elaboração reflexiva das demandas que se apresentam à ação profissional do assistente social em suas mediações ontológicas constitui condição para a ultrapassagem dos fatos em sua imediatividade. O objeto de intervenção profissional como demanda exclusivamente institucional restringe-se ao ângulo da singularidade. A aproximação com as dimensões universais da realidade e com a sua legalidade social é necessária para apreender como se constitui o campo das mediações da intervenção profissional (CEOLIN, 2014, p. 257-258).

Diversas são as demandas que chegam para atendimento do assistente social em seus espaços de trabalho. Determinadas demandas dizem respeito ao acesso a direitos gestionados via serviços prestados na PAS e/ou em outras políticas setoriais. Muitas famílias procuram o CRAS e o atendimento social como uma forma de serem acolhidas em suas demandas e acessar os serviços. Conforme responde o sujeito C, a carência de outros serviços ou de acolhida humanizada nos serviços já existentes tem favorecido a sobrecarga de trabalho nos serviços da proteção básica, pois *“qualquer coisa que eles não conseguem responder ou que não tenham mais de dois minutos para conversar com a família e entender as demandas da pessoa, então a gente recebe demandas inusitadas.”* (SUJEITO C).

Muitos serviços e profissionais não estão dispostos a acolher as famílias e suas demandas, não favorecendo a resolutividade e acesso à informação. Ou seja, várias famílias procuram o CRAS não por demanda de acesso a este serviço, mas por reconhecer o serviço como um apoio na hora do sofrimento e como um espaço onde encontram orientação.

“[...] se o CRAS não atendesse a família ficaria desprovida de qualquer atenção, porque muitas das famílias que vem até nós, ela vem em busca do Serviço Social porque ela não consegue trabalhar, porque ela está doente, e isso não é conosco, nós não tratamos saúde, só que essa pessoa não consegue trabalhar, não consegue se manter.” (SUJEITO C).

Com relação às demandas apresentadas ao assistente social na proteção social básica sobressaem aquelas, que favorecem o acesso das famílias e usuários da política as necessidades de subsistência e, neste sentido, apontam-se principalmente o acesso à renda e alimentação. Ou seja, são aquelas necessidades que os indivíduos apresentam de acesso a seus direitos sociais, que são cruciais para a manutenção da vida.

Sobre a necessidade de acesso à renda, nos CRAS são oferecidos os benefícios socioassistenciais que estão postos para garantir os mínimos sociais, se coloca como auxílio financeiro para acesso dos usuários as suas necessidades.

“aparece demanda para os benefícios que a gente trabalha que é desde cesta básica, passe municipal, PMTR, o PMTR conforme a gente vai identificando as famílias a gente vai fazendo inserção conforme a possibilidade, se a família esta dentro das vulnerabilidades, porque tem critério de renda e das vulnerabilidades e o acompanhamento.” (SUJEITO A).

Neste sentido, explica-se que embora a renda e o acesso à alimentação seja um direito básico essencial para sobrevivência humana, na política de assistência social se constitui como um benefício que estabelece critérios para o acesso das famílias mas, além dos critérios, têm as condições impostas às famílias para ter acesso a este direito. A alimentação favorecida através da cesta básica ou do cupom-alimentação (em Londrina de R\$85,00 que é fornecido através de transferência bancária) é um benefício eventual, ou seja, não pode ser solicitado pelas famílias todos os meses, pois estabelece-se o critério a cada três meses, mesmo sendo a alimentação uma necessidade diária da pessoa humana.

Neste sentido, o sujeito C responde

“Para mim é chocante em pleno século que a gente vive as pessoas ainda terem que pedir para comer, e ser um benefício eventual e esporádico, é ridículo isso, o valor é irrisório, ou seja, você vai ter que se alimentar e alimentar a sua família por um mês independente se sua família é unipessoal ou tem quatro, cinco ou seis pessoas, você vai ter que alimentar sua família por um mês. Lembrando que esse benefício é eventual, e esporádico, ou seja, não venha passar fome todo mês não né, porque não te é permitido. [...] A ideia era que alimentação não estivesse dentro do CRAS, existisse uma secretaria de segurança alimentar, sei lá, que nível que está isso. Comida não podia estar dentro do CRAS, para que a gente possa realmente fazer o PAIF, a gente não podia distribuir comida.” (SUJEITO C).

Esta demanda, que é amplamente atendida pelo assistente social, diz respeito à segurança de sobrevivência prevista na PNAS, para que todos tenham uma forma monetária de garantir a sobrevivência, devendo considerar um padrão digno de vida com acesso às necessidades do indivíduo.

Acrescenta o sujeito G:

“no sentido da subsistência, do básico, do necessário para sobrevivência, é isso que aparece como demanda, porém por trás dessa demanda é possível a gente identificar varias coisas [...] as demandas estão muito relacionadas a questão de renda, as famílias que tem essa dificuldade de renda normalmente vem associar essa questão do abandono da escola, vem associado a renda, porque o objetivo desse adolescente desde muito cedo é ir para o mercado de trabalho formal ou informal, e as vezes no tráfico.” (SUJEITO G).

Verifica-se neste relato que a ausência da renda familiar suficiente para subsistência tem favorecido a que adolescentes abandonem a escola para

acesso ao trabalho, seja este formal ou informal, legalizado ou não, pois, nesta conjuntura, todos os membros da família devem trabalhar para contribuir com os gastos mensais e garantir as necessidades básicas da família.

Neste sentido, uma demanda que chega aos serviços de proteção básica são famílias buscando o acesso e encaminhamento para o mercado de trabalho. Nos serviços de convivência, identifica-se que muitos adolescentes vão em busca de encaminhamento para o mercado de trabalho, para acesso como indica o sujeito D, ao “[...] *trabalho protegido, ser inserido no aprendiz*”.

Pontuam-se também as demandas que chegam para acesso à política de educação, como o Centro de Educação Infantil, o Ensino de Jovens de Adultos, entre outros. O CRAS acolhe as famílias, encaminha e orienta para acesso aos serviços de educação, se colocando em muitos momentos, como intermediador entre a instituição de educação e o usuário, para que este de fato tenha acesso aos seus direitos.

“umas coisa que é muito evidente ali no território onde eu trabalho é a ausência de escolaridade, é um público que deixa de estudar muito cedo e por conta disso você vê uma dificuldade muito grande de inserção no mercado de trabalho formal e no mercado informal [...] uma coisa que é muito presente é esse de identificar demanda da política de educação [...] já não consegue mais manter essa criança na escola [...] aparece muitas demandas com relação à educação, abandono, evasão escolar aparece muito essa demanda. [...] hoje voltou aquela necessidade da criança ir para o trabalho [...] para ajudar mãe e pai para sobrevivência, isso adolescente né, é um público que está bastante no descumprimento, essa questão do trabalho infantil está voltando [...] é uma demanda que está começando a intensificar, que eu não percebia a um tempo atrás e agora estou percebendo e a gente está pensando agora estruturando um pouco melhor como vamos dar conta disso, porque a gente não tem o que colocar no lugar.” (SUJEITO G).

A fala do sujeito indica e demonstra a fragilidade das políticas públicas existentes, que não conseguem garantir a permanência da criança e adolescente na educação, que não consegue garantir o acesso ao trabalho, acesso à renda suficiente para sustento das famílias. O contexto brasileiro atual favorece o abandono escolar em busca do acesso ao trabalho e ao rendimento mensal. Mas, além disso, em vista do desemprego no Brasil, os indivíduos se submetem a trabalhos desprotegidos que degradam a vida dos sujeitos.

Sobre o acesso aos serviços de saúde são demandas levadas pelos usuários nos atendimentos com o assistente social nos diferentes serviços, seja

acesso à consultas médicas, exames, até acesso à saúde mental, sendo que esta última foi levantada por alguns sujeitos como um elemento preocupante e relevante na população usuária da assistência social.

Assim, surgem demandas também para encaminhamento e orientação para previdência social, habitação, entre outras. Assim se torna crucial a estratégia da intersectorialidade, pois segundo o sujeito B, das demandas atendidas no CRAS “*inúmeras extrapolam a assistência*” (SUJEITO B).

“[...] e a necessidade de uma articulação com essas políticas o tempo inteiro, para conseguir de alguma maneira atender as necessidades das famílias, a gente precisa estar nessa inter-relação o tempo inteiro, essa é uma demanda que aparece bastante” (SUJEITO G).

Os sujeitos apontam que chega para atendimento profissional demandas de violência, mesmo estando na proteção básica constantemente os profissionais são demandados a orientar e encaminhar denúncias sobre violações de direitos e violências de diversas naturezas. Estes encaminhamentos são formalizados através de protocolos e fluxos de notificação entre os serviços.

“[...] aparece também demanda relacionada à violência, mas por estar na proteção básica quando aparece demanda relacionadas à violência a gente já tem institucionalizado articulação com outros níveis de proteção, e o que fica ali para a gente, muitas vezes é muito dessa articulação com os outros serviços para tentar fazer com que essa garantia de outras proteções vinculadas a outras políticas, que a gente consiga fazer com que essas famílias acessem.” (SUJEITO G).

Sobre os demandatários, aponta-se que as respostas profissionais são dadas às requisições, às demandas e aos diferentes demandatários que podem ser os usuários, a equipe, o gestor, o Estado, os setores empresariais, os setores populares organizados, ou seja, o conjunto de forças sociais antagônicas presentes na sociedade. Considera-se que a origem das demandas profissionais depende dos demandatários, como se vê nas seguintes citações.

São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário,

a intensidade, as metas de produtividade. [...] Esses organismos empregadores, estatais ou privados, definem também a matéria (objeto) sobre a qual recai a ação profissional, ou seja, as dimensões, expressões ou recortes da Questão Social a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho — recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros — decorrendo daí tanto as possibilidades como os limites à materialização do projeto profissional (RAICHELIS, 2011, p. 428).

É a partir das demandas postas pelos sujeitos, sejam elas de caráter coletivo ou singular, que o Assistente Social, a partir da finalidade assumida como horizonte para suas ações, define tanto o objetivo como o caráter da ação a ser empreendida, localizando-a dentro dos limites e possibilidades colocados pela natureza dos espaços sócio- ocupacionais (MIOTO, LIMA, 2009, p. 39).

A respeito dos demandatários, visualiza-se que os usuários lideram o entendimento do profissional quando diz respeito ao levantamento de demandas, embora o sujeito D sintetize a questão com a seguinte resposta “*em relação às demandas nós temos aí dois grandes demandatários que é a secretaria municipal de assistência social e os usuários*” (SUJEITO D).

Como dito, os sujeitos entendem que o maior demandatário do trabalho do assistente social são os usuários da PAS, “[...] *a maioria é demanda espontânea e a gente também faz busca, se a gente tem conhecimento da situação da família, a gente vai atrás.*” (SUJEITO A) e “*São as pessoas e famílias em desproteção social [...] É são os usuários da política*” (SUJEITO H). Verifica-se a importância do assistente social em reconhecer a centralidade das demandas relacionadas as situações apresentadas pelos usuários, o que confirma a proposta da direção social de contemplar os interesses da classe trabalhadora.

Identificou-se também que algumas demandas são levantadas pelo gestor, seja pelo órgão gestor municipal, pelas diretrizes do governo federal ou orientações de chefias imediatas. Segundo o sujeito C, as demandas apresentadas pela gestão são para preenchimento de relatórios, planilhas, análise de território; já o sujeito A entende que a gestão indica orientações de trabalho.

“uma grande parte da nossa carga horária de trabalho acaba sendo por demandas relacionadas muitas vezes as exigências do Estado, do próprio estado, por exemplo, o cumprimento de alguns protocolos, de burocracias, de algumas planilhas como essa do descumprimento de condicionalidade, enfim, isso hoje ocupa uma parte, um tempo significativo da carga horária de trabalho do assistente social, do tempo profissional do assistente social [...] muitas exigência do institucional do próprio órgão gestor, do próprio Estado no sentido mais amplo, dos programas federais, do que a gente ter tempo hábil suficiente para poder estar mais com a população, para ouvir mais a população e para estar mais no território” (SUJEITO G).

Verifica-se que o órgão gestor direciona a realização da PAS e fornece orientações para implementação desta política, indicando prioridades e apontando caminhos para os trabalhadores do SUAS. O sujeito H coloca que os caminhos propostos pela gestão da PAS interferem no modo como os profissionais realizam seu trabalho e indica que há requisições do órgão gestor municipal, que dizem respeito à operacionalização da política, dizendo:

“a cada hora vem uma coisa, a urgência é a condicionalidade, o assistente social ele trabalha para isso e para responder uma demanda da política e ao mesmo tempo que você responde a demanda da população que você atende, eu acho que você responde aos dois, de maneiras diferentes.” (SUJEITO H).

A burocracia se constitui como um elemento a ser ressaltado, que vem tomando tempo do trabalho profissional, ou seja, ações administrativas para registro de informações, preenchimento de relatórios, vem se constituindo como uma ação amplamente realizada pelo assistente social. E neste sentido tem a prestação de contas. Os sujeitos indicam que a prestação de contas é uma das demandas de controle e geração de informação sobre os atendimentos, inclusive sendo apontado como um limite para realização do trabalho profissional, devido tempo destinado para realização desta ação.

Os sujeitos entrevistados consideram que respondem às demandas da instituição empregadora, que contrata o profissional para executar determinada função e serviços específicos.

“a instituição organiza o serviço a partir de um plano de trabalho, das orientações técnicas, a partir de um edital, onde estabelece quem é o corpo de trabalhadores, qual vai ser a rotina deste trabalho, as estratégias, existe essa demanda institucional, que seria o funcionamento deste serviço.” (SUJEITO D).

Outro demandatário que cabe destaque é a rede de serviços, que encaminha e solicita atendimento ao assistente social. A partir do reconhecimento do trabalho profissional, diversas demandas são levantadas e encaminhadas, como aponta o sujeito B “são entidades, essas parcerias, entidades inseridas no território para atender aquela população.” e complementado pelo sujeito A

“a própria rede de serviços encaminha, conselho tutelar, ministério público e o juiz eles demandam para a gente, mas no sentido de pedir relatório, saber como que está a família, pedir o acompanhamento.” (SUJEITO A)

Assim, são diversos os demandatários que vão indicar demandas para o assistente social nos campos ocupacionais, dentre estes os que têm mais incidência são as demandas dos usuários e dos gestores da política. Sobre as demandas, verificou-se que a maioria das demandas estão relacionadas ao acesso dos usuários as suas necessidades básicas de vida e seus direitos.

Assim, neste capítulo apresentaram-se elementos que particularizam o trabalho do assistente social na proteção social básica da PAS em Londrina-PR. Destacam-se as características do trabalho do assistente social na PAS através do trabalho em equipe, do trabalho intersetorial, no território, com as famílias, as ações e atividades realizadas pelo assistente social, as competências e atribuições privativas do assistente social, as requisições e demandas apresentadas ao assistente social em seu trabalho, dentre outros elementos destacados neste capítulo. Na sequência, apresenta-se a identificação dos elementos norteadores do trabalho do assistente social na proteção social básica da PAS, em Londrina-PR.

4 ELEMENTOS NORTEADORES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA-PR

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher” (Cora Coralina).

Neste capítulo serão apresentados os elementos norteadores, que foram identificados a partir da revisão de literatura e da entrevista com os sujeitos. Estes elementos orientam o trabalho do assistente social na PAS em Londrina-PR. Visando responder aos objetivos elencados para realização desta pesquisa, para identificar o que norteia o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Londrina/PR e os objetivos específicos: identificar os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais para execução do seu trabalho na PAS; e identificar os limites e as possibilidades para efetivação do trabalho profissional e em quais condições este trabalho se realiza.

Assim, como verificado esta pesquisa, diz respeito ao que tem orientado e determinado o cotidiano profissional dos assistentes sociais, qual a direção do exercício profissional. Reconhece-se que há orientações que independem da interferência direta do profissional, como por exemplo, as normativas da PAS, que estão postas para apontar o objetivo da contratação do profissional, neste sentido, indica-se também a condição de assalariamento. A direção seguida pelos profissionais decorre das orientações do órgão gestor da PAS.

Primeiro serão apresentados os elementos norteadores referentes ao trabalho na PAS, em seguida os elementos norteadores identificados sobre o Serviço Social e o trabalho do assistente social.

Pontua-se que a revisão de literatura não foi suficiente para identificar elementos do cotidiano de trabalho do assistente social e, neste sentido, reforça-se a importância da pesquisa de campo para capturar as informações sobre o cotidiano e entender os elementos norteadores do trabalho do assistente social na PAS em Londrina. O cotidiano é a vida diária de todos os homens em sua forma simples, em sua singularidade, a expressão de vida rotineira, do dia a dia, dos costumes, das crenças, da representação diária dos homens. É neste espaço que os assistentes sociais atendem os usuários e intervêm em suas vidas a partir das demandas levantadas. O cotidiano expressa a singularidade das determinações sociais.

Assim, na bibliografia pesquisada, os autores não tratam do cotidiano do trabalho, mas das características gerais do trabalho na sociedade capitalista, como se configura o trabalho na divisão social e técnica do trabalho e quais as marcas do trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais. Desta forma, acredita-se que falar do cotidiano e trazer a experiência dos sujeitos qualifica esta pesquisa, indicando quais as questões que são constitutivas do trabalho profissional.

Com relação aos elementos norteadores identificados na revisão de literatura e na entrevista com os sujeitos que dizem respeito ao trabalho na PAS são: as requisições e o ordenamento da Política de Assistência Social; a insuficiência na oferta de serviços para o atendimento às demandas; as condições de vida dos usuários atendidos nos serviços da proteção social básica; as condições de trabalho do assistente social na Política de Assistência Social em Londrina-PR; o trabalho do assistente social em equipes nos serviços da política.

Os elementos norteadores identificados na revisão de literatura e na entrevista com os sujeitos que dizem respeito ao Serviço Social e ao trabalho do assistente social são: As normativas profissionais como elementos norteadores: o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social; a Direção Social e o Projeto Ético Político do Serviço Social como elemento norteador do trabalho profissional; o trabalho na perspectiva de direitos e o compromisso dos assistentes sociais com as demandas dos usuários da Política de Assistência Social; os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais como norteadores do trabalho.

4.1 OS ELEMENTOS NORTEADORES RELACIONADOS AO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na revisão de literatura e na entrevista com os sujeitos identificaram-se alguns elementos norteadores, que estão para o trabalho profissional em decorrência do direcionamento da PAS. Destacam-se: as requisições e o ordenamento da Política de Assistência Social; a insuficiência na oferta de serviços para o atendimento às demandas; as condições de vida dos usuários atendidos nos serviços da proteção social básica; as condições de trabalho do assistente social na Política de Assistência Social em Londrina-PR; o trabalho do assistente social em

equipes nos serviços da PAS. Salieta-se que todos estes elementos foram identificados na pesquisa de campo, conforme segue.

4.1.1 As Requisições e o Ordenamento da Política De Assistência Social

As requisições direcionadas ao trabalho do assistente social se colocam como elemento norteador do trabalho do assistente social e as determinações do ordenamento da PAS, através das orientações que constam nas normativas que estruturam a assistência social no Brasil e em Londrina, como apresentam os sujeitos: *“tem essas questões da política que a gente tem que seguir”* (SUJEITO B); *“É você trabalhar pensando que você trabalha proteção social”* (SUJEITO C); *“a própria proteção da criança e do adolescente”* (SUJEITO D); *“a direção vem da política de assistência social, pela gestão”* (SUJEITO H).

Assim, as requisições que estão postas para o assistente social nos diferentes campos ocupacionais da PAS constituem-se em um elemento que se apresenta no trabalho como norteador e interfere no cotidiano profissional. E as normativas estabelecidas para estruturação da PAS indicam as informações para gestão e execução da PAS.

“A política nacional, as normativas da política de assistência que orienta o trabalho no CRAS [...], mas basicamente é a política nacional, a legislação da assistência como um todo, lógico a gente não se debruça no PAEFI, nas normativas da especial, a gente fica na questão da básica mesmo” (SUJEITO F).

As requisições da PAS se colocam como questão central quando se fala do trabalho do assistente social em Londrina/PR. As principais requisições identificadas são: administrar benefícios, o trabalho social com famílias, realizar ações de acolhida, trabalhar na construção de ações de prevenção, executar o PAIF.

“hoje dentro do serviço, ele é requisitado para fazer a acolhida da criança e do adolescente, ele é requisitado para garantir que seja feita a prevenção e a superação das situações de desproteção e vulnerabilidades identificadas, é requisitado para complementar o trabalho feito com as famílias porque no PAIF e PAEFI [...]” (SUJEITO D).

“De modo geral, é o que está na política, execução de PAIF, gestão de benefícios, como vou operar os sistemas. É muito o que está na política.” (SUJEITO B).

O trabalho social com famílias é uma requisição da PAS e orienta o trabalho profissional nos diferentes serviços. A centralidade na família é uma diretriz da PAS e está expresso nas ações da política. Contudo, identifica-se que esta direção que aponta a família como responsável pela proteção de seus integrantes vem responsabilizando a família pelas situações de vulnerabilidade e desproteções sociais, isentando o Estado em sua função social. Este modo de entender o papel da família na proteção é denominado como familista³⁴. O familismo reforça a família como principal responsável pelo cuidado

Termo utilizado por Saraceno (1992) e Esping-Andersen (1999) para tratarem da orientação das políticas sociais que responsabilizam as famílias por grande parte da proteção social, considerando o princípio de que o Estado só deve intervir quando elas não conseguem resolver os problemas. A consequência é um subdesenvolvido sistema de serviços para as famílias (TEIXEIRA, 2015, p. 219).

Contudo, entende-se que o Estado deve garantir proteção para as famílias e os indivíduos.

“dentro do PAIF é o trabalho social com famílias – aqui a gente tem atendimento social agendado. Tem famílias que a gente acompanha, esses acompanhamentos podem ser individuais ou em grupo também [...]” (SUJEITO B).

O PAIF é referência normativa para realização do trabalho do assistente social nos CRAS. As atividades referentes à execução do PAIF têm sido realizadas pelos profissionais na proteção social básica e dentre as atividades o atendimento social é a mais realizada.

“Basicamente é acompanhamento integral a família, o PAIF mesmo e que envolve de tudo um pouco, desde o atendimento individualizado, atendimento coletivo, a visita como instrumento, depende da demanda de cada família, orientações, encaminhamentos” (SUJEITO F).

³⁴ Para aprofundamento sobre esta questão ver Miotto (2015) e Carloto (2015). MIOTTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. Familismo: direitos e cidadania contradições da política social.(Org.). São Paulo: Cortez, 2015.

“o PAIF pede para que você trabalhe na comunidade, trabalhe com família, trabalhe empoderamento, trabalhe a proteção, trabalhe a prevenção. Esta é uma requisição da política, a política diz, a NOB nossa norma diz o que é a proteção social básica, o que a proteção básica faz, você não precisa inventar a roda, está ali, está dito [...]” (SUJEITO C).

A PAS requisita o trabalho com foco na distribuição e avaliação de benefícios de transferência de renda e eventuais. O assistente social, conforme a lei 8.662/1993, é competente para administrar benefícios e serviços sociais, assim grande parte das ações realizadas pelos assistentes sociais na proteção social básica, principalmente nos CRAS, está voltada para a gestão de benefícios, pois o acesso à renda e a alimentação é uma das principais demandas que se apresentam para intervenção do assistente social nos serviços da proteção social básica.

“Quantas pessoas vem ao CRAS que não seja para solicitar benefício, pois 90%, 95% vem em busca de comida, vem em busca de meios de subsistência, o que torna nosso trabalho exaustivo, ainda que a gente tenha outros profissionais para dividir o serviço PAIF com outras profissões, outras colegas, o que torna exaustivo a nossa atuação no CRAS é que as pessoas vem em busca de comida, vem em busca de renda e a gestão de benefício está a cargo do assistente social” (SUJEITO C).

A gestão de benefícios se coloca na atualidade como função do assistente social nos CRAS, o que pode reduzir as possibilidades de intervenção do profissional, já que hoje, segundo os sujeitos, praticamente 90% dos atendimentos realizados são para fornecimento de benefícios socioassistenciais.

O assistente social é o responsável pela administração dos benefícios e definição dos usuários que terão acesso, assim, corre-se o risco do assistente social ser reconhecido como o selecionador da pobreza, tendo que escolher dentre os mais necessitados quais terão acesso ao direito de renda e alimentação.

As requisições e o ordenamento da PAS são elementos norteadores, uma vez que influencia tanto no planejamento quanto na execução do trabalho do assistente social, interferindo no estabelecimento das prioridades, bem como fortalecendo a descontinuidade do atendimento direcionado aos usuários.

4.1.2 A Insuficiência na Oferta de Serviços para o Atendimento às Demandas

Identificou-se, no que diz respeito à PAS e sua estrutura em Londrina-PR, que a oferta de serviços é insuficiente para o atendimento das demandas por conta de falta de investimento, pela forma em que a política está construída, não favorecendo o atendimento à população conforme sua realidade, levando em consideração que a vida dos indivíduos é complexa e não se encaixa em normativas. Entende-se que o modo como o investimento é direcionado favorece a construção de ações seletivistas e descontínuas.

A precarização e a ausência de serviços interferem diretamente no trabalho realizado pelo assistente social na proteção social básica e pode ser considerado um elemento norteador.

“enquanto o CRAS distribuir comida nós não vamos fazer PAIF, nós não vamos fazer prevenção, nós não vamos trabalhar organização de comunidades. [...] eles mantêm você ocupada o tempo todo, secando gelo o tempo todo, para que você não tenha tempo e nem forças para pensar outras coisas, com aquela situação você fica esgotada” (SUJEITO C).

Os sujeitos entrevistados apontaram dificuldade em realizar as ações, que são previstas na execução na PAS em decorrência da insuficiência de recursos, da capacidade de atendimento relacionado ao número de famílias atendidas e pelos critérios seletivistas e não inclusivos.

O trabalho do assistente social tem sido direcionado para gestão de benefício que toma tempo considerável dos técnicos, inviabilizando a realização de ações preventivas com as famílias e nos territórios.

“A política de assistência social é paliativo e diferente do que a legislação coloca que a proteção básica seria trabalhar o preventivo, infelizmente a gente não consegue trabalhar muito o preventivo a gente acaba no incêndio mesmo” (SUJEITO F).

“apagar incêndio não vai te permitir planejar, fazer trabalhos com tempo maior, com tempo mais hábil, o tempo inteiro respondendo a demandas que eram para ontem, a fome não espera, a creche não espera, sabe, são muitas as demandas, você não consegue responder [...]” (SUJEITO C).

Os sujeitos indicam que a insuficiência de recursos e investimento nos

serviços interfere diretamente no modo como planejam, organizam e executam o trabalho na PAS. Quando os sujeitos indicam que estão “apagando incêndio” e “secando gelo”, na realidade estão indicando que as demandas que se apresentam no cotidiano profissional apresentam complexidade, que já ultrapassaram a realização de ações preventivas. As demandas em sua maioria são urgentes e não dependem somente de ações pontuais para serem respondidas, demandam tempo e dedicação dos profissionais para que as determinações presentes nestes fenômenos sociais sejam trabalhadas, contudo, diante da demanda crescente dificilmente os assistentes sociais conseguem extrapolar o atendimento às queixas. Demandando assim mais investimento do governo em ações da assistência social.

4.1.3 As Condições de Vida dos Usuários Atendidos nos Serviços da Proteção Social Básica

Ao realizar aproximação com a fala dos sujeitos e o cotidiano profissional identificou-se, que as condições objetivas de vida dos usuários da PAS também se colocam como elemento norteador para o trabalho do assistente social; uma vez que a complexidade das demandas que chegam para atendimento do assistente social é elemento a ser considerado em seu trabalho profissional. Identificou-se que nas histórias de vida relatadas pelos usuários nos atendimentos indicam a precarização das condições de vida da população, que está associada às expressões da questão social como o pauperismo, a violência, a falta de acesso ao trabalho protegido e que indicam o não acesso aos direitos humanos, sociais e fundamentais.

“porque eles já são tão sem acesso a tantas coisas na vida, é tão sofrido. Se a gente conseguir fazer uma intervenção junto às famílias, buscando garantir um mínimo de direito, garantir o direito desses filhos que vão crescer, que tenham acesso a estudar. Aqui as famílias até que vão para escola, porque a criança não tinha acesso, e minimamente conseguir fazer a diferença na vida nas famílias, para lá na frente eles terem um futuro menos sofrido” (SUJEITO A).

“a população que a gente atende às vezes esta tão inerte que não é capaz de identificar as correntes que estão prendendo ela, mas também não é de uma hora para outra, a gente esta aqui para buscar sensibilizar” (SUJEITO B).

“eu preciso conhecer aquele contexto, conhecer a família, ai faz uma junção, conheço a família e relaciono com a política que tem para essa família, onde

item de melhor para o adolescente se desenvolver, a princípio o maior direcionamento seria o conhecimento ampliado daquela situação” (SUJEITO E).

Conhecer as famílias e sua história para identificar quais são as demandas para intervenção profissional é fundamental para a realização do trabalho cotidiano. No momento em que o profissional se depara com as condições de vida da população é capaz de analisar as demandas e os encaminhamentos pertinentes a cada situação. Na proteção social básica, na aproximação com os usuários, os assistentes sociais conhecem a realidade da família de forma singular e as informações colhidas precisam ser analisadas e interpretadas para reconhecer as determinações sociais e históricas que estão expressas na vida dos sujeitos.

“aquele público que chega para mim ali no CRAS é um público que em algum momento da sua vida teve as suas necessidades básicas negligenciadas [...] a pessoa não é pobre porque é vagabundo, mas é pobre porque uma série de elementos estão ali conjugados naquela pobreza, desde a questão da falta de oportunidade, até a questão da falta de serviços mesmo, de intervenções do Estado no sentido de garantir que essa pessoa saia dessa condição, então acho que isso é o que direciona esse olhar essa visão de mundo” (SUJEITO G).

“as famílias que chegam para atendimento chegam esfaceladas são desproteções várias, são situação assim, inusitadas. [...] Temos pessoas que vamos ter que cuidar delas até o final, porque são pessoas que não vão voltar para o mercado formal de trabalho, são pessoas que não tem proteção do INSS, pessoas que nunca vão ter nenhuma forma de renda, e a gente ameniza o sofrimento dela, ameniza a situação delas com benefícios emergenciais, com benefícios de transferência de renda, que são irrisórios, esse pessoal se moldaram, se colocaram num espaço muito reduzido, o nível de precarização é muito grande, ela não tem outras alternativas” (SUJEITO C).

Ressalta-se a importância de ações intersetoriais sendo, portanto fundamental a construção da pactuação entre os gestores das políticas. As ações intersetoriais são essenciais se considerar a complexidade das demandas das famílias, que envolvem o acionamento de várias áreas e setores. Ainda cabe a articulação entre os próprios serviços que compõem a rede socioassistencial.

A complexidade apresentada pelos sujeitos diz respeito aos usuários atendidos pela PAS. Estes usuários indicam necessidades de subsistência, que estão associados à estrutura da sociedade capitalista e o modo como o Estado identifica as necessidades da classe trabalhadora. Retoma-se que os usuários são parte da classe

trabalhadora pauperizada e as políticas públicas e sociais estão para atender as necessidades funcionais ao desenvolvimento econômico do capitalismo.

Desta forma, as demandas apresentadas pelos sujeitos não dizem respeito à responsabilidade de apenas uma política, mas requisita que outros órgãos e serviços de proteção e garantia de direitos sejam acionados, necessita de ações estatais para amenizar a desigualdade que rebate no sofrimento vivenciado cotidianamente pela população empobrecida, que estão privados de acesso a necessidades mínimas que garantam a dignidade humana. Ou seja, intervir nestas situações ultrapassa ações da PAS, além de ações intersetoriais, necessita de ações macroestruturais que questionem a estrutura social.

4.1.4 As Condições de Trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social em Londrina-PR

Os autores estudados na revisão de literatura indicam que o processo de precarização dos campos ocupacionais nos quais os assistentes sociais exercem a profissão, como trabalhadores assalariados, interferem em sua autonomia profissional, que já é relativa, porém, fica ainda mais fragilizada pelas condições em que os profissionais estão submetidos. Na fala dos sujeitos da pesquisa essa questão foi colocada como um elemento que interfere no trabalho profissional. Assim considera-se que as condições de trabalho do assistente social configuram-se como elemento norteador do trabalho.

As condições de trabalho dos assistentes sociais são profundamente atingidas pelas determinações da precarização do trabalho e sua autonomia socioprofissional, limitada quanto ao seu direcionamento ético-político, seja pelo crescente domínio de uma tecnologia propiciada pelas condições de desenvolvimento da sociabilidade burguesa e pela generalizada burocratização da vida social, seja pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional (CEOLIN, 2014, p. 256).

O desmonte nas políticas públicas e sociais impactam no trabalho cotidiano do assistente social. No ano de 2019 do século XXI, acirra-se ainda mais este processo, pois no Brasil foram aprovadas alterações na legislação trabalhista

com a desregulamentação dos contratos de trabalho, o aumento do desemprego, a proposta de contrarreforma da previdência social, o que vai precarizar a vida de todos os trabalhadores, nos quais se incluem os assistentes sociais.

A coleta de informações realizada com os sujeitos da pesquisa evidenciou os variados tipos de contrato de trabalho e a rotatividade entre os profissionais e, além disso, a revisão de literatura indica a baixa remuneração para os profissionais e a importância das trinta horas semanais de trabalho para o assistente social.

Para o Serviço Social a garantia das trinta horas semanais foi um avanço, porém a categoria deve estar vigilante para não perder este direito, embora muitos campos de trabalho ainda não se adequaram a esta orientação normativa, existindo ainda diversos profissionais que cumprem de 35 a 44 horas semanais de trabalho. A respeito dos baixos salários que os profissionais estão submetidos, pode estes profissionais ocupar mais de um espaço de trabalho, diminuindo o tempo de descanso do assistente social e aumentando o seu desgaste.

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão (RAICHELIS, 2010, p. 758).

Nos serviços da PAS no município de Londrina-PR encontram-se profissionais com diferentes contratos e diferentes salários e os mesmos executam a mesma função. Assim, cabe apontar a flexibilização da contratação dos profissionais, que além de baixos salários, são contratados por prazo determinado ou por projeto, o que não traz segurança de renda para o assistente social.

“questão do número de profissionais, do volume de trabalho, a questão da remuneração hoje do profissional, o trabalhador do SUAS ele também está bastante a baixo das próprias necessidades, você vê usuários da política de assistência sendo trabalhador, você vê uma triste realidade, o trabalho é desgastante.” (SUJEITO D).

Verifica-se que a determinação da NOB-RH/SUAS (2007) com relação à quantidade de profissionais nas equipes dos serviços não guarda relação

com a complexidade das demandas apresentadas e submetidas aos assistentes sociais nos serviços da PAS em Londrina, o que acarreta o desgaste do profissional decorrente do trabalho realizado. Adicione-se a isto, o número elevado de usuários atendidos e sua complexidade, somado às suas condições de contratação como salário, jornada de trabalho, além da composição da equipe de trabalho que interfere também no adoecimento do profissional pela quantidade insuficiente de profissionais pela sobrecarga de trabalho (número de profissionais relacionado ao número de famílias e usuários atendidos).

Rachelis (2011) aponta em seus estudos as precarizações que envolvem as condições de trabalho dos assistentes sociais, que afetam inclusive os profissionais em Londrina.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Esta precarização, além de atingir o trabalho do assistente social, atinge também os usuários da PAS. Pontua-se que fica fragilizada a relação profissional-usuário já que os assistentes sociais, que também compõem a classe trabalhadora, passam pelo processo de lutar pelo acesso aos seus próprios direitos.

Outro elemento apresentado é a maneira como os profissionais se organizam para utilizar o espaço físico nos campos ocupacionais “*Nós temos cronogramas para otimizar o uso do espaço, essa sala é comum para duas profissionais*” (SUJEITO A). Verifica-se que se encontram espaços de trabalho inadequados para realização do trabalho profissional, principalmente se considerar a importância do sigilo profissional das informações coletadas pelo assistente social em atendimento com os usuários.

Neste sentido, a Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006, que trata sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, se constituem como um desafio para o profissional e as organizações empregadoras, mediante a realização de intervenções profissionais em espaços adequados como apresenta o artigo 2º da resolução:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2006).

Os profissionais na PAS enfrentam dificuldades estruturais como a falta de espaço físico adequado para realização do atendimento individual, falta veículos e motoristas para realização de atendimentos e visitas externas, ausência de local adequado para arquivamento de materiais técnicos e material técnico sigiloso do Serviço Social conforme apresenta a Resolução CFESS nº 556 de 15 de setembro de 2009.

Art. 2º – Entende-se por material técnico sigiloso toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009).

Os sujeitos expressam as condições objetivas sob as quais o trabalho é realizado. Reconhece-se que os recursos oferecidos aos assistentes sociais em seus campos ocupacionais e as condições de trabalho se colocam como desafios para execução do trabalho profissional. Ou seja, as condições de trabalho impactam no trabalho realizado pelo assistente social na PAS.

“E talvez pela estrutura precária aqui deste CRAS acaba proporcionando, não tem sala individual de cada técnico, a gente tem a sala coletiva dos técnicos. Tirando o atendimento social que é em sala individual, a gente fica o tempo todo na sala dos técnicos em sala coletiva, lançando no sistema e fazendo a gestão de benefícios.” (SUJEITO F).

“essa administração ela se torna exaustiva porque a gente tem que administrar o que não tem, dificuldade que a gente tem, recursos humanos insuficiente, benefícios insuficientes, estrutura física, estrutura do trabalho também é insuficiente” (SUJEITO G).

Além da estrutura institucional insuficiente para garantir as condições objetivas de trabalho adequadas conforme apresentam às resoluções do conjunto CFESS/CRESS, os sujeitos entrevistados indicam o tempo profissional destinado à gestão de benefícios, que toma considerável carga horária de trabalho do assistente social e a realização de ações administrativas e burocráticas referente alimentação de sistemas informativos.

A respeito da precarização do trabalho, principalmente nos serviços executados pelo terceiro setor, foi identificado que os recursos repassados pelo órgão gestor não é suficiente para operacionalização do serviço conforme foi tipificado, há escassez de recursos para execução dos serviços prestados pelas organizações não governamentais, já que os recursos repassados não custeiam 100% do serviço oferecido.

“repassam recursos que não custeiam o serviço e muito menos estas coisas, que é esse 50%, 40% do custo do serviço. O que faz para trabalhar com esta questão, do custo da manutenção, também é complicado e tem que ter muitas estratégias para trabalhar com o que você tem.” (SUJEITO D).

“A falta de recursos acaba prejudicando, atrasa um pouco, é um desafio, preciso ficar me renovando para ver como vou fazer essas visitas, como vou para os distritos para atender as famílias, sabe, estrutura física, estrutura da própria política porque a gente sabe que falta muita coisa ainda.” (SUJEITO E).

“eu acho que desafio é [...] colocar uma política como a PAS que é uma política invisível para o Estado, como uma política que ainda é muito insignificante tanto orçamentariamente falando, quanto em termos de reconhecimento.” (SUJEITO C).

Os sujeitos indicam que a estrutura da PAS não está atendendo a realidade das famílias e indicam a importância de lutar para dar visibilidade às ações da PAS, que seja ofertada com recursos orçamentários suficientes, com adequação de recursos humanos para corresponder à realidade da população.

Assim, considera-se que o orçamento da PAS está sendo insuficiente para atender a totalidade das demandas conforme as próprias normativas da política indicam que deveria ser implementado. Assim, na implantação dos serviços eles já se constituem com orçamento e recursos insuficientes para atender o público que já necessita desta atenção. Esta questão resvala nas condições de trabalho dos

profissionais, pois se identifica a falta de recursos humanos, precárias condições físicas, contratos de trabalho e salários diferenciados.

4.1.5 O Trabalho do Assistente Social em Equipes nos Serviços da Política de Assistência Social

Identifica-se o trabalho em equipe como um elemento norteador do trabalho do assistente social. Neste sentido, o trabalho em equipes tem sido amplamente valorizado nos diferentes serviços e espaços de trabalho da PAS, isso é verificado na revisão de literatura e na contribuição dos sujeitos entrevistados.

Na PAS o trabalho em equipe é considerado como elemento posto ao profissional desde a sua contratação. Através da NOB-RH/SUAS (2007) estruturam-se as equipes de referência dos serviços socioassistenciais e descreve-se a gestão do trabalho no âmbito do SUAS.

Assim, o trabalho em equipe é verificado na revisão de literatura como elemento a ser considerado para os trabalhadores na PAS. Este elemento norteador está presente no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais em diversos locais de trabalho e se constitui em um elemento crucial para intervenção profissional. A interdisciplinaridade é um elemento do trabalho do assistente social pela possibilidade de contribuição de outras áreas do saber profissional no que diz respeito ao atendimento às demandas dos usuários.

Raichelis (2010) indica que mesmo a PAS sendo espaço de trabalho com caráter multiprofissional, historicamente se constitui como espaço de exercício profissional dos assistentes sociais, tendo este profissional o reconhecimento social como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que envolvem essa relação.

Para Couto *et al.* (2014) no SUAS é previsto o trabalho interdisciplinar; com sua implantação ampliou o quadro de recursos humanos promovendo a articulação de diferentes áreas do conhecimento. Assim, o assistente social está dividindo espaço com outras categorias profissionais para atendimento integral as demandas da população. O trabalho interdisciplinar é um desafio para o assistente social tendo em vista a conjuntura e as determinações sócio-históricas da política

social e da profissão, porém, este tipo de trabalho favorece a articulação de saberes para complementar e atender os usuários em suas múltiplas demandas.

O assistente social tem sido requisitado a trabalhar em equipe nos serviços da PAS. O profissional se insere no universo coletivo multidisciplinar e, neste contexto, é chamado a desenvolver o trabalho em um processo coletivo com demandas diversificadas, articulando conhecimentos distintos em cooperação com os demais profissionais.

Segundo Hora (2015) o profissional se relaciona com a equipe por meio de demandas específicas, que exigem articulação com diferentes profissionais e no SUAS observa-se a aproximação e troca de conhecimento, principalmente com o profissional da psicologia.

Mesmo com a estrutura precária dos CRAS e demais serviços da PAS em que as equipes não estão completas, ou seja, indica-se a falta de recursos humanos para que um trabalho articulado se estabeleça, tendo em vista ofertar atendimento de qualidade que abarque as contribuições de diferentes áreas do saber.

No PAIF a orientação do trabalho social com famílias tem a interdisciplinaridade como elemento fundamental na sua estruturação, pois favorece uma compreensão abrangente da família, possibilitando a construção de intervenções que atendam as diferentes dimensões da vida familiar. Alguns documentos indicam a preocupação em superar a dicotomia entre o objetivo e o subjetivo e a introdução do trabalho em equipes na PAS, nas equipes de referência dos serviços, principalmente com as contribuições do assistente social e do psicólogo (BRASIL, 2015).

Deste modo, o trabalho em equipe é uma característica do trabalho do assistente social na PAS e se coloca também como um elemento norteador, pois vem direcionar o trabalho profissional nos campos ocupacionais nos quais o assistente social exerce sua profissão.

Os sujeitos destacam que *“aqui no CRAS um é parceiro com o outro, a gente soma forças, trabalhamos juntos, a relação entre a equipe é ótima, aqui é bem tranquilo, um apoia e ajuda o outro.”* (SUJEITO A). E complementado pelo sujeito F *“a comunicação aqui neste CRAS é forte, a gente acaba discutindo bastante.”* Isto demonstra a importância desta troca entre os saberes para uma intervenção que considere a totalidade social.

Embora o trabalho em equipe apresente alguns riscos aos profissionais relacionados à fragilização e perda de suas especificidades como

demonstra o sujeito B “*acho que este trabalho interdisciplinar às vezes pode esconder o que é específico de cada um.*” e aprofundado pelo sujeito D:

“eu sinto falta da legislação específica da profissão tratar sobre o que da definição do que é privativo do assistente social [...] particularmente em Londrina, os editais trazem dois profissionais com as mesmas atividades previstas nos editais, o que eu acho que acaba desrespeitando a especificidade da psicologia e do próprio assistente social” (SUJEITO D).

Neste sentido, retoma-se a orientação apontada nos artigos quarto e quinto da lei que regulamenta a profissão, que diz respeito como já foi verificado, as competências e atribuições privativas, o que pode direcionar o trabalho do assistente social realizado em equipes.

O trabalho em conjunto não é sobreposição ou hierarquização do trabalho de uma profissão sobre a outra. Não cabe apontar uma profissão que tem controle sobre as ações dos serviços, pois os profissionais devem contribuir horizontalmente diante das demandas apresentadas pelos usuários, respeitando a especialidade de cada área do saber.

Para os sujeitos entrevistados verificou-se que a organização e o planejamento do próprio trabalho do assistente social são realizados pelo profissional, podendo avaliar as demandas e as intervenções prioritárias, como indica “*a gestão do meu trabalho, que também é privativo, o que eu desenvolvo, o que planejo e organizo do meu trabalho. Eu tenho autonomia para definir atividades*” (SUJEITO G).

Retoma-se a discussão sobre a relativa autonomia, pois o ordenamento das políticas interfere na priorização da gestão, por exemplo, a PAS determina que a prioridade é o trabalho com famílias, mas a escolha das atividades que serão desenvolvidas é uma prerrogativa do profissional.

Os sujeitos entrevistados indicaram que a gestão dos benefícios socioassistenciais é realizado pelo assistente social, sendo esta uma das principais atividades que somente o profissional de Serviço Social realiza, além da supervisão direta de estagiários que é atribuição privativa. As demais ações e atividades são divididas com outros profissionais, como o psicólogo.

“Tirando a gestão do benefício o resto à gente acaba fazendo tudo junto, discute o caso junto, dependendo do caso de cada família, a gente já marca em conjunto ou faz separado” (SUJEITO F).

Por fim, o trabalho em equipe é requisição feita ao assistente social em seu trabalho na PAS, nos diferentes serviços e programas e se coloca como um elemento que norteia o trabalho profissional. É um desafio à medida que o profissional necessita ter clareza sobre suas competências e atribuições privativas para favorecer as ações conjuntas.

4.2 OS ELEMENTOS NORTEADORES RELACIONADOS À PROFISSÃO E AO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Dentre os elementos norteadores identificados na revisão de literatura e na entrevista com os sujeitos e que dizem respeito ao Serviço Social e ao trabalho do assistente social identificou-se: as normativas profissionais como elementos norteadores, sendo o Código de Ética o mais mencionado pelos sujeitos; a Direção Social e o Projeto Ético Político do Serviço Social como elemento norteador do trabalho profissional; o trabalho na perspectiva de direitos e o compromisso dos assistentes sociais com as demandas dos usuários da PAS; os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais como norteadores do trabalho.

A revisão de literatura apontou a direção social do Serviço Social e as normativas profissionais como elementos norteadores. Estes elementos foram confirmados nas falas dos sujeitos entrevistados mas, além destes dois, outros foram identificados na coleta dos dados na pesquisa de campo. Segue, as informações identificadas.

4.2.1 As Normativas Profissionais como Elementos Norteadores: o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social

Tanto na revisão de literatura quanto nas colocações dos sujeitos da pesquisa, as legislações profissionais do Serviço Social foram apontadas como elementos norteadores para o assistente social. A respeito das normativas profissionais como elemento norteador, indica-se que nestas legislações encontram-se algumas noções básicas que orientam o trabalho profissional em qualquer espaço ocupacional, seja a Lei de Regulamentação quando apresenta as competências e

atribuições privativas; seja o Código de Ética que apresenta os valores e princípios, direitos e deveres do assistente social; sejam as Diretrizes Curriculares que apresenta uma direção para formação de novos profissionais.

Na fala dos sujeitos entrevistados pode-se verificar que estas normativas se colocam no cotidiano profissional.

“defesa intransigente, você se colocar a disposição do trabalhador tomando partido, escolhendo o seu lugar, sempre se remetendo ao seu Código de Ética, porque é muito fácil você se perder quando a coisa aperta.” (SUJEITO C).

“claro que o Código de Ética do assistente social [...] a gente tem as normativas que a gente precisa seguir para ser nosso norte ali.” (SUJEITO F).

Dentre as normativas que regulam o Serviço Social como profissão ressalta-se a importância do Código de Ética dos assistentes sociais como o mais lembrado pelos profissionais, assim, o Código de Ética foi a normativa referenciada pelos sujeitos. Como esclarece o sujeito F

“nestes momentos assim, onde o sentimento pessoal fala mais alto a gente recorre aos instrumentos legais, que não seria técnico, não seria profissional e compete à gente lembrar das nossas legislações.” (SUJEITO F).

Sobre o Código de Ética identificou-se que os valores profissionais são orientadores do trabalho profissional, principalmente os valores que se colocam nesta sociabilidade, como exemplo indica-se a defesa dos direitos humanos, a garantia dos direitos civis sociais e políticos, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento profissional, o respeito à diversidade para evitar todas as formas de preconceito.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com **vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;**

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade**, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. **Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional**;

XI. **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar**, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, **grifo nosso**)

Como aponta o sujeito H “o Código de Ética é uma legislação que eu sempre penso muito, é não discriminar né, o tempo todo lutando pelo direito, pelo direito político, [...] o Código de Ética sempre” e confirma o sujeito B “fazer a diferença na vida da família que a gente está atendendo ser o profissional com visão crítica que não vai reproduzir preconceitos”. O sujeito A indica:

“o meu compromisso com as famílias atendidas porque na minha concepção a gente tem que ter um compromisso profissional [...] acreditar e buscar sempre o melhor, para mim isso é um norte, no exercício profissional a gente busca a garantia dos direitos” (SUJEITO A).

A respeito do Código de Ética do assistente social, descreve-se nesta normativa o direito e o dever do assistente social em manter o sigilo profissional.

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Defender o sigilo profissional é essencial em todos os campos ocupacionais de trabalho, tendo em vista garantir um direito do trabalhador, mas também para resguardar a intimidade dos usuários, que expõem suas vidas para estes profissionais na tentativa de ter acesso a serviços e benefícios.

“Eu vejo que a equipe de trabalho por não conhecer, não ter tido esse processo de formação que a gente teve não entende muito bem quando a gente tem que manter o sigilo, o desafio aqui é manter o sigilo, porque o educador fica sabendo de algumas coisas que o adolescente relata, acaba saindo, sabe, passando para as pessoas, aí quando você vê todo mundo sabe, a cozinheira, os serviços gerais, e a vida do adolescente não é novela né para todo mundo comentar.” (SUJEITO E).

Manter o sigilo profissional é um desafio para o assistente social, mas deve ser uma busca contínua para garantir postura ética diante das situações atendidas pelo profissional.

“É determinado pelas orientações mesmo, é, das legislações, como o projeto ético-político, o código de ética, a lei que regulamenta a profissão” (SUJEITO H).

As normativas profissionais são à base do PEP e não o próprio projeto. A dificuldade em reconhecer o projeto no cotidiano pode favorecer este tipo de confusão em estabelecer o PEP com o que consta nas normativas profissionais. Dito isto, a seguir apresenta-se a direção social como elemento norteador.

4.2.2 A Direção Social e o Projeto Ético Político do Serviço Social como Elemento Norteador do Trabalho Profissional

Os resultados construídos acerca do projeto ético-político, com base na revisão de literatura dos artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, identificaram que o projeto ético-político-PEP é um dos elementos norteadores do trabalho do assistente social, caracterizando-o como um projeto comprometido com as demandas, necessidades e lutas da classe trabalhadora que, além disso, aponta para a emancipação política dos sujeitos sociais e visa a democracia e o acesso aos direitos sociais universais.

Para Mito e Lima (2009) o PEP é reconhecido como o elemento condicionante da ação profissional, pois a partir dele tem-se a direção para as intervenções do assistente social. Assim, este projeto vem trazer unidade para atuação profissional e promove o direcionamento do trabalho profissional do assistente social em seus diversos espaços sócio ocupacionais.

Considerando o PEP como norteador da ação profissional, acredita-se que na intervenção do assistente social este deve apresentar uma direção que o leve a problematizar o rumo de suas ações, a partir de uma análise consistente dando visibilidade as informações, apontando atitude investigativa para desvendar os determinantes sócio-históricos, que estão expressos em seu objeto de intervenção e, como apresenta Fraga (2010), o trabalho do assistente social deverá buscar a construção de estratégias coletivas para responder as demandas apresentadas a sua intervenção.

Na revisão de literatura o PEP se configura como um elemento norteador, pois vem indicar a direção social do Serviço Social. A construção do PEP foi feita pela categoria profissional na tentativa de rever a direção social, que era até então defendida com orientação conservadora. Os autores defendem que o PEP dá a direção social do Serviço Social na contemporaneidade.

Cabe lembrar que o Serviço Social contemporâneo é resultado de um recente processo sócio-histórico de rompimento e reorganização da profissão contra o projeto conservador que dominou sua trajetória até o início da década de 1980, conquistando outra direção social e política a partir do projeto ético-político profissional, especialmente nos anos de 1990, articulado a um projeto de sociedade não capitalista (DUARTE, 2017, p. 177).

A revisão de literatura sugere que o PEP se expressa como direção social com perspectiva ética e política; como direção associada a um projeto societário; e indica o PEP como algo dado e de conhecimento comum à categoria profissional. Compreende-se que são tendências no que diz respeito à concepção do PEP pela categoria profissional.

a) A direção social com perspectiva ética e política

Assim, uma tendência identificada na revisão de literatura foi que a direção social do Serviço Social se apresenta com perspectiva ética e política, através da construção do PEP.

Foi exatamente neste período que o Serviço Social brasileiro materializou a base de sua direção social estratégica conhecida, no interior desta profissão, como Projeto Ético-Político Profissional [...] O denominado Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, no Brasil, possui uma clara inspiração marxista-gramsciana, ainda que contenha outras tendências marxistas. Ele se sustenta na construção de uma hegemonia no campo profissional, entendida como direção social estratégica, que a vincula a projetos societários amplos comprometidos com uma posição, de partida, anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo básico, mínimo, da seguridade social [...] Afirmar a atual direção social estratégica conhecida pela categoria dos assistentes sociais como Projeto Ético-Político Profissional exige, ao mesmo tempo, densidade analítica e ações coletivas concretas e propositivas (SILVA, 2017, p. 67-72).

Deste modo, a direção social proposta pela profissão, no transcorrer dos anos 1980 a 1990, que está presente na contemporaneidade, diz respeito ao projeto ético-político.

O PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2016, p. 470).

Acima de tudo, tal projeto crítico estabelece a direção da profissão em vários aspectos, mesmo que, na atualidade, confronte-se e dispute (com outros projetos) espaço no cotidiano da formação e do exercício profissionais (DUARTE, 2017, p. 190).

Cabe destaque a indicação de Duarte (2017) que o projeto ético-político disputa espaço em meio à categoria profissional com outros projetos, que orientam em sentido contrário ao previsto pela construção da vanguarda profissional, este último que tem como luzeiro a teoria social crítica, ou seja, existem outros projetos

presentes nos espaços de trabalho do assistente social, cabendo a este se apropriar e definir a qual projeto irá vincular sua atuação profissional.

A respeito desta direção ética e política que se apresenta para a profissão na contemporaneidade, indica-se que se expressa em princípios e valores, que devem ser defendidos pela profissão, estes últimos que constam no Código de Ética e que se constituem como direção política para os assistentes sociais, como se verifica nos seguintes fragmentos.

Nesse sentido, o projeto ético-político pode ser entendido como um processo que se apresenta em contínuo movimento e que tem a liberdade como seu valor central. Liberdade, na compreensão destacada por Netto (1996), de escolher entre alternativas concretas de intervenção (MIOTO, LIMA, 2009, p. 35).

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde então, um projeto profissional voltado para a garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios (FERRAREZ, BARCELLO, 2016, p. 122-123).

Na revisão de literatura, dentre os valores em destaque, indica-se que a liberdade é central, além da igualdade e da democracia. Outra questão, que se coloca é a superação desta ordem societária para alcançar outra sociabilidade, que seja mais justa e igualitária. Como dito, a maioria desses valores e princípios estão descritos no Código de Ética e devem orientar o trabalho do assistente social.

b) A direção social associada a um projeto societário

A direção social do Serviço Social está associada a um projeto societário. A partir do Movimento de Renovação, com a proposta de intenção de ruptura, foi se estruturando outra direção estratégica para o Serviço Social, uma direção que esteja voltada para os interesses da classe trabalhadora, que possibilite a emancipação humana e tendo em vista, a superação da sociabilidade capitalista.

Conforme alguns autores apontam como sendo a direção da profissão na contemporaneidade “[...] a direção social da profissão, articulada à perspectiva emancipatória” (ABRAMIDES, 2016, p. 468). Nos anos 1980, definem a direção social da profissão voltada e articulada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Tem-se assim, o fortalecimento da direção posta pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social, que nega, em seus princípios, o projeto societário hoje hegemônico, colocando-se a favor da construção de uma **nova ordem social**, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero [...] Nesse sentido, a profissão assume uma direção social que aponta para a **emancipação humana**, horizonte que está na raiz da modernidade e que só é possível de ser vislumbrado fora dos marcos da sociedade burguesa; logo, o projeto profissional, do qual faz parte o projeto de formação, se vincula à defesa da transformação da ordem vigente (FONSECA, 2016, p. 190-204, **grifo nosso**).

Ou seja, nesta tendência o Serviço Social e os profissionais assistentes sociais tem como orientação do trabalho realizado a alteração desta sociabilidade, através da construção de um novo projeto societário.

Contudo, acredita-se ser pretencioso destinar a construção deste projeto a uma profissão, que necessita de espaço de trabalho nesta sociedade capitalista para absorção de seus profissionais e para que estes garantam sua subsistência, já que a venda da força de trabalho é questão primordial neste modo de produção capitalista e, como indica Silva (2016, p. 169), “não atribui à profissão o que ela não pode fazer, mas não abre mão de sintonizá-la com processos e projetos sociais mais amplos e progressistas”.

A emancipação política está na afirmação, na conquista e na defesa de direitos nos limites da sociedade capitalista. Através da participação política nos micros espaços, com participação em instâncias como conselhos, comissões, atividades de bairro, afirmando direitos, atuando para redução de desigualdades, promovendo a inclusão e contribuindo com a construção de outra sociedade (SILVA, 2016).

E a emancipação humana se dá com o ser humano como ser genérico. Quando o ser humano se reconhecer e se organizar com suas próprias forças políticas. A emancipação humana é impossível nos limites da sociabilidade burguesa. O Serviço Social existe nesta sociabilidade e a emancipação humana se dá em outra ordem societária.

Observa-se que há frequente redução da emancipação humana à emancipação política. Conforme Silva (2016) uma tendência da profissão é entender, que a emancipação humana deve ser obtida por meio do aprofundamento da emancipação política, contudo, há controversas.

Silva (2016) ainda indica que qualquer projeto societário vinculado à defesa de direitos deve estar comprometido com perspectiva anticapitalista

progressista, como está proposto no PEP do Serviço Social. Contudo, o Serviço Social está envolvido diretamente com a construção da sociedade capitalista, através da mediação das políticas sociais, atuando dentro dos limites desta sociabilidade.

Lembra-se que o assistente social é mais um dos profissionais que ocupam espaço na divisão social e técnica do trabalho, disputando espaços com outros profissionais e para garantir sua entrada no mercado de trabalho, deve corresponder a determinadas requisições feitas pelos empregadores e instituições a para qual realizará seu trabalho especializado.

Então, compreende-se que o projeto societário é um projeto de classe. O projeto dos trabalhadores deve ser construído e almejado pela classe trabalhadora como um todo, em busca de uma unidade entre seus pares, o que poderia favorecer uma alteração societária real.

c) O Projeto Ético-Político como algo dado e de conhecimento comum à categoria profissional

Além disso, outra informação que foi verificada na revisão de literatura é que o PEP é entendido como algo dado e de conhecimento comum à categoria profissional, através dos autores da área utilizando destes termos como se fossem concepções dadas e amplamente aceitas pela categoria; em alguns artigos consultados, identificou-se a não indicação de uma concepção de PEP, apenas fazem menção ao projeto, mas sem explicá-lo.

Apesar de ser uma discussão presente em meio à categoria profissional há mais de trinta anos, há muito ainda que se discutir no que diz respeito à relação do PEP com a materialidade do trabalho profissional, sendo este um desafio para a categoria, inclusive, acredita-se que alguns profissionais não tenham conhecimento sobre o que é este projeto e como este pode contribuir com seu cotidiano profissional.

“Mas o que você realmente deveria fazer de acordo com seu projeto ético-político, eu acredito no projeto ético-político, mas conheço profissionais que não acreditam, acham que é uma utopia, mas mesmo acreditando você não consegue trabalhar de acordo com ele, é terrível” (SUJEITO H).

Ou seja, embora alguns autores não definam o PEP e o deixem subentendido ao longo dos artigos; acredita-se que ainda há parcelas da categoria que precisam esclarecer-se sobre este projeto do Serviço Social. Esta dificuldade em

apontar e identificar a constituição do PEP nas produções da área favorece a falta de clareza pela categoria profissional sobre o projeto.

Além disso, também a falta de conhecimento sobre os elementos do Projeto Ético- Político, que permeiam a formação, e a sua falta de clareza da materialidade no cotidiano de trabalho, que não é apresentado pelas entrevistadas como um produto das relações societárias, solidificando a “autoimagem” da profissão e a unicidade da categoria. Da mesma forma, vale destacar o desconhecimento da intencionalidade nas ações materializadas pelos sujeitos – sejam elas conscientes ou não –, pois a categoria profissional aparece como uma representação de um coletivo sem direção social [...] Cabe mencionar a forma como o Projeto Ético-Político aparece nas falas como um projeto que se iguala ao Suas. A expressão “defender o Suas é defender o Projeto Ético-Político Profissional” é reveladora de uma grande tendência a confundir a profissão com a política de Assistência Social (HORA, 2015, p. 170-171).

Indubitavelmente, a ação profissional pautada numa racionalidade instrumental cria as condições para uma lacuna entre o projeto ético-político da profissão e a prática cotidiana do assistente social, pois favorece uma subalternidade desse profissional às demandas institucionais e aos interesses imediatos dos empregadores, impedindo uma plena adesão aos princípios e valores contidos no referido projeto [...] um grande desafio para a efetivação do projeto ético- político profissional neste atual cenário “é torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional [...] o que exige um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, abstraída da realidade histórica” (LEITE, 2012, p. 124-129).

Tendo em vista estas colocações, verifica-se que para os profissionais que trabalham nos campos ocupacionais e que na maioria das vezes estão longe da academia, a indicação do PEP ainda é um ‘nó’, sem ter clareza ou total conhecimento a respeito.

Ainda neste pensamento, Hora (2015) vem indicando alguns equívocos que permeiam a discussão sobre o PEP no Serviço Social, como exemplo no que diz respeito à confusão do PEP com o SUAS, ou seja, demonstrando ainda uma fragilidade na distinção entre profissão e política social de assistência social, indicando que ainda é uma questão que deve ser resolvida pela categoria profissional.

Leite (2012) confirma a existência de distanciamento entre o PEP e o trabalho profissional e conclui referindo, que é um desafio para a profissão tornar o PEP um norteador para as ações profissionais cotidianas.

“do PEP eu acho que pouco, porque se fosse mesmo a gente iria estar diariamente conversando com a população, e não só no meu atendimento social, é indo nos bairros, conscientização, movimento popular, que a gente não tem mais os movimentos, então assim, isso eu acho que orienta, que ele

está aqui na minha cabeça que eu acho que é o correto, mas se a gente coloca ele em prática, não” (SUJEITO H).

Dentre os sujeitos entrevistados reconhece-se o PEP como elemento discursivo, mas que não conseguem visualizar em sua ação cotidiana. Assim, esta dificuldade em reconhecer a direção social no cotidiano fragiliza a defesa desta projeção, talvez pelo modo como este projeto esteja sendo discutido, afastando-o da realidade e do cotidiano profissional.

Dois sujeitos entrevistados indicaram que o PEP é referência para o trabalho profissional, mas explicam que a projeção proposta não se realiza no cotidiano e que dificilmente no dia a dia os profissionais conseguem ir além das requisições da política social.

“de modo geral esses princípios que a gente defende, que também é não é todo assistente social, não é todo gestor.” (SUJEITO B).

O sujeito B afirma que não são todos os assistentes sociais que reconhecem o PEP como direção para o trabalho, exemplifica dizendo que se depara com profissionais que colocam a religião e a religiosidade a frente de princípios éticos e de uma direção ético-política, *“Tem vários assistentes sociais que podem escolher seguir Jesus Cristo, primeiro Deus depois o Código de Ética [...]” (SUJEITO B).* E complementa dizendo:

“O projeto ético político é hegemônico, também acredito que se a gente for discutir a gente perde essa pretensa hegemonia [...] Esses princípios deveriam ser inegociáveis, não um vir a ser, não é isso sempre que acontece, a gente tenciona, a gente cria, a gente vai fazendo passo a passo, porque a gente tem um horizonte, até porque o PEP é outra ordem societária” (SUJEITO B).

Ficam evidentes os limites postos nesta sociabilidade e a fragilidade para o assistente social assumir a defesa pelo projeto que visa outra sociedade, sendo que o mercado de trabalho para o profissional se dá neste modo de produção, mas ao mesmo tempo, reconhece-se a degradação humana presente na sociedade capitalista.

“e a garantia de direitos é um passo importante, não um fim [...] se a gente investir em trabalho sócio educativo, trabalho em grupo dentro dos espaços que a gente está, é uma forma de enfrentamento da profissão [...] a gente enfrenta alguns dilemas, porque a gente do serviço fica muito ligado á profissão, qual que é nosso PEP, nossos princípios, muitas vezes o que esta na política pode ir de encontro ou não ir de encontro.” (SUJEITO B).

O sujeito B, ao tomar esta direção da profissão, vislumbra possibilidades para o trabalho nas políticas públicas no que diz respeito a favorecer o acesso aos direitos e na realização de trabalho sócio educativo com os usuários da PAS. Ações coletivas podem se constituir em uma maneira de colocar este projeto em movimento.

“O meu horizonte é o PEP mesmo sabe porque tem essas questões da política que a gente tem que seguir, tem o nosso posicionamento político, que a gente tem que seguir, para mim é esses princípios, porque a defesa da democracia, da liberdade, não tem jeito, e a gente tem este horizonte [...]a gente tem a outra ordem societária fazer defesa de direitos, defender democracia, espaços de luta.” (SUJEITO B).

Ressalta-se também que as orientações das políticas sociais podem não ir ao encontro da direção social da profissão, mas cabe ao profissional construir estratégias em meio às requisições postas para atuar a partir desta projeção. Neste sentido, um dos limites identificados está nas condições de trabalho, que em determinados momentos não favorecem a realização de ações, que estão para além das requisições da política e das instituições empregadoras do trabalho do assistente social.

A profissão sempre apresentou uma direção social. No surgimento da profissão estava para manutenção do capitalismo e com orientação conservadora. Atualmente, como verificado, o projeto proposto visa uma nova ordem societária e está referenciada na teoria social crítica de Marx. Assim, a profissão precisa ter uma direção e na contemporaneidade foi construída a direção social através do projeto ético-político e este projeto aponta um caminho para a profissão, este caminho proposto indica a importância de alteração societária. Como coloca *“que vez ou outra a gente ainda consegue colocar a frente às coisas inerentes ao nosso projeto, a gente vai tencionando ora a gente avança, ora a gente recua.” (SUJEITO B).*

4.2.3 O Trabalho na Perspectiva de Direitos e o Compromisso dos Assistentes Sociais com as Demandas dos Usuários da Política de Assistência Social

A partir da coleta de dados nas entrevistas juto aos sujeitos da pesquisa identificou-se que o trabalho do assistente social na perspectiva de direitos se coloca como um elemento norteador do trabalho.

“no exercício profissional a gente busca a garantia dos direitos e eu não vou conseguir pegar uma família caminhar e mostrar, acreditar e falar você vai fazer isso, isso e isso. Eu tenho que mostrar a importância, as possibilidades e junto com ela caminhar para garantir os direitos das famílias.” (SUJEITO A).

Na contemporaneidade o assistente social se propõe a atuar na perspectiva da viabilização do acesso aos direitos, partindo do pressuposto de que a profissão se coloca para mediar o acesso às necessidades de subsistência e aos direitos humanos e sociais expressos no acesso à educação, à saúde, à habitação, à renda, à alimentação, ao lazer, ao trabalho, etc.

Para Boschetti (2009), quando se fala em trabalhar na defesa de direitos, refere-se à luta pela efetivação de direitos humanos e sociais e a busca pela universalização do acesso a bens e serviços, para com isso, favorecer as condições de vida da população que vende sua força de trabalho para assegurar necessidades básicas.

A perspectiva de direitos enquanto coletivo diz respeito a promover acesso ou a ampliação de direitos. O profissional favorece em seu atendimento o acesso à informação e ao encaminhamento para rede socioassistencial e rede intersetorial, acionando os serviços existentes no município para garantir o acesso dos usuários às suas necessidades.

“muitas vezes a gente tem que fazer defesa de direitos, de criança, por exemplo, muitas vezes precisa tencionar os espaços públicos, coisas que não vão ser muito simples, mas é o nosso papel para fazer.” (SUJEITO B).

Nos espaços pelos quais o assistente social irá realizar seu trabalho profissional com a viabilização de políticas sociais, pode o profissional construir

mediações para superação de limites institucionais direcionando seu trabalho para as necessidades dos trabalhadores.

Segundo Torres e Almeida (2014) o assistente social que tem seu exercício profissional atrelado a PAS deve ter a capacidade de dar respostas que correspondam às demandas e necessidades apontadas pela população usuária, ou seja, o assistente social em seu trabalho profissional tem a possibilidade de implementar e traduzir o acesso aos direitos socioassistenciais.

“para mim o conhecimento norteia em tudo, quais os meus conhecimentos para agir naquele determinado caso, o que tem de direitos desse adolescente. Eu não consigo encaminhar se eu não tiver conhecimento das coisas que tem.” (SUJEITO E).

Para Couto *et al.* (2014) as ações profissionais no âmbito da PAS são amplas e envolvem o acesso da população a seus direitos garantidos pelas políticas públicas; deste modo os usuários que chegam para atendimento do assistente social carregam consigo uma série de necessidades sociais, que se traduzem na PAS ou nas demais políticas sociais e o profissional deve ter conhecimento amplo sobre os direitos sociais para favorecer o acesso da população.

Deste modo, refletindo sobre o exercício profissional, os profissionais são levados a pensar seu trabalho e suas atividades tendo em vista consolidar a perspectiva dos direitos.

Conforme informações coletadas com os sujeitos da pesquisa identificou-se que o assistente social em seu trabalho, deve estar compromissado com as demandas dos usuários. Acredita-se que este compromisso vem ao encontro da defesa da classe trabalhadora e suas necessidades, conforme direcionamento proposto no PEP do Serviço Social. Assim, entende-se que é um norteamento para o trabalho do assistente social o trabalho nesta perspectiva.

Partindo do conhecimento do profissional sobre as condições objetivas de vida dos usuários, o assistente social é o profissional que conhece a vida do trabalhador e reconhece suas demandas. O assistente social faz a análise da realidade social a partir das situações que são apresentadas no cotidiano de trabalho, identificando determinantes sócio-históricos e, com as informações coletadas e analisadas, pode utilizar este conhecimento para trabalhar tendo em vista os interesses dos trabalhadores.

“Além do conhecimento técnico o meu compromisso com as famílias atendidas porque na minha concepção a gente tem que ter um compromisso profissional [...] acreditar e buscar sempre o melhor, para mim isso é um norte” (SUJEITO A).

Vem ao encontro das orientações normativas profissionais e aos valores defendidos no Código de Ética “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

“para mim é o usuário. O que direciona para mim e o usuário [...] nossa prioridade é a criança e o adolescente, o usuário do serviço” (SUJEITO D).

“E o que determina é a minha responsabilidade enquanto servidora pública mesmo, isso que determina, eu sei do meu papel, da minha responsabilidade, estou ali enquanto servidora pública para poder desenvolver o meu trabalho então isso é determinante para mim, é determinante eu desenvolver da melhor forma possível o meu trabalho, é isso que para mim é determinante” (SUJEITO G).

Deste modo, a responsabilidade do profissional como um compromisso ético do assistente social com seus usuários e as demandas que são encaminhadas é um elemento norteador do trabalho profissional.

Salienta-se a capacidade do assistente social para realizar análise da condição social dos usuários identificando a condição de pauperismo vivenciada pela classe trabalhadora e assim, o profissional intervém diante das necessidades de subsistência que são demandas de trabalho. O assistente social tem construído sua atuação na perspectiva dos direitos humanos e sociais.

4.2.4 Os Conhecimentos Mobilizados pelos Assistentes Sociais como Norteadores do Trabalho

Identificou-se na fala dos sujeitos que os conhecimentos do assistente social são elementos norteadores, pois a apropriação do profissional acerca de seus conhecimentos irá direcionar as ações profissionais. Cabe apresentar os conhecimentos que o profissional se apropria para realização de seu fazer profissional

e como este se interpõe em seu trabalho, pois serão estes que vão indicar a direção do trabalho profissional.

“para mim o conhecimento norteia em tudo, quais os meus conhecimentos para agir naquele determinado caso [...] eu não consigo encaminhar se eu não tiver conhecimento das coisas que tem” (SUJEITO E).

Estes conhecimentos se colocam em diferentes âmbitos: conhecimentos teóricos, conhecimentos normativos, conhecimento sobre a realidade social do indivíduo, conhecimento sobre a rede de serviços, entre outros.

Os conhecimentos teóricos dizem respeito à apropriação que o profissional possui sobre a teoria social crítica, o positivismo, dentre outras vertentes teóricas. E possibilita a construção de um ponto de vista sobre as contradições constitutivas desta sociabilidade. Não foi evidenciada pelos sujeitos a direção teórica que orienta a intervenção profissional.

Na revisão de literatura sugere-se que o profissional se aproprie da teoria social crítica para análise da realidade social sob a lógica da totalidade, para a identificação do usuário a partir de sua condição de classe e o reconhecimento dos fenômenos sociais como multicausais.

Alguns sujeitos indicam a necessidade de visão crítica para orientar a intervenção profissional.

“[...] se a gente não tiver uma visão crítica e política para entender essas relações que estamos inseridos, as situações que a população está, nosso papel na política [...] é às vezes fazer a diferença na vida da família que a gente está atendendo ser o profissional com visão crítica que não vai reproduzir preconceitos que a gente vê por aí fazer a diferença na vida dessas pessoas, já é algo nesta luta diária dentro deste horizonte” (SUJEITO B).

“[...] o que direciona, eu acho que direcionar é bem amplo, então eu acho que está bem relacionado à própria visão de mundo do profissional, eu acho que o que direciona o meu trabalho é a visão de mundo que eu tenho, a visão de mundo que eu tenho é de um mundo desigual, onde as oportunidades não são as mesmas para todos” (SUJEITO G).

Ou seja, a concepção que o profissional tem de homem, de mundo, de sociedade, de proteção social, de pobreza interfere na intervenção com os usuários. Os sujeitos B e G indicam a importância de realizar análise crítica para leitura das demandas apresentadas ao assistente social. Neste sentido, o conhecimento

teórico vem subsidiar essa compreensão ampla de sociedade e essa análise das demandas considerando a totalidade.

“[...] mas para além da legislação acho que uma leitura da realidade, uma leitura política que vai além da legislação, não desvincular o olhar político do olhar técnico eu acho que isso é importante no trabalho porque se não você vai olhar a aparência do fato, você não vai conseguir captar a essência, mesmo uma leitura da realidade, hoje esta muito difícil captar a essência das coisas porque tem muitas coisas acontecendo, difícil até ter tempo de fazer essa análise, mas é fundamental fazer essa leitura” (SUJEITO G).

Os conhecimentos mobilizados devem favorecer a análise do profissional sobre a realidade da vida social nesta sociabilidade, reconhecendo as necessidades dos trabalhadores, as demandas do campo ocupacional e as determinações que envolvem a profissão.

Acredita-se que o trabalho social está vinculado à matriz teórico-metodológica, que vem sustentar o processo de intervenção e que este não pode ser compreendido fora da realidade na qual se estabelece. Deste modo, para o desenvolvimento do trabalho, cabe ter clareza sobre a sociedade em que se vive, sobre os fundamentos do capitalismo, o projeto político vinculado e marcar a diferença entre o assistencialismo e a política de assistência social (BRASIL, 2016).

Os conhecimentos normativos foram amplamente referenciados pelos sujeitos entrevistados. Identificou-se que as normativas legais que regulam a PAS, bem como, a apropriação do profissional sobre as legislações sociais das demais políticas setoriais se colocam como conhecimentos que norteiam o trabalho profissional. Os conhecimentos normativos da PAS se colocam como elementos norteadores do trabalho do assistente social.

“Primeiro é a legislação né, qualquer trabalho que você vai executar é minimamente a legislação e não é só a legislação da política de assistência social, tenho que conhecer desde estatuto do idoso, ECA, constituição federal, eu tenho que ter o mínimo de domínio sobre as legislações que afetam minha área e outras áreas. Conhecer a lei orgânica, a política de assistência, eu tenho que saber o que é PAIF, conhecer a proteção social básica, a proteção social especial. Você tem que ter conhecimento, conhecimento é tudo, a gente não tem domínio de todo o conhecimento, mas a gente tem que buscar, tem que viver estudando, é o tempo inteiro” (SUJEITO A).

E neste sentido, reforça a importância do conhecimento normativo para o assistente social. O profissional deve estar sempre atualizado sobre as alterações nas legislações sociais, que impactam diretamente na vida dos usuários atendidos e acompanhados pelos serviços.

“Acho que toda a legislação da política nacional, toda a legislação mesmo, a tipificação, as orientações, as minutas, as diretrizes, as leis, as orientações que vem direto da assistência” (SUJEITO E).

“o nosso norte mesmo ainda é PAIF, as orientações do PAIF a gente tem os cadernos de orientações do PAIF, são eles que ainda nos norteiam basicamente, claro que tem a LOAS tem as outras legislação, mas hoje nosso trabalho fica centralizado no norte do PAIF mesmo, desse acompanhamento familiar” (SUJEITO F).

Assim, o ordenamento da PAS se coloca como elemento central na execução do trabalho profissional do assistente social na PAS em Londrina-PR. Verificou-se que os conhecimentos, que norteiam o trabalho do assistente social na proteção social básica da PAS dizem respeito, principalmente, às legislações que ordenam a própria política de assistência.

Neste sentido, indica-se que a tipificação estabelece os objetivos e o direcionamento que será dado ao trabalho desenvolvido pelo assistente social, assim como, as demais normativas da PAS. Verifica-se que as normativas regulamentam o trabalho, deixando reduzida margem para a construção de ações que não estejam previstas na própria PAS.

A assistência social é uma política que requer a ação em parceria com outras políticas, este é mais um quesito que indica a normativa como elemento norteador. Além das legislações da PAS, as demais leis que regulam as políticas sociais, como saúde e previdência social, e a defesa de segmentos específicos como a criança e o adolescente, o idoso, a pessoa com deficiência, entre outros. A apropriação destes conhecimentos se coloca como essencial por pelo menos duas razões: a transversalidade da PAS e as demandas identificadas pelos assistentes sociais no decorrer do seu exercício profissional. Assim, é requisitado ao assistente social que ele tenha o domínio de conhecimentos sobre as normativas da PAS, principalmente mas, também, relacionado às normativas das demais políticas setoriais.

Além disso, o conhecimento sobre o território, sobre a rede de serviços, sobre a intersectorialidade, são informações transversais ao trabalho no âmbito da PAS.

“As legislações mesmo, a gente tem que saber de quase tudo, mesmo trabalhando na política de assistência, legislação social você precisa saber estatuto de pessoa com deficiência, criança e adolescente, o Código de Ética mais do que nunca, e também assim, conhecimento da rede e do território, não só legislação. Conhecimento da assistência, de outras políticas, conhecer a rede. Quando você chega num lugar novo, quando eu comecei atender é difícil você não conhecer a rede, porque assim no seu atendimento social, é necessário conhecer a rede ao atender as famílias.” (SUJEITO H).

Assim é essencial para o assistente social em seu trabalho na PAS em Londrina o conhecimento sobre o município, sobre a rede de serviços socioassistenciais e intersectoriais para, a partir das demandas identificadas, articular o acesso dos usuários aos seus direitos.

Há vários conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais para realização do seu trabalho cotidiano, conforme indica o sujeito E, os profissionais devem ter conhecimento sobre a rede de serviços e os protocolos estabelecidos entre os envolvidos na proteção social, *“a política requisita mais, acho que é o conhecimento da própria política, da rede, dos fluxos, dos formulários que existem para encaminhar, este conhecimento é requisitado muito.” (SUJEITO E).*

Cabe refletir sobre os conhecimentos que o profissional se apropria para realização de seu fazer profissional e como estes se interpõem em seu exercício profissional, pois, serão estes conhecimentos que contribuirão para que o assistente social reconheça o seu trabalho, incluindo aí as atribuições privativas.

O conhecimento que o assistente social demonstra sobre as normativas profissionais também se coloca como elemento ressaltado pelos sujeitos entrevistados.

“e o principal deles é o teu Código de Ética, não existe nada, você seguir todas estas normas e orientações se você não segue o teu princípio ético da sua formação profissional.” (SUJEITO C).

“O Código de Ética, 8.662, os cadernos de orientação, a gente acaba tendo que seguir também que é critério da política. É toda essa formação que a gente tem, essa bagagem de disciplinas, de sociologia, ciência política, psicologia social, movimentos, prática profissional, tudo isso a gente usa.” (SUJEITO B).

Assim, os conhecimentos normativos da profissão também são identificados como elementos norteadores do trabalho profissional. O sujeito A reforça a necessidade de aprimoramento intelectual, que é princípio ético, na perspectiva da competência profissional, como proposto na Lei de Regulamentação da profissão.

Assim, considera-se que no trabalho realizado pelo assistente social é crucial a mobilização de seus conhecimentos. Esses conhecimentos envolvem um conjunto de saberes, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização do trabalho profissional.

Identificou-se, na fala dos sujeitos entrevistados, a referência à formação profissional nos espaços de graduação e pós-graduação como orientadores do trabalho, ou seja, os conteúdos discutidos nas salas de aula apoiam no processo de trabalho e processo de reflexão do assistente social em seu cotidiano de trabalho profissional. Embora se observe que a minoria dos entrevistados reconheça os fundamentos do Serviço Social como norteadores do trabalho profissional, se comparado aos conhecimentos normativos.

Ressalta-se a importância do profissional realizar reflexões teórico-práticas. Neste sentido, afirma-se a necessidade do estudo, da pesquisa, de leituras para compreender as demandas que chegam ao cotidiano da execução dos CRAS e SCFV, no desenvolvimento das atividades, assim, salienta-se a importância de desvelar a realidade.

Assim, se apresentam os elementos norteadores identificados na pesquisa realizada. A pesquisa de campo foi complementar às informações coletadas na revisão de literatura, inclusive, apresentando diferentes elementos dos que haviam sido ressaltados nos artigos da área do Serviço Social consultados nesta pesquisa. Acredita-se que todos estes elementos são colocados em movimento e se expressam no trabalho cotidiano do assistente social nos serviços que compõem a proteção social básica da PAS, em Londrina-PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa foi possível identificar os elementos norteadores do trabalho do assistente social na PAS, em Londrina-PR. A análise dos dados da pesquisa propiciou a identificação de elementos norteadores com ênfases diferentes. A revisão de literatura indica a direção social e o PEP como elemento norteador essencial; já a pesquisa de campo indica o ordenamento das políticas públicas e as condições de trabalho como os principais elementos.

A pesquisa realizada proporcionou a identificação de elementos norteadores, que se colocam no trabalho realizado na própria PAS e os que se apresentam na profissão e no trabalho profissional do assistente social.

A respeito dos elementos norteadores relacionados ao trabalho na PAS verificou-se que são amplamente referenciados na fala dos sujeitos, sendo identificadas as requisições e o ordenamento da PAS; a insuficiência na oferta de serviços para o atendimento às demandas; as condições de vida dos usuários atendidos nos serviços da proteção social básica; as condições de trabalho do assistente social na PAS, em Londrina-PR; e o trabalho do assistente social em equipes são os elementos norteadores que se colocam para o trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito da PAS.

A PAS coloca para o trabalho profissional uma série de requisições que norteiam o trabalho profissional. As principais requisições identificadas são: administração de benefícios socioassistenciais, o trabalho social com famílias, a realização de acolhida, trabalhar com ênfase nas ações de prevenção e execução do PAIF. A respeito da requisição que diz respeito à execução do PAIF e a realização do trabalho social com famílias, houve aproximação com o que está proposto na política, a forma como os profissionais compreendem as normativas e o que de fato é executado nos serviços socioassistenciais.

Verifica-se que é no cotidiano que as intervenções profissionais acontecem. Os assistentes sociais tomam como referência as condições de vida dos usuários. E esses usuários, ao apresentar suas queixas, possibilita ao assistente social identificar as demandas para a construção do trabalho profissional.

As demandas que se colocam para o assistente social são para acesso às necessidades de subsistência da população, sobretudo, no CRAS identifica-se a centralidade das demandas referentes o acesso à alimentação e à

renda, através de benefícios de transferência de renda e benefícios eventuais, embora, na gestão da PAS, a alimentação seja considerada como benefício eventual e não como direito. Aponta-se que a PAS implementada na contemporaneidade reduz o direito social a benefícios e o assistente social, ao trabalhar na PAS, pode não reconhecer o usuário como trabalhador, mas como beneficiário dos programas, projetos e serviços da política.

Assim, um desafio para o assistente social, que trabalha na proteção básica, é superar a intervenção concentrada na avaliação e fornecimento de benefícios socioassistenciais, o que vem tomando tempo considerável do trabalho profissional.

Dito isto, ressalta-se que a diferenciação do trabalho do assistente social na PAS não vem se dando pela atribuição privativa, mas por requisições que são postas dentro da própria política. Nos CRAS o assistente social é o responsável pela gestão de benefícios.

As determinações do ordenamento da PAS são centrais no trabalho do assistente social, uma vez que as normativas interferem e direcionam o trabalho profissional para responder às requisições da própria política. Esta informação foi amplamente revelada na pesquisa de campo com os sujeitos entrevistados. Além disso, pontua-se que o direcionamento dado pela política e pela gestão da PAS é determinante para o trabalho profissional.

A respeito da insuficiência na oferta de serviços para o atendimento às demandas, verifica-se que a complexidade da vida dos usuários indica que no âmbito da proteção básica, dificilmente os profissionais conseguem realizar ações de caráter preventivo, pois mesmo nestes espaços os assistentes sociais atuam em situações já evidenciadas, ou seja, quando a família já está em desproteção social.

Os sujeitos indicam que as ações realizadas estão para “secar gelo” e “apagar incêndio”, o que demonstra que o investimento na PAS é insuficiente para sua execução. As respostas oferecidas através dos serviços da PAS não correspondem à realidade das famílias atendidas, pois os serviços são insuficientes para atender a realidade objetiva da população. Assim, a estrutura da política interfere diretamente nas ações profissionais, inclusive, quando se trata das condições de trabalho dos assistentes sociais nos campos ocupacionais.

Deste modo, trabalhar a superação de situações de desproteção com os recursos destinados a esta política é um desafio posto ao trabalho do profissional

que, muitas vezes, diante das condições de trabalho resta ao profissional realizar e dar conta das atividades e das requisições da política. Assim, o baixo investimento na PAS indica que dificilmente acontecem ações de prevenção, reforçando o caráter seletivista das ações, focada na seleção da pobreza e, na contramão da perspectiva da universalidade prevista na PAS que se coloca cada vez mais distante.

Sobre as condições de vida dos usuários atendidos, identifica-se que estes chegam para o atendimento na proteção social básica em condição de alta vulnerabilidade, demonstrando a complexidade das demandas. A condição social das famílias que buscam os serviços dos CRAS apresenta complexidades relacionadas às expressões da questão social que são o pauperismo, a violência e o não acesso ao trabalho, por isso, nos CRAS dificilmente identificam-se ações preventivas, pois as demandas apresentadas aos profissionais revelam a desigualdade deste modo de produção capitalista, que se expressa na desproteção social vivenciada pelas famílias nos territórios.

O trabalho do assistente social é realizado em determinadas condições de trabalho que não atendem a universalidade do acesso, os sujeitos indicam a falta de recursos suficientes, os serviços com estrutura precária e com equipes insuficientes para responder a demanda. Deste modo, diante destas condições de trabalho o assistente social dificilmente ultrapassa às requisições da PAS.

O trabalho em equipe é mais um dos elementos identificados como norteadores, é uma requisição da PAS e interfere diretamente no trabalho desenvolvido pelo assistente social, o que foi verificado tanto na revisão de literatura, quanto na pesquisa de campo. Identificou-se que em Londrina há falta de profissionais para que se efetive um trabalho conjunto, mas mesmo diante da falta de recursos humanos, o trabalho em equipe é uma possibilidade para qualificar o atendimento às demandas dos usuários.

Os elementos norteadores identificados que estão relacionados ao Serviço Social e o trabalho do assistente social são: as normativas profissionais, sobretudo o código de ética profissional do assistente social; a direção social e o projeto ético político do Serviço Social; o trabalho na perspectiva de direitos e o compromisso dos assistentes sociais com as demandas dos usuários da PAS; e os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais na realização de seu trabalho na PAS.

As normativas profissionais são elementos norteadores identificados tanto na revisão de literatura quanto na pesquisa com os sujeitos, contudo, a revisão de literatura ressalta a contribuição da Lei de Regulamentação da profissão, do Código de Ética e das Diretrizes Curriculares. Na fala dos sujeitos evidencia-se a contribuição do Código de Ética, que é referência para os entrevistados quando se trata da intervenção profissional. O Código de Ética se apresenta principalmente nos valores e princípios éticos e na importância do sigilo profissional, considerando as demandas que chegam para atendimento do assistente social e a confidencialidade das informações coletadas durante atendimento realizado pelo profissional.

A direção social da profissão como elemento norteador se apresenta claramente na revisão de literatura, porém não tem a mesma proporção quando se aproxima do cotidiano de trabalho do assistente social. O PEP é apontado pelos autores do Serviço Social como principal referência para a profissão.

Avalia-se a importância de problematizar as discussões que tem sido realizada sobre o PEP, buscando aproximação com as exigências do mercado de trabalho para contratação dos assistentes sociais, somando ao que tange as requisições das instituições empregadoras e dos usuários dos serviços sociais, que levam o profissional em seu cotidiano a responder as demandas de maneira imediata com respostas meramente operativas, neste sentido, postula-se a necessidade de discutir este projeto a partir do trabalho cotidiano do profissional.

Assim, ressalta-se que o PEP se coloca como elemento que direciona o trabalho do assistente social, embora ainda seja um desafio para categoria relacionar e identificar o projeto com o cotidiano profissional. Assim, ressalta-se a importância de debate sobre a direção social e sobre a expressão do PEP no cotidiano. Além disso, verifica-se que a direção social do Serviço Social tem se materializado através de discussões políticas.

Na pergunta realizada aos sujeitos sobre o que direciona e determina o trabalho do assistente social, identificou-se que o trabalho na perspectiva de direitos e o compromisso dos assistentes sociais com as demandas dos usuários atendidos são elementos norteadores do trabalho. O trabalho na perspectiva de direitos tem se apresentado no cotidiano profissional dos assistentes sociais. Quando os profissionais fazem referência a este elemento norteador, estão defendendo princípios éticos profissionais, na defesa intransigente de direitos humanos e sociais e no compromisso com os usuários.

Sobre os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais, identificou-se que são diversos, desde o conhecimento normativo da própria PAS até as normativas profissionais que regulam o Serviço Social e os conhecimentos teóricos, mesmo que pouco mencionados pelos sujeitos entrevistados. Os assistentes sociais entrevistados identificam a importância do conhecimento para o assistente social, desde as normativas da PAS e das demais políticas sociais até o conhecimento sobre a realidade social, sobre a rede de serviços, sobre o trabalho intersetorial, que são elementos norteadores do trabalho profissional.

A respeito dos conhecimentos mobilizados pelo assistente social estão indicados tanto na revisão de literatura quanto na pesquisa de campo, contudo, indica-se que a entrevista com os sujeitos foi reveladora de aspectos do cotidiano profissional. Ressalta-se que os conhecimentos mobilizados vêm para qualificar o trabalho profissional no cotidiano, diante das requisições da política e das demandas identificadas pelo assistente social.

Os assistentes sociais têm formação profissional que possibilita ultrapassar a perspectiva singular, realizando análise da realidade a partir de determinantes sócio-históricos, porém os conhecimentos referentes aos fundamentos teórico-metodológicos pouco influenciam as ações cotidianas, o que foi verificado na coleta de dados da pesquisa de campo.

Assim, verificou-se com a pesquisa de campo, que a revisão de literatura realizada para esta pesquisa não foi suficiente para apontar estas questões do cotidiano, por isso, ressalta-se a relevância da realização da entrevista com os sujeitos. Ressalta-se que a pesquisa com os sujeitos foi reveladora de diferentes elementos que norteiam o trabalho do assistente social. Acredita-se que é possível relacionar estes elementos norteadores, já que todos se colocam para os profissionais em seus espaços de trabalho, sobretudo no trabalho desenvolvido pelo assistente social na proteção social básica da PAS.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora:** reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo. n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social e trabalho:** particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XVIII, nº 34, p. 161-179, jul-dez 2015.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARAL, Angela Santana do. **A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social.** Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1. Brasília: CEAD/UnB/ABEPSS/ CFESS, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, 1996.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/londrina_pr. Acesso em: 23 Ago. 2019.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>. Acesso em: 22 Ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução de: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 3ª ed., 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. **Trabalho, Direitos e Projeto Ético Político Profissional.** Inscrita, Brasília-DF, n. XI. p. 37 – 44, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.662.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Conselho Nacional De Assistência Social. **Resolução nº 130 de 15 de julho,** Norma Operacional Básica do SUAS, Brasília, 2005.

____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

____. **Lei nº 12.435**, de 6 de Julho de 2011. Brasília, 2011.

____. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009

____. **Norma Operacional Básica do SUAS** — NOB/SUAS. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

____. **Norma Operacional Básica do SUAS** — NOB/SUAS. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2018.

____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. MDS/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Brasília: MDS, 2009.

____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Documento técnico orientador para subsidiar o seminário nacional sobre trabalho social com famílias na PNAS à luz das avaliações sobre a produção acadêmica na área da Assistência Social e a produção institucional do MDS sobre trabalho social com famílias realizadas nos produtos anteriores**. Brasília, 2015.

____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico- metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2016.

____. Conselho Nacional De Assistência Social. **Resolução CNAS Nº 17**, de 20 de junho de 2011

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Metodologias Centradas na Família**: Conexões e uma Experiência para Reflexão. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto ético-político**. Assistente social: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções CRESS 7ª Região: Rio de Janeiro, 2001.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque**. Projeto Ético Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Inscrita: Brasília-DF, n. X, p. 05-10, 2007.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da.(Org.). **O trabalho do assistente social no SUAS**: novos desafios e velhos dilemas. In:_____. O trabalho do assistente social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios. Taubaté: Cabral, 2014. p. 75-112

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 43 - 58, jan./jul. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Londrina. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina>>. Acesso em: 06 Mar. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS Nº 273 de 13 de Março de 1993. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 493 de 21 de Agosto de 2006. Brasília: 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 556 de 15 de Setembro de 2009. Brasília: 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 557 de 15 de Setembro de 2009. Brasília: 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: 2012.

COSTA, Renata Gomes da. **A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 366 - 378, jul./dez. 2014.

COUTO, Berenice Rojas. et. al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTO, Berenice Rojas. **O sistema único de assistência social: uma nova forma de gestão da assistência social**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 205-218

DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 113, p. 131-151, jan./mar. 2013.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios.** Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176 – 200, jan./jun. 2017.

EIRAS, Alexandra Leite. et al. **Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

FALCÃO, Maria do Carmo. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária a prática social.** IN: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo.(Org.). Cotidiano: conhecimento e crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRAREZ, Cynthia Santos; BARCELLOS, Warllon de Souza. **Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político.** SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 115-132, jan.-jun./2016

FONSECA, Cleomar Campos da. **A Formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

_____. **O Projeto de Formação do Serviço Social e as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno.** Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010

FRANÇA, Reginaldo Pereira. **Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 152 - 161, jan./jun. 2013.

FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira. LARA, Ricardo. **Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 20 - 31, jan./jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas.** In: MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Angela. (Org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016. p. 83 – 110.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra Filosofia, 1970.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil.** In: FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

HORA, Senir Santos da. **O Serviço Social e as condições de trabalho no Suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional.** Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 155-177, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ª ed, São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015a. p. 15-85.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015b. p. 414-432.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IRSAS. Disponível em: https://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=260:irsas&catid=15:assistencia-social-&Itemid=147. Acesso em: 23 Ago. 2019.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 57-86.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando praticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília (DF), nº 36, p 251-275, jan.-jun. 2011.

KUHN, Marla Fernanda. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. In: Rosa M. C. Fernandes; Aline Hellmann (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

LEITE, Josimeire de Omena. **Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos**. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 119-136, 2012.

LIMA, Joseane Barbosa de. **O Projeto Profissional do Serviço Social em Debate: entre a Intenção de Ruptura e as Tendências do Neoconservadorismo**. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

LONDRINA. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/PMAS%202014-2017.pdf. Acesso em: 06 Mar. 2019.

LONDRINA. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021**. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/Plano_assistencia_social_2018-2021/plano_municipal_2018.pdf Acesso em: 06 Mar. 2019.

LONDRINA. **Prefeitura Municipal de Londrina**. Acesso em: <http://www.londrina.pr.gov.br/>. Acesso em: 06 Mar. 2019.

MACHADO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-69.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Fernanda. **Do conservadorismo à tradição marxista**: rumos políticos do Serviço Social na previdência. *Katálysis*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 182-190, jul./dez. 2015.

MEIRELLES, Dimária Silva e. **O conceito de Serviço**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v, 26, n. 1, p. 119-136, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Políticas Sociais**. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Trabalho Social com Famílias**: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: TEIXEIRA, Solange Maria. *Política de Assistência Social e temas correlatos*. Campinas: Papel Social, 2016. p. 215- 231.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco**: sistematização de um processo investigativo. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social**: os desafios da intervenção profissional. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. **A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun. 2015.

MOTA, Alessivânia Marcia Assunção. **Projeto ético político do serviço social**: limites e possibilidades. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro**: profissão e área do conhecimento. *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto Profissional e projeto societário**. *Inscrita*, Brasília-DF, n. XII, p. 49-55, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 114-308.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011c.

_____. **Transformações societárias e serviço social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 50, p. 87-132, 1996.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a crise contemporânea.** Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1. Brasília: CEAD/UnB/ABEPSS/ CFESS, p. 91-109, 1999.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano X, nº 80, p. 89-102, 1989.

NISBET, Robert A. **Conservadorismo e Sociologia.** In: MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução Crítica a Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 62-76.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; TUMELERO, Silvana Marta. **A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais:** elementos explicativos. O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XVIII, nº 34, p. 205-228, jul-dez. 2015.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde.** In: MOTA, Ana Elisabete, *et al.* (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helena Lúcia Augusto. **80 anos do Serviço Social no Brasil:** marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Interdisciplinaridade e Assistência Social.** CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional, Brasília: CFESS, 2011.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil.** In: FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline (Org.). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria concessão-conquista. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 1, n.53, p. 80-101, 1997.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Trabalho e Trabalhadores no contexto do SUAS:** notas sobre a questão da competência profissional do assistente social. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016. p. 251-268.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: CFESS/ABEPSS (Org.). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social:** trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado:** desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

_____. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

_____. **Proteção social e trabalho do assistente social:** tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político.** Inscrita, Brasília-DF, n. XII, p. 41- 48, 2009.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **O trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS.** CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional, Brasília: CFESS, 2011.

SARMENTO, Hélder Boska de Moares. **Instrumental técnico e o Serviço Social.** In: SANTOS, Claudia Monica dos; BACKY, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2017.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social:** da formação acadêmica à prática profissional. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

SILVA, Jaqueline Lima da. **O Assalariamento dos trabalhadores improdutivos nos serviços:** fundamentos para compreender a condição de assalariamento dos assistentes sociais. In: TRINDADE, Rosa Lucia Predes; LINS, Alcina. Assistente social trabalhador/a assalariado/a: fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió: EDUFAL, 2015.

SHUTZ, Fernanda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O trabalho em serviços contribuições para o Serviço Social.** Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 10, nº 30, p. 83-101. 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Assistência Social e Serviço Social: apontamentos críticos.** In: BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da.(Org.). O trabalho do assistente social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios. Taubaté: Cabral, 2014. p. 15-44.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **As condicionalidades no Bolsa Família: sua face conservadora e limites para a implementação da renda básica de cidadania no Brasil.** In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016. p. 155-178.

_____. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social e tendências teóricas atuais**. Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2017.

_____. **Serviço Social: razão ontológica ou instrumental?**. Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013.

SILVA, Salyanna de Souza; MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. **Projeto Ético-Político, Consciência de Classe e Projeto Societário: uma Relação Dialética**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.177-209, jan./jun. 2011.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **Pesquisa em Serviço Social e fundamentos da perspectiva teórico-metodológica marxiana**. Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 221-229, jul./dez. 2012

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de Proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p.13-56.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Política Social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social**. IN: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo: direitos e cidadania contradição da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 211-239.

TORRES, Mabel Mascarenhas; ALMEIDA, Denise Maria Fank de. **Uma análise do assistente social no SUAS a partir da Lei de Regulamentação da Profissão da NOB/RH/SUAS**. In: BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luiz da.(Org.). **O trabalho do assistente social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios**. Taubaté: Cabral, 2014. p. 161-215.

_____. **Exercício Profissional do Assistente Social: Analisando a Dimensão Técnico-Operativa e as Atividades Desenvolvidas**. Anais do I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Maceió, 2017.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Claudia Monica dos; BACKY, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2017.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social**. Argumentum, Vitória, v. 8, n.1, p. 6-13, jan./abr. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Artigos Analisados nesta Pesquisa

Tabela 5 - Distribuição dos artigos por nome do periódico, título, autor e link de acesso

Nº	REVISTA	TÍTULO	AUTOR	ANO	UNITERMOS	LINK
01	Serviço Social e Sociedade	80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.	ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa.	2016	Projeto Ético-Político; Lutas sociais; Classe trabalhadora.	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282016000300456&script=sci_abstract&tlng=pt
02	Serviço Social e Sociedade	Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro.	ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa.	2017	Classe trabalhadora; Lutas sociais; Projeto profissional; Projeto societário.	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200366&script=sci_abstract&tlng=pt
03	Serviço Social e Sociedade	Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.	CEOLIN, George Francisco.	2014	Crise do capital. Precarização. Serviço Social.	http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a03n118.pdf
04	Serviço Social e Sociedade	Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político.	DELGADO, Leila Baumgratz.	2013	Assistentes sociais; Estatuto legal-normativo; Espaço sócio-ocupacional.	http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n113/n113a06.pdf
05	Serviço Social e Sociedade	A atitude investigativa no trabalho do assistente social.	FRAGA, Cristina Kologeski.	2010	Atitude investigativa. Pesquisa. Intervenção. Interdisciplinaridade.	http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/04.pdf
06	Serviço Social e Sociedade	A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social.	MORAES, Carlos Antonio de Souza.	2015	Serviço Social. Formação profissional. Prática profissional. Dimensão investigativa.	http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0294.pdf
07	Serviço Social e Sociedade	80 anos do Serviço Social no	OLIVEIRA, Edístia Maria Abath	2017	Serviço Social; Códigos de Ética; Projeto Ético-Político.	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-

		Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão.	Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto.			66282017000100143&Ing=en&rm=iso&tIng=pt
08	Serviço Social e Sociedade	Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.	RAICHELIS, Raquel.	2013	Crise mundial; políticas de proteção social; intensificação; assistente social; trabalho assalariado.	http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/03.pdf
09	Serviço Social e Sociedade	O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.	RAICHELIS, Raquel.	2011	Serviço Social, Trabalho, Precarização, Trabalhador Assalariado, Violações de direitos.	http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf
10	Serviço Social e Sociedade	Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas.	RAICHELIS, Raquel.	2010	Serviço Social; Trabalho; Suas; Precarização; Projeto profissional.	http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf
11	Serviço Social e Sociedade	Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social.	SPOSATI, Aldaíza.	2013	Proteção social. Seguridade Social. Serviço Social. Direitos de proteção. Incompletudes da proteção social.	http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/05.pdf
12	Katalysis	A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social.	AMARAL, Angela Santana do.	2012	Pós-graduação. Serviço Social. Direção social.	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200009
13	Katalysis	Do conservadorismo à tradição marxista: rumos políticos do Serviço Social na previdência.	MATTOS, Fernanda	2015	Conservadorismo. Tradição marxista. Serviço Social Previdência social.	http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n2/1414-4980-rk-18-02-00182.pdf
14	Katálysis	Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional.	MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro	2013	Serviço Social. Intervenção profissional. Política social.	http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nsp/05.pdf
15	Katálysis	Serviço Social brasileiro:	MOTA, Ana Elisabete.	2013	Serviço Social. Área do conhecimento.	http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nsp/03.pdf

		profissão e área do conhecimento			Profissão. Intervenção.	
16	Katálysis	Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional.	SETUBAL, Aglair Alencar.	2007	Formação Acadêmica, Pesquisa, Prática Profissional, Práxis Social, Transformação Social.	http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0710spe.pdf
17	Katálysis	Serviço Social e tendências teóricas atuais.	SILVA, José Fernando Siqueira da.	2017	serviço Social; Crítica; Intelectuais; Direção cultural	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802017000100065&script=sci_abstract&tlng=pt
18	Katálysis	Serviço Social: razão ontológica ou instrumental?	SILVA, José Fernando Siqueira da.	2013	Serviço Social; Ontologia; Práxis.	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802013000100008&lng=en&nrn=iso&tlng=pt
19	Katálysis	Pesquisa em Serviço Social e fundamentos da perspectiva teórico-metodológica marxiana.	SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino.	2012	Serviço Social. Práxis. Método. Processo cognoscitivo	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200008/24944
20	Argumentum	O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social.	YAZBEK, Maria Carmelita.	2016	Não indica	http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139
21	Em Pauta	Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios.	DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento.	2017	trabalho; projeto profissional; projeto ético-político; Serviço Social.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30382
22	Em Pauta	O Serviço Social e as condições de trabalho no Suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional.	HORA, Senir Santos da.	2015	Trabalho Assalariado; Suas; Assistente Social; Projeto Profissional.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21056/15715
23	Em Pauta	Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos.	LEITE, Josimeire de Omena.	2012	Serviço Social, cultura crítica, projeto ético-político.	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3896
24	Em Pauta	O trabalho em serviços contribuiçõe	SHUTZ, Fernanda; MIOTO,	2012	Serviços; Serviço Social; trabalho profissional	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re

		s para o Serviço Social.	Regina Célia Tamaso.			vistaempauta/article/view/5106/3747
25	Textos e Contextos	Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas.	CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo.	2016	Serviço social. Formação profissional. Ensino superior. Ensino a distância. Projeto Ético- Político.	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/21074/14641
26	Textos e Contextos	A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista.	COSTA, Renata Gomes da.	2014	Trabalho. Neoliberalismo. Serviço Social. Projeto Ético-Político.	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18644
27	Textos e Contextos	Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades	FRANÇA, Reginaldo Pereira.	2013	Teoria social de Marx. Serviço Social. Trabalho profissional. Projeto ético-político.	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12822/9618
28	Textos e Contextos	Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional.	FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira. LARA, Ricardo.	2015	Trabalho. Ontologia. Serviço Social. Projeto Ético-Político	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/17406/13306
29	Textos e Contextos	A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo	MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA Telma Cristiane Sasso de	2009	Serviço Social. Exercício profissional. Dimensão técnico-operativa. Ações profissionais.	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/5673
30	Textos e Contextos	Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades	MOTA, Alessivânia Marcia Assunção.	2011	Projeto ético político. Serviço Social. Prática Profissional	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/8031/6439
31	Textos e Contextos	Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social:	XAVIER, Arnaldo. MIOTO, Regina Célia Tamaso.	2014	Prática profissional. Serviço Social. Teoria-prática. Cotidiano profissional.	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18520/12517

		relação teoria-prática, historicidade e e materialização cotidiana.				
32	Temporalis	Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990.	EIRAS, Alexandra Leite; FERREIRA, Luzia Amélia; PEREIRA, Juliana Cobuci; MARTIN, Érika Alves.	2015	Serviço Social; intervenção profissional; posicionamento crítico.	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7059
33	Temporalis	A Formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas.	FONSECA, Cleomar Campos da.	2016	Serviço Social. Formação Profissional. Conteúdos Programáticos. Diretrizes Curriculares. Direção Social.	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14181
34	Temporalis	O Projeto de Formação do Serviço Social e as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno.	FONSECA, Cleomar Campos da.	2016	Serviço Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares. Direção Social.	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12254
35	Temporalis	O Projeto Profissional do Serviço Social em Debate: entre a Intenção de Ruptura e as Tendências do Neoconservadorismo.	LIMA, Joseane Barbosa de.	2017	Serviço Social. Projeto Ético Político. Desafios.	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14273
36	Temporalis	Projeto Ético-Político, Consciência de Classe e Projeto Societário: uma Relação Dialética.	SILVA, Salyanna de Souza; MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro.	2011	Política de Assistência Social. Consciência de classe. Projeto profissional.	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2190
37	Ser Social	Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político.	FERRAREZ, Cynthia Santos; BARCELLOS, Warllon de Souza.	2016	Serviço Social; Projeto Ético-Político; lutas sociais.	periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/19436/19753

Fonte: A própria autora, 2018-2019.

APÊNDICE B

Entrevista com os sujeitos da pesquisa - Roteiro de Questões

IDENTIFICAÇÃO

1. Em qual unidade de ensino você realizou seu processo formativo?
2. Em que ano você se formou?
3. Qual a última formação concluída?
4. Há quanto tempo vem atuando na política de assistência social?
5. Como ocorreu sua admissão neste campo ocupacional?

TRABALHO PROFISSIONAL

1. Quais as atividades que você realiza em seu campo ocupacional? E destas, quais são as de responsabilidade privativa do assistente social ?
2. Do seu ponto de vista, o que caracteriza o trabalho do assistente social na Proteção Básica?
3. O que é requisitado ao assistente social neste campo ocupacional?
4. Quais as demandas apresentadas a você neste campo ocupacional?
5. Quem são os demandatários do trabalho do assistente social?
6. Quais as estratégias elencadas por você para atender as demandas que são apresentadas em seu cotidiano profissional?
7. Quais conhecimentos orientam o seu trabalho na proteção social básica da política de assistência social?
8. Como as atividades são planejadas em no seu campo de trabalho? O que orienta o planejamento? Como ocorre a sua participação neste planejamento?
9. Para você, o que direciona e determina o seu trabalho neste campo ocupacional?
10. Quais os desafios identificados pelos assistentes sociais no cotidiano profissional?
11. Quais os limites identificados no cotidiano profissional?
12. As normativas profissionais e os documentos da profissão orientam o seu exercício profissional neste campo ocupacional? Você pode explicar sobre esta questão.

ANEXOS

ANEXO A

Autorização Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina

ANEXO B

Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

ANEXO C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“Elementos norteadores do trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“Elementos norteadores do trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social”**, a ser realizada em Londrina/PR. O objetivo da pesquisa é identificar o que norteia o trabalho do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no município de Londrina/PR; tendo como objetivos específicos conhecer as requisições e as competências, os conhecimentos mobilizados, os limites e as possibilidades para utilização dos elementos norteadores e conhecer as atividades realizadas pelos assistentes sociais na Política de Assistência Social. Sua participação é muito importante e ela se daria com a realização de entrevistas orientadas por um roteiro de questões que poderá ser disponibilizado anteriormente para os sujeitos da pesquisa, além disso, durante a entrevista será realizada a gravação para favorecer a posterior transcrição dos dados coletados. Esses dados levantados durante a entrevista serão sistematizados e avaliados.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas para esta e futuras pesquisas e, posteriormente, os resultados da pesquisa poderão ser publicados através de artigos em periódicos. As informações serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As gravações após cinco anos da realização da entrevista serão descartadas.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são identificar o que norteia o trabalho do assistente social no município de Londrina/PR tendo em vista qualificar e refletir sobre o que orienta e

direciona o trabalho profissional. Ressalta-se que os riscos serão mínimos para os sujeitos da pesquisa, pois as questões dizem respeito ao processo anterior a execução do trabalho, ou seja, seu planejamento, sendo o risco maior do pesquisador caso o sujeito desista de participar da pesquisa. Contudo, as questões direcionadas ao sujeito podem gerar algum tipo de constrangimento, podendo ele decidir se deseja responder ou não a referida questão e obter esclarecimentos sobre o assunto que abrange a pergunta, estando os sujeitos livres para interromper a qualquer momento a entrevista. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Soraya de Paula Garcia de Campos, Rua Creusa Pereira Campos, 1705 Bloco 3 apto 504, (43) 99659-7881 e e-mail sorayapgc@gmail.com e Mabel Mascarenhas Torres, (43)98821-6668, e-mail mabeltorres2009@gmail.com, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, ____ de _____ de 201__.

Pesquisador Responsável

RG: 9.526.730-0

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

Obs.: Caso o participante da pesquisa seja menor de idade, o texto deve estar voltado para os pais e deve ser incluído ainda, campo para assinatura do menor e do responsável.